

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Isabel Wehle Gehres

**MÁQUINAS DE FELICIDADE: A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA DE
EDWARD BERNAYS**

Porto Alegre

2021

ISABEL WEHLE GEHRES

**MÁQUINAS DE FELICIDADE: A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA DE
EDWARD BERNAYS**

Dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Gehres, Isabel Wehle
Máquinas de Felicidade: A Sociedade Democrática de
Edward Bernays / Isabel Wehle Gehres. -- 2021.
93 f.
Orientador: Paulo Peres.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Edward Bernays. 2. Propaganda. 3. Democracia. 4.
Psicologia de Massas. 5. Psicanálise. I. Peres, Paulo,
orient. II. Título.

Isabel Wehle Gehres

MÁQUINAS DE FELICIDADE: A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA DE EDWARD
BERNAYS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de Mestre em Ciência Política.

Porto Alegre, 23 de novembro de 2021.

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Bárbara de Souza Conte
Sigmund Freud Associação Psicanalítica

Hélio Ricardo de Couto Alves
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Bárbara Lou da Costa Veloso Dias
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Pará (UFPA)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma pesquisa cuja origem se encontra em uma aula de Teoria Política Contemporânea, ocorrida em 2012, quando, após a apresentação de praxe da teoria política elitista, o professor dedicou uma aula ao pensamento freudiano, seguido por uma aula onde foram tratados Gustav Le Bon, teórico da psicologia de massas, e um autor chamado Edward Bernays. Posteriormente, em meu trabalho de conclusão do curso de Relações Internacionais, tratei da propaganda estadunidense durante a Primeira Guerra Mundial e de como as lições decorrentes do uso desta foram aplicados à sociedade civil, em especial, graças ao esforço de homens como Bernays. Este mesmo professor teve a gentileza de concordar em participar da banca de defesa, e, ao final, me convidou para adentrar ao Programa de Mestrado em Ciência Política, onde se dispôs a me orientar. Portanto, meu primeiro e principal agradecimento é dirigido ao Professor Paulo Peres, que quase 10 anos atrás primeiro atiçou minha curiosidade para o uso da psicanálise e da propaganda na política, tema que só se tornou mais relevante desde então. Muito obrigada pela orientação e apoio na jornada até aqui.

Para além do apoio intelectual, faz-se necessário agradecer enfaticamente as pessoas sem as quais dificilmente teria conseguido concluir este Mestrado. Sou grata ao amparo sempre presente da minha família, meus pais, Deborah e Sérgio, que sempre apoiaram minhas mais diversas ambições; minha irmã Sarah, que segue desbravando novos caminhos e demonstrando à sua irmã mais nova o que é possível com inteligência e dedicação; ao meu irmão Jero, cuja companheirismo e carinho se fazem presentes mesmo a meio mundo de distância. Agradeço também às minhas amigas Lais Arend, Jessica Schwanke e Nadine Zíngano, que mantêm vivo o espírito de irmandade que me permite continuar seguindo em frente. À Anays Mertz Antunes, minha amiga e irmã, que há 17 segue me aguentando firmemente. Por fim, agradeço a Diego Butori, meu parceiro nessa caminhada, que renova minha força todos os dias.

RESUMO

Esta dissertação trata da teoria de democracia de Edward Bernays, pai das Relações Públicas e sobrinho de Sigmund Freud. A democracia, segundo Bernays, constitui um sistema político no qual a propaganda serve como instrumento de controle social, ao mediar as mais diversas esferas da vida em sociedade. Esta democracia controlada teria como elemento central o consumo, substituindo a identidade política de cidadão pela de consumidor. A propaganda cumpre nesse sistema dois papéis principais. O primeiro é estimular o consumo de massas, através da criação de uma conexão libidinal entre pessoas e produtos, que são vendidos através do apelo aos desejos inconscientes, alinhando o comportamento da população às necessidades da indústria pós-guerra. O segundo é construir uma identificação da população estadunidense com uma ideia particular de democracia capitalista, diretamente relacionada ao *American Way of Life*, cuja existência era apresentada como diretamente associada aos avanços da indústria e à produção de bens de consumo. Essa democracia tinha como objetivo criar uma sociedade utópica na qual os indivíduos buscariam consumir sempre mais, em busca de uma imagem construída de felicidade. Aqueles que sabem como reger a mente das massas compõem, segundo Bernays, o verdadeiro governo, tendo a seu dispor a propaganda para conduzir a engenharia do consentimento.

Palavras-chave: Edward Bernays. Propaganda. Psicologia de massas. Democracia. Psicanálise.

ABSTRACT

This dissertation deals with the theory of democracy of Edward Bernays, father of Public Relations and Sigmund Freud's nephew. Democracy, according to Bernays, constitutes a political system in which propaganda serves as an instrument of social control, mediating the most diverse spheres of societal life. This controlled democracy would have consumption as its central element, replacing the political identity of citizen with that of consumer. Propaganda plays two main roles in this system. The first is to stimulate mass consumption, by creating a libidinal connection between people and products, which are sold by appealing to unconscious desires, aligning the behavior of the population with the needs of post-war industry. The second is to build an identification of the American population with a particular idea of capitalist democracy, directly related to the American Way of Life, whose existence was presented as directly associated with advances of industry and the production of consumer goods. This democracy aimed to create a utopian society in which individuals would seek to consume more and more, in search of a constructed image of happiness. Those who know how to govern the minds of the masses make up, according to Bernays, the true government, having at their disposal the propaganda to conduct the engineering of consent.

Keywords: Edward Bernays. Propaganda. Mass psychology. Democracy. Psychoanalysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 RAÍZES DO PENSAMENTO BERNAYSIANO: PROGRESSIVISMO, ELITISMO, E A PSICOLOGIA DE MASSAS	16
2.1 OS CAMINHOS QUE LEVARAM À PROPAGANDA.....	17
2.2 O MOVIMENTO PROGRESSIVISTA: EM DEFESA DA SOCIEDADE ADMINISTRADA	23
2.3 A PSICOLOGIA DE MASSAS	31
2.4 A TEORIA POLÍTICA ELITISTA CONFRONTA A DEMOCRACIA	37
3 UMA CAIXA DE CHARUTOS CUBANOS: A PSICANÁLISE ENCONTRA A PROPAGANDA.....	43
3.1 A TERCEIRA FERIDA NARCÍSICA: A DESCOBERTA DO INCONSCIENTE	44
3.2 A LIBIDO E AS PULSÕES	47
3.3 O INDIVÍDUO NA MASSA	49
3.4 A SOCIEDADE COMO REPRESSÃO.....	53
3.5 A SUBLIMAÇÃO.....	55
4 MÁQUINAS DE FELICIDADE: A SOCIEDADE UTÓPICA DE BERNAYS	57
4.1 CARIMBOS DE BORRACHA: O SUJEITO DA PROPAGANDA.....	59
4.2 AS TÉCNICAS DE PROPAGANDA.....	63
4.3 O GOVERNO INVISÍVEL E A GESTÃO PSÍQUICA PELA PROPAGANDA	68
4.4 DEMOCRACITY: A DEMOCRACIA DO CONSUMO	71
5 CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

A democracia liberal está em crise. Uma vez considerado o grande vencedor da batalha ideológica da Guerra Fria (FUKUYAMA, 1992), esse regime político vem dando suspiros agonizantes ao redor do mundo nos últimos anos (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2018). Nesse contexto, emergem alternativas antissistêmicas de extrema direita, com características similares às do fascismo e do nazismo. Não precisamos ir longe para encontrar exemplos disso: a eleição de Jair Bolsonaro é uma das mais significativas manifestações desse fenômeno, ainda que, evidentemente, não seja a única – Boris Johnson (Reino Unido), Viktor Orbán (Hungria), as votações expressivas de Marie Le Pen (França), a Alternative für Deutschland (Alemanha) e o caso emblemático de Donald Trump (Estados Unidos) são exemplares igualmente eloquentes desse processo. Inclusive, a surpreendente chegada de Trump à Casa Branca levou alguns especialistas a afirmar que as bases constitucionais das democracias estão se corroendo pouco a pouco (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2018), seja em decorrência da ascensão do populismo de direita (MOUFFLE, 2020) seja devido à falência sistêmica das instâncias representativas (FRASER, 2015; CASTELLS, 2018; APPLEBAUM, 2021; PRZEWORSKI, 2020). Ademais, a estagnação do padrão de vida, com o consequente aumento da desigualdade social, agrava sensivelmente esse quadro de crise política (MOUNK, 2018).

Todos esses fatores, sem dúvida, convergem para produzir o aprofundamento da polarização política, cuja radicalização não apenas estimula a contestação às instituições representativas e aos direitos individuais, como também potencializa a tribalização das sociedades (SOTIRAKOPOULOS, 2021; BUCHANAN, 2020; NEWBY, 2020; CHUA, 2018; GOLDBER, 2018; HOBFOLL, 2018; ROZENBLIT, 2008). De fato, o debate sobre as causas e os efeitos da tribalização na democracia mobiliza grande parte do debate público nos Estados Unidos neste início de milênio. Para Chua (2018), por exemplo, a identidade tribal e étnica muitas vezes é mais relevante para a ação política do que a suposta identidade nacional. Inclusive, segundo a autora, a uniformidade exigida pelo capitalismo e a sua correspondente cultural pode estimular o tribalismo, especialmente quando as desigualdades econômicas se tornam mais acentuadas. Desse modo, o pluralismo e o multiculturalismo que marcam a sociedade norte-americana são estopins para a explosão do tribalismo quando, além da

desigualdade, a discriminação explícita a inexistência das oportunidades prometidas pela Carta Constitucional e pela ideologia dominante.

Com uma perspectiva evolucionista, Hobfoll (2018), Newby (2020) e Rozenblit (2008) preferem sublinhar como os traços tribais foram uma resposta humana aos desafios da sobrevivência. Por esse prisma, ao mesmo tempo que proporcionam os laços sociais no âmbito de pequenos grupos, que contarão com pessoas unidas por valores e crenças comuns, as raízes tribais sustentam uma lógica dualista de compreensão do mundo, que consiste na oposição do “nós” a “eles”. Esse comportamento adaptativo hereditário,¹ inescrutável ao senso comum, pode ser manipulada para estimular sentimentos e atos agressivos contra temas e grupos percebidos como ameaças existenciais – como tem sido o caso dos discursos da extrema direita. Em outros termos, esse mecanismo de defesa “natural” pode ser acionado como uma arma política com um poder de destruição que não apenas esgarça o tecido social como põem em xeque a própria sobrevivência humana.

Diante disso, Sotirakopoulos (2021), irremediavelmente pessimista, considera ser inevitável a instrumentalização das diferenças culturais e identitárias nas disputas políticas visando à cisão de sociedades mais amplas e complexas para facilitar a conquista do poder e a promoção de agendas reacionárias². Para Goldber (2018), que segue uma linha de raciocínio similar, é precisamente a junção do tribalismo com o populismo que está a provocar a gradativa destruição da democracia nos Estados Unidos. Apoiando-se no discurso do “nós” contra “eles”, observa, esses líderes populistas dizem agir em nome da “verdadeira democracia”, da real “vontade da maioria”, rejeitando qualquer limite ao seu poder (URBINATI, 2019; PAPAS, 2019). Atacam tanto os partidos, as eleições, o parlamento e o judiciário como os direitos individuais e as garantias às minorias. Capitalizando ressentimentos e ódio acumulados contra algum “inimigo do povo”, esse tipo de liderança carismática acusa as instituições liberais – cuja finalidade constitucional é justamente evitar a tirania da maioria – de impedir que a vontade popular seja realizada. Eles pregam uma

1 Essas análises interpretativas se apoiam na recente perspectiva evolucionária que compreende a hereditariedade não apenas em seus aspectos genéticos, mas também epigenéticos (cf CAREY, 2012). Ou seja, tudo aquilo que é ambiental interage com a forma de expressão dos genes, o que significa que a cultura é produto da evolução e, ao mesmo tempo, impacta a evolução humana. Já se admite, inclusive, que a evolução humana ocorre em quatro dimensões, sendo que três delas são inerentes à noção de cultura (JABLONKA and LAMB, 2005).

2 Há, contudo, alguns contrapontos otimistas a tais conclusões. Buchanan (2020) ressalta que o princípio evolutivo também mostra que os seres humanos não estão condenados ao tribalismo, pois tanto o seu aparelho mental como o seu simbolismo moral são elementos moldáveis pelo ambiente. Isso significa que a vida em comunidades maiores e inclusivas é plenamente possível. Anca (2012) converge com essa posição, e destaca que o tribalismo pode reforçar os laços comunitários perante o individualismo excessivo das sociedades contemporâneas. Ou seja, como observado por Zelman (2015), as tribos cumprem uma função socializadora, estimulando a cooperação e o vínculo entre os membros da comunidade.

“democracia iliberal”, como já o fez explicitamente Viktor Orbán – reivindicando a autoria (ORBÁN, 2014) de um termo acadêmico cunhado originalmente por Zakaria (1997) e aplicado por Mounk (2018) em análise recente.

Guardadas as proporções e as especificidades históricas, o fascismo e o nazismo também foram liderados por populistas que se voltaram contra as proteções liberais, por um lado, e o comunismo, por outro, vistos como ideologias contrária aos interesses nacionais da maioria. Além disso, o contexto atual apresenta outra característica similar, qual seja: o uso das técnicas de propaganda como um instrumento de comunicação política para mobilizar seguidores e dividir a sociedade em polos antagônicos – agora, com as redes sociais, as *fake news* se converteram numa de suas principais ferramentas. Os fundamentos desse tipo de propaganda foram desenvolvidos durante a Primeira Guerra Mundial (GEHRES, 2017), e aprofundados nas décadas posteriores, principalmente por Edward Bernays, uma figura que se tornaria central na cultura, no consumo e na política de massas norte-americana.

Criador da área de Relações Públicas, uma forma mais palatável de se dizer propaganda à época, Bernays não concebeu as técnicas e estratégias de comunicação política com a intenção de fomentar a mobilização social da maioria em regimes fascistas, embora seus ensinamentos práticos tenham sido apropriados por tais governos³. Bernays estava mais preocupado com a desmobilização social para assegurar a estabilidade da democracia representativa, uma forma de governo que ele, seguindo uma tradição de pensamento elitista e pessimista do final do século XIX e início do século XX, via com desconfiança.

De fato, Bernays acabou desenvolvendo uma concepção de democracia que foi expressa em alguns de seus livros e em suas inúmeras campanhas de propaganda realizadas para clientes como a General Motors, Companhia Americana de Tabaco, Lucky Strike, Procter & Gamble, entre outros. Em sua obra e sua atividade profissional, Bernays buscou associar a democracia de massas com o capitalismo industrial americano, baseado na premissa de que a democracia só é possível graças às conquistas da indústria de bens de consumo. Num nível mais profundo, o consumo cumpriria a função de satisfazer os mais variados “desejos” humanos, assim como de servir como válvula de escape para as mais diversas frustrações advindas das repressões sociais.

3 Sabe-se que seu livro *Crystalizing Public Opinion* foi lido por Joseph Goebbels, ministro da Propaganda do regime nazista. Bernays afirma que ficou “chocado” ao receber essa informação, mas que sabia que “[...] **any human activity can be used for social purposes or misused for antisocial ones.**” (BERNAYS, 2015, posição 12876). As semelhanças entre as técnicas utilizadas por Bernays e por Goebbels não passaram despercebidas, sendo tratadas por Larry Tye, autor da biografia de Bernays, “*The Father of Spin*” (2002).

Em termos concretos, Bernays expressou o vínculo entre democracia e capitalismo numa cidade-maquete utópica projetada para a exibição da Feira Mundial de Nova Iorque, de 1939. O nome dessa cidade ideal do futuro era sugestivo: “Democracity”. Enquanto membro do comitê organizador, Bernays visionou a Feira como uma oportunidade de ouro para encerrar definitivamente o pessimismo da Grande Depressão, demonstrando ao mundo, mas também à própria população americana, que os Estados Unidos estavam prontos para “construir o mundo de amanhã”. Tal evento serviu como uma vitrine para demonstrar a extensão das comodidades conquistadas graças às inovações da indústria, e a relação entre tais tecnologias e o modo de vida americano. A mensagem aqui era clara: O *American Way of Life*, incluindo a própria democracia estadunidense, devia a sua existência às conquistas da indústria de massas. Para criar essa associação, Bernays trabalhou para que cada aspecto da Feira fosse meticulosamente planejado para demonstrar como diferentes produtos e indústrias haviam transformado o modo de vida nos Estados Unidos.

Para Bernays, portanto, a democracia só era viável com o capitalismo, e vice-versa; mas uma democracia controlada, dirigida, desmobilizada, voltada para o consumo de massas, capaz de distrair os indivíduos frustrados em seus desejos mais básicos pelas interdições impostas pela civilização. Nessa democracia controlada, o consumo funcionaria como um Prozac para as multidões – uma forma de evitar que as pessoas ficassem deprimidas ou violentas e agressivas, como especulava Freud. Os cidadãos, momentaneamente satisfeitos pelo consumo dos seus novos objetos de desejo deveriam ser impelidos a entrar no ciclo infundável de desejo-frustração-consumo-frustração-desejo-consumo, num movimento mecânico que estimularia o crescimento econômico e o consenso social em torno dos valores democráticos da liberdade de empreendimento e da busca individual da felicidade. Essa busca incessante pela felicidade sublimada no consumo não seria apenas a força motriz do capitalismo, mas também o controle social necessário ao funcionamento ordenado e racional da democracia. Em outras palavras, os cidadãos deveriam ser “máquinas de felicidade”. Sua “manufatura” seria uma incumbência da propaganda moderna, concebida como uma “engenharia do consentimento”.

Notadamente, a psicanálise freudiana forneceu o embasamento teórico para as técnicas de propaganda desenvolvidas por Bernays, assim como a justificção para as suas ideias elitistas acerca da democracia. Ainda pouco conhecida nos Estados Unidos na época, a psicanálise teorizou sobre a existência de um estranho que habitava cada um de todos nós, o inconsciente, desconhecido pelo eu – o ego. Ou seja, “[...] *o ego não é o senhor da sua*

própria casa” (FREUD, 2006d, p. 153, grifo do autor). O inconsciente seria o lar de todo tipo de pensamentos reprimidos pelo ego, e lar de energias primitivas, caracterizadas pela agressividade e impulsividade. Dada a existência de forças inconscientes agressivas nos indivíduos, tornar-se-iam necessários mecanismos de contenção dessa agressividade, mecanismos que possibilitem o investimento de tais energias libidinais em algo produtivo para a sociedade.

Já sabemos que a psicanálise, segundo as palavras do próprio Freud, constitui “[...] uma forma de executar o tratamento médico em pacientes neuróticos” (FREUD, 2006b, p. 25); contudo, as ideias freudianas sobre o funcionamento do indivíduo passariam a ser utilizadas por Bernays para melhor influenciar o seu público-alvo. Com efeito, o uso dos fundamentos psicanalíticos na sua propaganda não consistia apenas em vender produtos de empresas, mas um esforço contínuo, repetitivo e de longo prazo para alterar a percepção do público a respeito de alguma ideia ou sentimento. Com esse propósito, criam-se ou influenciam-se eventos para favorecer determinadas formas de sentir e de perceber o mundo, tendo como parâmetros o modo de funcionamento da psicologia humana. De acordo com ele, a propaganda é “[...] um esforço organizado de espalhar uma crença ou opinião particular”⁴ (BERNAYS, 1927, p. 50, tradução nossa), ou ainda, “[...] um esforço consistente e persistente de criar ou moldar eventos que influenciem as relações do público com um empreendimento, ideia ou grupo”⁵ (BERNAYS, 2005, p. 52, tradução nossa).

Quando integrou a comitiva estadunidense enviada à Conferência de Paz de Paris, ao fim da Primeira Guerra Mundial, Bernays se deu conta do potencial da propaganda como forma de persuasão da Opinião Pública. Ao testemunhar o furor com a qual as massas receberam Woodrow Wilson, então Presidente dos Estados Unidos, Bernays percebeu concretamente o quanto a propaganda estadunidense durante o conflito havia sido bem-sucedida. Baseada nos slogans “a guerra para pôr fim a todas as guerras” e “tornar o mundo seguro para a democracia”, a propaganda foi capaz de mobilizar a tal ponto os afetos das massas que elas passaram a ver em Wilson a figura de um herói, responsável pela libertação dos povos – inclusive, ele seria agraciado com o prêmio Nobel da Paz.

A partir dessa experiência, Bernays começou a desenvolver suas formas de aplicar as técnicas da propaganda nos períodos de paz, mais propriamente no contexto da democracia norte-americana. Como consequência, chegou a uma concepção de democracia que deita

4 Do original: “[...] an organized effort to spread a particular belief or opinion.” (BERNAYS, 1927, p. 50).

5 Do original: “Modern propaganda is a consistent, enduring effort to create or shape events to influence the relations of the public to an enterprise, idea or group.” (BERNAYS, 2005, p. 52).

raízes em aspectos do movimento progressivista norte-americano, do elitismo clássico, e da psicologia de massas recém-desenvolvida, principalmente por Le Bon e Trotter. Mas, neste último caso, a maior influência teórica veio da psicanálise freudiana, cuja apropriação também permitiu que Bernays trouxesse sua própria contribuição à teoria política da democracia. Em especial, coube a ele perceber que a aplicação dos conceitos psicanalíticos na propaganda comercial e política, por meio dos modernos instrumentos da comunicação de massas, constituía um formidável instrumento para evitar o caos das massas empoderadas.

Embora Edward Bernays tenha se tornado uma figura pouco conhecida no contexto contemporâneo, é inegável o impacto de suas ideias e de suas técnicas de propaganda na venda de produtos, de políticas e de políticos. As redes sociais e a comunicação instantânea e atomizada da internet trouxeram diversas e profundas inovações, é verdade, mas o conteúdo das mensagens e a sua estrutura seguem as lições de Bernays, agora com efeitos ainda mais sensíveis. Em suma, longe de configurar um fenômeno recente, o uso da propaganda como ferramenta de manipulação da realidade já tomava forma nas décadas iniciais do século XX, quando da consolidação das jovens democracias.

De fato, nos anos recentes, cientistas políticos têm escrito sobre essa temática, principalmente após a eleição de Donald Trump, em 2016 (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2018; RUNCIMAN, 2018). Sua chegada à Casa Branca representou um ponto de virada tanto nos estudos sobre a democracia como na percepção popular desse regime, fazendo acionar um alerta sobre o estado da democracia liberal. Como já se sabe amplamente, aquela foi eleição em que as redes sociais foram determinantes para disseminação de notícias falsas e propagandas com alto teor de manipulação, decisivas para a vitória do candidato Republicano. Posteriormente, foi descoberto que a empresa Cambridge Analytica, contratada por Steve Bannon⁶ para conduzir a campanha digital de Trump, havia obtido, de maneira ilegal, as informações de perfil de mais de 80 milhões de contas do Facebook (KANG; FRENKEL, 2018). Esse banco de dados foi central para a criação de conteúdos de propaganda personalizados para cada grupo de pessoas – algo conhecido como *microtargeting comportamental*⁷. A mesma empresa também já havia trabalhado na campanha Leave.eu,

6 Coordenador da campanha presidencial de Donald Trump e um dos investidores da Cambridge Analytica. Antes, Bannon era diretor executivo do site da alt-right estadunidense Breitbart, conhecido por propagar conteúdos de supremacia racial branca, antisemitas, islamofóbicos e racistas.

7 Microtargeting é uma técnica de marketing que busca atingir públicos-alvo extremamente específicos, através da divisão da população em diferentes segmentos conforme diferentes características, obtidas através da criação de perfis psicográficos, processo realizado através da mineração de dados (CADWALLADR, 2018). A metodologia psicográfica permite que testes de personalidade classificassem as pessoas segundo a pontuação OCEAN (*openness, conscientiousness, extraversion, agreeableness, neuroticism*). Após essa classificação,

responsável pelo Brexit (CADWALLADR, 2017). Desde então, diferentes empresas⁸ tem se engajado no mesmo tipo de mercado, qual seja, de utilizar dados massivos para conduzir campanhas de propaganda comercial e política em redes sociais, a fim de transformar a realidade. Nesse sentido, objetivos industriais e objetivos políticos convergem, na medida em que empresas da tecnologia de espionagem e produção de conteúdo personalizado estão disponíveis para quem puder pagar pelos seus serviços.

Em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro seguiu uma cartilha parecida para usar as redes sociais – principalmente o WhatsApp, através do disparo em massa de mensagens contratadas ilegalmente por empresas apoiadoras do candidato, com a predominância de notícias falsas.⁹

Além disso, a própria concepção de democracia amplamente aceita e utilizada desde o pós-Segunda Guerra remete aos ideais da “Democracy” bernaysiana. Apesar de jamais ter sido considerado um teórico da política, Bernays, mesmo que de maneira indireta, expressa uma concepção de democracia que sintetiza ideias alheias, abriga os problemas enfrentados pelos Estados Unidos e pelo mundo na primeira metade do século XX e, sobretudo, apresenta algum nível de originalidade. Já aparece nos seus escritos dos anos de 1920 e 1930 as mesmas premissas que levariam Joseph Schumpeter a rejeitar o que chamou de “concepção clássica” de democracia. Nos capítulos clássicos do livro que reconfigurou o conceito de democracia do século XX, Schumpeter recorreu à psicologia das multidões para defender que a opinião pública é fabricada, assim como os candidatos, que acabaram se tornando produtos de consumo (SCHUMPETER, 2017). A alusão a Gustav Le Bon e a Walter Lippmann, dois autores que foram sintetizados na concepção de democracia de Bernays, é clara.

Ademais, a argumentação de que a democracia é um método para resolver o conflito pelo poder, numa dinâmica competitiva que confere à população o direito de escolher a elite que governará, abre espaço para a propaganda como a “arma” dessa disputa. Bernays, porém, foi mais adiante, por considerar que a fabricação da vontade democrática não se reduzia aos períodos eleitorais. Para ele, a propaganda política e a propaganda comercial se misturam e devem atuar todo o tempo em diversas plataformas, como filmes, notícias, venda de produtos,

direciona-se a publicidade customizada especificamente para cada cluster, de forma a atingir de maneira mais eficiente cada público, evocando o comportamento desejado (KAISER, 2020).

⁸ Recentemente ocorreram revelações de duas empresas israelenses que seguem um modelo de negócios similar ao conduzido anteriormente pela Cambridge Analytica, o Grupo Archimedes, e o Grupo NSO, responsável pelo desenvolvimento do software Pegasus. O primeiro foi banido do Facebook justamente por se engajar na disseminação de desinformação massiva (DEBRE; SATTER, 2018), enquanto o segundo foi denunciado pela Anistia Internacional por ter como alvos jornalistas, ativistas de direitos humanos, além de chefes de Estado, colaborando com serviços de inteligência e de segurança ao redor do mundo, incluindo o Brasil (INTERNATIONAL, 2021; CHADE, 2021).

⁹ Como noticiado pela Folha de São Paulo (MELLO, 2018) e confirmado pelo próprio WhatsApp (MELLO, 2019).

peças de teatro, e assim por diante, envolvendo todos os aspectos da vida em sociedade – em paralelo com o que Adorno e Horkheimer denominam como “indústria cultural” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006). A propaganda, desse modo, longe de se limitar a um mero mecanismo para a venda de produtos, passaria a ser o principal instrumento de controle social, tendo se adaptado continuamente aos novos desenvolvimentos tecnológicos.

Portanto, pode-se dizer que a democracia idealizada por Edward Bernays é a mesma que povoa tanto o imaginário social, por intermédio dos ideais de vida e de consumo difundidos pela indústria da propaganda, como os discursos políticos proferidos por lideranças partidárias, membros do parlamento, magistrados, jornalistas e até pelos cientistas políticos. No caso dos politólogos, a adesão à concepção de democracia teorizada por Robert Dahl – que segue a mesma trilha de Joseph Schumpeter, embora acrescente ao elitismo competitivo os requisitos liberais dos direitos civis e políticos – é, em alguma medida, a adesão à “Democracy” e a crença, muitas vezes inconsciente, de que os indivíduos podem ser “máquinas de felicidade”.

Mas, afinal, como Bernays faz convergir elementos do elitismo político com a psicologia social e a psicanálise para expressar uma concepção de democracia tão vinculada à propaganda? Que concepção de democracia transparece na sua obra e o motiva a construir a área de Relações Públicas? Quais as consequências dessa concepção para a democracia enquanto regime político? O objetivo deste trabalho é responder estas perguntas. Para tanto, a proposta é examinar a concepção de democracia de Edward Bernays por meio da análise de sua obra e com o apoio de literatura secundária. Com essa abordagem, de caráter documental e bibliográfico, este estudo apresenta uma interpretação fundamentada das influências históricas e teóricas no pensamento do autor e, também, da expressão de suas próprias ideias. Dessa forma, examino o papel da psicanálise como justificativa teórica para a concepção elitista de democracia, assim como a funcionalidade atribuída à propaganda de criar a conexão indissociável entre capitalismo e democracia – ou seja, um sistema no qual o indivíduo é cidadão porque é consumidor.

Para o encaminhamento dessa análise, o texto está organizado da seguinte forma. O primeiro capítulo faz a contextualização teórica e histórica do pensamento de Edward Bernays, procurando fornecer os ingredientes necessários para a compreensão dos fatores ambientais que contribuíram para a sua concepção de democracia. Como veremos, o fim do século XIX e início do século XX foram recheados de episódios conturbados na política estadunidense, com crescentes confrontos sociais característicos de uma sociedade que se

industrializava e se urbanizava rapidamente, recebendo um fluxo constante de imigrantes. Foi um período de grandes transformações, que influenciaram fortemente os principais pensadores da época. Por isso, abordo, primeiramente, o movimento progressivista, que, ao diagnosticar os crescentes conflitos sociais, defendeu uma sociedade racionalizada, onde estes conflitos seriam mediados, ou administrados, pelo Estado. Os seus adeptos buscaram se contrapor a movimentos contestatórios mais radicais, de maneira a manter o *status quo* ao mesmo tempo em que promoviam reformas para atender os anseios das massas. Seus membros acreditavam que era possível construir uma sociedade que proporcionasse a maior felicidade humana – o eterno objetivo dos indivíduos, de acordo com os filósofos e, como veremos, o grande objetivo da psicanálise, de acordo com Freud. Para a consecução desse grandioso objetivo, os dois principais instrumentos eram a ciência e o Estado. Ainda buscando oferecer o contexto necessário para compreender-se Bernays será abordada a psicologia de massas, que forneceu os elementos necessários para que o autor construísse uma visão acerca do indivíduo que guiará não só sua prática profissional, mas sua teoria de democracia. Por fim, analiso o papel da teoria política elitista na teoria do autor.

O segundo capítulo se debruça na teoria psicanalítica para examinar a sua influência na concepção de democracia de Bernays. São abordados os textos denominados sociais, de Sigmund Freud, assim como o impacto que estes tiveram, em especial, nos Estados Unidos. Dado que não se trata de um tema muito abordado na Ciência Política, procurar-se-á fazer uma explicação dos principais postulados da psicanálise, que, como o próprio termo já descreve, se trata de uma análise da alma dos homens e mulheres, e da sua importância para se pensar a democracia. A psicanálise adquire aqui um papel interessante – Freud era não só uma influência teórica abstrata para Bernays – o pai da psicanálise era tio do pai das Relações Públicas. Bernays se inspirou fortemente em seu tio ao tentar construir uma ciência da propaganda, vendo similaridades entre a resistência apresentada pela sociedade americana às suas ideias com aquelas enfrentadas pela psicanálise.

Finalmente, o terceiro capítulo analisa o pensamento de Edward Bernays, sua teoria de democracia e sua relevância para o estudo da Ciência Política atual. Procurar-se-á demonstrar como Bernays foi bem-sucedido em consolidar uma visão específica de democracia, na qual todos os aspectos da vida democrática passaram a ser mediadas pela propaganda.

2 RAÍZES DO PENSAMENTO BERNAYSIANO: PROGRESSIVISMO, ELITISMO, E A PSICOLOGIA DE MASSAS

Este capítulo aborda o ambiente histórico e teórico no qual as ideias de Edward Bernays acerca da sociedade democrática de massas e das funções da propaganda como forma de evitar o caos político e organizar a “vontade nacional” foram desenvolvidas. Convergiriam no seu pensamento o cientificismo desenvolvimentista do progressivismo, a desconfiança do elitismo em relação à viabilidade da democracia e as constatações da psicologia social sobre a irracionalidade da “natureza humana”. Bernays acolheria como verdadeiras as afirmações pessimistas tanto do elitismo como da psicologia social, mas se apoiaria no otimismo do projeto progressivista. O que tornaria possível esse amálgama, em princípio, improvável, é a propaganda como instrumento de persuasão para o controle social. Dado que a irracionalidade é a força motriz dos indivíduos submersos nas grandes aglomerações da sociedade de massas, que a ignorância sobre os temas complexos de governo é o que predomina no cidadão-médio, e que este é suscetível a agir conforme os seus preconceitos e sentimentos mais primitivos, a democracia seria possível apenas se as lideranças usassem de forma eficiente as técnicas de persuasão modernas da propaganda de bases científicas.

Mais do que isso, aliás. A democracia, manejada desse modo, seria a melhor forma de controle social, pois mantém a aparência de que o povo é a verdadeira fonte do poder e que os seus representantes são quem governam realmente. As eleições seriam, então, um reforço periódico dessa “crença”, assegurando a legitimidade do governo e a autoridade do Estado. Os valores associados à democracia liberal – a liberdade, a igualdade de oportunidades, a busca da felicidade individual – seriam celebrados, exaltados, disseminados em todas as mensagens diretas e indiretas de qualquer manifestação cultural ou de transação econômica. Os elitistas tinham razão, como dá a entender a “solução bernaysiana”: quem governa é sempre uma minoria. Isso não quer dizer que não exista algum espaço para a democracia. Contudo, essa forma de legitimação dos valores associados ao regime, e de pacificar o conflito social pelo poder, oculta que quem governa não é apenas a minoria, mas uma minoria imperceptível – o que Bernays chamou de “governo invisível”.

Sempre vai existir um governo invisível, acredita Bernays, composto por aqueles que sabem dirigir as massas. Esse poder não advém da sua capacidade de organização, como havia sido sugerido por Gaetano Mosca, mas sim do conhecimento dos mecanismos ocultos

que regem a psiquê humana. Aqueles que sabem como acionar tais mecanismos poderão manipular os desejos inconscientes dos indivíduos, mantendo-os, assim, sob controle. Mais do que isso, serão capazes de mobilizar as suas energias libidinais na direção do consumo como forma de satisfação sugerida dos seus desejos. Ou seja, após beber de todas essas fontes, Bernays constata que, devido ao potencial agressivo das massas e ao poder da opinião pública nas decisões do governo, caberia ao consultor de relações públicas conduzir os gostos, os desejos, os sentimentos dos cidadãos nas direções “corretas”. Dessa forma, o resultado seria uma sociedade administrada e pacífica, como desejavam os progressivistas, mediante o casamento harmonioso da democracia com o capitalismo.

2.1 OS CAMINHOS QUE LEVARAM À PROPAGANDA

Edward L. Bernays nasceu em Viena em 1891. Seu pai, Ely Bernays, era irmão da esposa de Sigmund Freud, Martha Bernays, e sua mãe, Anna, era irmã de Freud. Ou seja, era sobrinho por ambos os lados da família do pai da psicanálise. Seus pais emigraram para os Estados Unidos em 1892, se estabelecendo em Nova Iorque. Ao longo de sua vida, manteve contatos esporádicos com o tio, com quem passava férias nos Alpes durante sua infância e adolescência.¹⁰ Bernays foi responsável pela publicação de obras freudianas nos Estados Unidos, enviando os dólares obtidos com a venda dos livros a Freud, em Viena. Em um período de intensa crise de inflação, nos anos 20, os dólares enviados por Bernays foram de grande ajuda a Freud, que havia perdido praticamente todas as suas economias (CURTIS, 2002).

Bernays iniciou sua atuação profissional como agente de imprensa, trabalhando nas áreas do teatro e da música (TYE, 2002). Contudo, com a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, o autor passou a se envolver no esforço de guerra, primeiramente, se voluntariando como combatente. Tendo sido dispensado no exame médico, Bernays passou a trabalhar como voluntário para o Comitê de Informação Pública¹¹ (CIP), órgão criado pelo

10 Bernays descreveu em detalhes sua biografia, inclusive sua vida profissional, num longo livro, publicado em meados dos anos de 1960 (BERNAYS, 1965). Tye (1998) escreveu uma biografia em que analisa as contribuições de Bernays na construção do que mais recentemente é chamado de “*spin doctor*”.

11 O Comitê foi um órgão similar a um Ministério da Propaganda, criado através de uma Ordem Executiva pelo presidente Woodrow Wilson em abril de 1917, dias após a declaração de guerra à Alemanha. Inédito na história

governo estadunidense para moldar a opinião pública segundo os objetivos de guerra americanos, incitando a participação entusiasmada da população (BERNAYS, 2015a). Os grandes slogans estadunidenses durante o conflito consistiram em “Tornar o mundo seguro para a democracia”, e “A Guerra para acabar com todas as guerras”. A atuação do CIP foi extremamente bem-sucedida, sendo capaz de mudar drasticamente, em um curto espaço de tempo, a atitude da população estadunidense, até então majoritariamente contrária a guerra (MOCK, LARSON, 1939).

De fato, a Primeira Guerra foi relevante não apenas porque inaugurou a era dos conflitos de massas (HOBSBAWN, 2005) – uma espécie de primeiro ensaio do que viria a ser a “guerra total”¹² –, como também para a história da comunicação. Tratou-se da primeira guerra em que a Opinião Pública teve um papel central no planejamento estratégico dos países (MATTELART, 2001), e Edward Bernays foi um “observador participante” privilegiado desse processo. Terminado o conflito, ele foi uma das pessoas selecionadas para compor a comitiva de imprensa americana na Conferência de Paz de Paris, em 1919, encabeçada pelo Presidente Woodrow Wilson. Segundo o próprio Bernays, esse foi um divisor de águas em sua vida, pois o furor com que as multidões receberam Wilson em Paris, vendo nele o grande libertador dos povos, impactou-o profundamente (BERNAYS, 1965). Foi nesse momento que ele percebeu o quanto a propaganda estadunidense havia sido bem-sucedida. Em suas palavras:

A recepção de Wilson foi uma demonstração do poder das palavras e imagens. Milhões haviam sido condicionados a pensar em Wilson como o libertador dos povos de guerras futuras, um príncipe encarnado da paz. Eu percebi novamente a

do país, nunca mais a experiência de se criar um órgão para lidar exclusivamente com a propaganda durante a guerra seria repetida. O CIP era composto pelos Secretários da Marinha, Josephus Daniels, da Guerra, Newton D. Baker, e de Estado, Robert Lansing, e liderado pelo jornalista sensacionalista George Creel, amigo pessoal de Wilson. A principal função do órgão seria unificar a opinião pública estadunidense em torno do esforço de guerra, uma vez que o período de neutralidade havia sido marcado por uma grande aversão americana ao conflito, que era chamado de “a guerra europeia”. A própria campanha de reeleição de Wilson, em 1916, foi baseada na defesa da neutralidade, utilizando o slogan “Ele nos manteve fora da guerra”. (MOCK; LARSON, 1939, p. 17; AXELROD, 2009, p. x, 43)

12 O conceito de “guerra total” foi aplicado para descrever as características da forma ampliada de conflito bélico que se acentuaram na Segunda Guerra Mundial (MARWICK, EMSLEY and SIMPSON, 2001). O teatro de operações, nesse caso, envolve alvos militares e civis, emprega todos os meios e recursos possíveis e, portanto, não encontra limitações quanto ao território de combate e nem aos combatentes acionados – enfim, toda a sociedade é mobilizada para os objetivos de guerra (CHICKERING, FÖRSTER and GREINER, 2005). Um fator distintivo no caso da Primeira Guerra foi o escopo e o uso massivo da propaganda para motivar a opinião pública interna e, ao mesmo tempo, desestabilizar as forças inimigas, algo que, dentro outros fatores, levou Demm (1993) a afirmar que aquela foi a primeira experiência de “guerra total”. De fato, para ele, o envolvimento de toda a população e das atividades econômicas no conflito só foi possível devido ao uso massivo e eficiente da propaganda.

potência do CIP. Eu não pensei na frase “palavras que venceram a Guerra”, mas refleti sobre a ideia que estas palavras significavam.¹³

A partir de então, Bernays cogitou a possibilidade de se usar a propaganda em tempos de paz para lidar com os mais diversos problemas da organização coletiva em sociedades de consumo e de democracia de massa (BERNAYS, 2015a). Afinal, se a propaganda poderia ser usada para guerra, ela certamente poderia ser usada para a paz (CURTIS, 2002) – entenda-se por isso para a ordem social e conformidade com as regras.¹⁴ Assim, ao retornar aos Estados Unidos, ele decidiu abrir um escritório para trabalhar com essa nova forma de propaganda, ou, como ele a rebatizou, com Relações Públicas – *Counsel on Public Relations*. A substituição da nomenclatura era estratégica porque a palavra propaganda, como ele mesmo percebeu, havia assumido uma conotação negativa durante a Primeira Guerra Mundial (BERNAYS, 2015a). Naquele conflito bélico, tudo o que era dito pelo inimigo era percebido como mentiras ou alguma forma de manipulação, algo que passou a ser rotulado de propaganda; não obstante, o que vinha do Comitê de Informação Pública era visto pelo público interno como informação válida, o que, para ele, demonstrava, em primeiro lugar, o quão bem-sucedido havia sido o trabalho desse órgão junto à população estadunidense e, em segundo lugar, que havia um espaço de legitimidade para uma nova forma de propaganda (GEHRES, 2017).

O vislumbre dessa oportunidade incentivaria Bernays a criar uma profissão desassociada o máximo possível da palavra “propaganda” e, ainda, a toda uma trajetória de sutil e disfarçada militância com o objetivo de retirar a conotação negativa do termo. Para isso, a denominação “Relações Públicas” foi recorrentemente relacionada à “nova propaganda”. Esta, ao contrário da “antiga”, seria positiva para a sociedade democrática, pois cumpriria funções educacionais e informativas, indispensáveis à cidadania. A palavra propaganda, desse modo, seria depurada daquela carga moral condenatória que a Grande Guerra a havia impregnado. Bernays chegou a afirmar que a propaganda honesta buscaria apenas apresentar novos fatos ao público, a quem caberia aceitar ou rejeitar o problema apresentado (BERNAYS, 2015).

13 Tradução nossa do original (Bernays, 2015a, p. 2120): “Wilson’s reception was a demonstration of the power of words and pictures. Millions had been conditioned to think of Wilson as the liberator of the people from future wars, a living prince of peace. I realized again the potency of the CPI. I didn’t think of the phrase “words that won the war,” but I reflected on the idea these words signified.”

14 Conforme o próprio Bernays (2005, p. 54, tradução nossa), “Foi, é claro, o sucesso estrondoso da propaganda durante a guerra que abriu os olhos dos poucos inteligentes em todos os departamentos da vida para as possibilidades de se regimentar a mente do público”. No original: “It was, of course, the astounding success of propaganda during the war that opened the eyes of the intelligent few in all departments of life to the possibilities of regimenting the public mind”.

Com efeito, ao longo de sua vida, Bernays se dedicou com afinco à tarefa de “vender” a propaganda como uma atividade nobre, com a missão de educar e informar o público que, em princípio, é irracional (BERNAYS, 1928). Ao mesmo tempo, o autor tentou, continuamente, apresentar-se como o fundador de uma nova profissão – conselheiro de relações públicas – e de uma nova “ciência da propaganda” (BERNAYS, 1947). Em sua avaliação, que já era uma forma de persuasão, Bernays assemelhava as resistências aos consultores de relações públicas com aquelas enfrentadas por Freud na consolidação da psicanálise.

Mas, afinal, que habilidades específicas são essas que a nova profissão arquitetada por Bernays exige e que geravam tais resistências? Nada melhor do que as suas próprias palavras para a devida descrição desse novo profissional para uma nova sociedade pacífica e democrática:

O conselheiro de relações públicas é antes de tudo um estudante. Seu campo de estudo é a mente pública. Seus livros didáticos para este estudo são os fatos da vida; os artigos impressos em jornais e revistas, os anúncios inseridos em publicações, os outdoors que se alinham nas ruas, as ferrovias e as rodovias, os discursos proferidos nas câmaras legislativas, os sermões emitidos nos púlpitos, anedotas relatadas em salas de fumantes, as fofocas de Wall Street, o tamborilar do teatro e a conversa de outros homens que, como ele, são intérpretes e devem ouvir os enunciados claros ou obscuros do público. Ele traz o talento de sua compreensão intuitiva em auxílio de seus testes e pesquisas práticos e psicológicos. Mas ele não é apenas um estudante. Ele é um praticante com uma ampla variedade de instrumentos e uma técnica definida para seu uso.¹⁵

Ou seja, o profissional de relações públicas precisa, acima de tudo, compreender *como* as pessoas pensam e *no que* elas pensam. Munido desse conhecimento, é possível criar circunstâncias e utilizar diferentes mídias para mudar ou, eventualmente, reforçar as ideias do público a respeito de determinado assunto. Esse processo, que Bernays denomina de “engenharia do consentimento” (BERNAYS, 1947),¹⁶ seria indispensável nas sociedades democráticas, pois essa forma de governo exige que um grupo minoritário tome as rédeas dos

15 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2015, p. 20): “The public relations counsel is first of all a student. His field of study is the public mind. His text books for this study are the facts of life; the articles printed in newspapers and magazines, the advertisements that are inserted in publications, the billboards that line the streets, the railroads and the highways, the speeches that are delivered in legislative chambers, the sermons issuing from pulpits, anecdotes related in smoking rooms, the gossip of Wall Street, the patter of the theater and the conversation of other men who, like him, are interpreters and must listen for the clear or obscure enunciations of the public. He brings the talent of his intuitive understanding to the aid of his practical and psychological tests and surveys. But he is not only a student. He is a practitioner with a wide range of instruments and a definite technique for their use.”

16 Segundo Bernays (1947, p. 113): “This phrase quite simply means the use of an engineering approach—that is, action based only on thorough knowledge of the situation and on the application of scientific principles and tried practices to the task of getting people to support ideas and programs. [...] The engineering of consent is the very essence of the democratic process, the freedom to persuade and suggest.”

negócios públicos para impedir a erupção dos instintos agressivos das massas irracionais. Essa função caberia ao “governo invisível”, composto por aqueles que saberiam manipular, persuadir, e que conhecem os verdadeiros objetivos coletivos (BERNAYS, 1929). A democracia, portanto, exige o uso consciente e sistemático da propaganda para que a minoria dê rumo e sentido à maioria.

Como se pode notar, Bernays partilha do mesmo ceticismo da teoria política elitista quanto ao governo da maioria, embora não existam registros de que ele fosse familiarizado com os escritos do clássico trio italiano – Vilfredo Pareto,¹⁷ Gaetano Mosca¹⁸ e Robert Michels.¹⁹ Mas, como Bernays era conhecedor da psicologia das multidões, de Gustave Le Bon (1841-1931), não é desarrazoado supor essa influência indireta, inclusive por intermédio de Freud, que debateu as proposições daquele autor francês no seu livro “Psicologia das Massas e Análise do Ego”, de 1921. Como se sabe, Le Bon havia absorvido e sintetizado em sua obra o conservadorismo europeu daquelas décadas que ligavam o século XIX ao século XX.²⁰ Ademais, na mesma França que recepcionou muito das ideias elitistas, já havia a

17 A concepção elitista de Pareto é apresentada em articulação com a sua sociologia num tratado de 1917, publicado em francês. Esse tratado foi traduzido para o inglês alguns anos depois, como “*The Mind and Society*” (PARETO, 1935). Em 1920, Pareto escreveu uma série de artigos para uma revista de Milão que foram reunidos num pequeno livro, em 1921, pela Editora Corbaccio, com o título “*Transformazione della Democrazia*”. Nele, além das críticas à democracia liberal, expõe com mais veemência o seu modelo elitista para uma democracia regulada. Esse texto foi publicado em inglês somente em 1984, contando com uma introdução analítica de Charles Powers (PARETO, 1984).

18 Mosca abordou o elitismo desde um ponto de vista classista. Para ele, a minoria que governa é uma “classe governante”. Professor de Direito Constitucional e Ciência Política, com experiência parlamentar – foi deputado e senador –, Mosca notou a que a capacidade de organização da minoria era central para o seu domínio. Essas ideias foram expressas de maneira mais articulada na sua obra clássica “*Elementi di Scienza Politica*”, publicada em duas partes; a primeira, em 1896, e, a segunda, em 1923, ambas pela Fraelli Bocca Editori (MOSCA, 1896/1923). Sua tradução para o inglês foi publicada no mesmo ano em que a Alemanha nazista invadiu a Polônia, desencadeando a Segunda Guerra (MOSCA, 1939).

19 Embora de origem alemã, Michels é identificado com o elitismo italiano não apenas devido à proximidade do seu pensamento com o de Gaetano Mosca, que foi seu colega de departamento na Universidade de Turim, mas também porque ele se naturalizou italiano, cuja cultura e modo de vida lhe eram mais atraentes. Michels também foi próximo de Max Weber, de quem receberia influência na construção da sua obra mais reconhecida, em que analisou o processo de burocratização do partido social-democrata alemão. Publicada em alemão, pela primeira vez, em 1911, a tendência de formação de oligarquias nas organizações políticas foi editada em Leipzig, com o título “*Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie*” (MICHELS, 1911). Em 1912, o livro foi vertido para o italiano, com o título “*Sociologia del partito politico nella democrazia moderna: studi sulle tendenze oligarchiche degli aggregati politici*”, que serviu de fonte para a tradução inglesa de 1915, pela Hearst's International Library Co, de Nova York. Antes disso, em 1914, foi publicada a sua versão em francês, intitulada “*Les Partis Politiques*”. A edição em inglês mais difundida foi lançada em 1962, com a mesma tradução de 1915, de Eden Paul e Gertrude Davenport, mas com um prefácio analítico de Seymour Martin Lipset, e agora pela Collier Books (MICHELS, 1962). No Brasil, trechos selecionados foram publicados como capítulos de obras coletivas a partir dos anos de 1960, de maneira que o livro mesmo só foi editado pela primeira vez em 1978, pela Editora Senzala, que, assim como a edição posterior, da UnB, lançada em 1982, não era integral. Em português, com o título “Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna”, a obra só veio a ser publicada integralmente em 2001, pela Edições Antígona, de Portugal (MICHELS, 2001).

20 Le Bon atuou em diversas frentes científicas, embora tenha sido considerado, no seu tempo, apenas um vulgarizador da ciência, ou seja, alguém que se dedicava a reunir os conhecimentos produzidos para divulgá-los ao grande público. Das suas obras publicadas, as que ganharam maior repercussão foram as dedicadas à

tradição positivista de Auguste Comte, que desacreditava a democracia para defender a república autoritária, principalmente na sua peculiar “Politique Positive” (GEORGE, 1927).

Nos Estados Unidos, ambiente de formação de Bernays, uma parcela relevante do movimento progressivista foi receptiva às desconfianças elitistas quanto à funcionalidade da democracia – esse foi o caso de um dos mais proeminentes pioneiros da sociologia no país, Edward Alsworth Ross (1866-1951). Com perfil polêmico e contraditório, Ross publicou artigos em defesa da eugenia, foi acusado de racismo, saudou a Revolução Russa e foi um ferrenho defensor do New Deal. Numa de suas obras mais conhecidas, “*Social Control*”, Ross (1901, p. 87) observou que “será interessante conferir como a poderosa tradição democrática que se desenvolveu neste país lidará com as condições adversas do século em que acabamos de entrar”.²¹

Contudo, Edward Ross não estava sozinho. A ideia de controle social não era uma novidade no pensamento estadunidense. Desde meados do século XIX, alguns autores já teorizavam sobre a possibilidade de se utilizar a ciência para “guiar” a sociedade na direção desejada, conforme veremos com maior detalhe adiante. Um dos analistas que elaborou essas ideias de maneira mais sistemática foi o sociólogo Lester Frank Ward (1841-1913), que baseou seus escritos na concepção de que é possível controlar e conduzir a sociedade com o objetivo de promover a felicidade coletiva – uma clara influência positivista. Assim como Ross, Ward também se destacou na construção do movimento progressivista, que abrangeu o período de 1896 a 1917.²²

Bernays, entretanto, não precisou desenvolver uma perspectiva discrepante do conservadorismo elitista ao se aproximar dos ideais progressivistas. No caso do elitismo, não há dúvidas: toda forma de governo será, necessariamente, da minoria. Não obstante, embora imbuído de inegável cinismo, ele vislumbrava o potencial da democracia para lidar com as

psicologia, especialmente “*Psychologie des Foules*”, cuja primeira edição foi lançada em 1895, pela editora Alcan, Paris. Esse livro foi rapidamente traduzido para diversas línguas e, desde então, costuma ser reeditado com frequência em inúmeros países. Crítico tanto do socialismo como do liberalismo, Le Bon considerava a democracia uma temeridade inevitável, por isso os “homens de Estado” deviam se munir dos conhecimentos da psicologia das multidões para manter o controle social. Segundo relatos, esse texto foi lido por Mussolini, Hitler e Joseph Goebbels.

21 Tradução nossa do original: “It will be interesting to mark how the powerful democratic tradition that has grown up in this country meets the adverse conditions of the century we are just entering on.”

22 O Progressivismo surgiu como um movimento encabeçado por intelectuais, políticos, cientistas, entre outros, que teve como principal pauta a reforma nas mais diversas esferas da sociedade. Seus membros tinham em comum o diagnóstico de que o período final do século XIX, auge da Era Dourada, teria trazido transformações profundas na sociedade estadunidense que representaram uma ruptura com os valores tradicionais que o país defendia, sendo vistos como “não americanos”. Aqueles que participaram do movimento buscavam corrigir essa situação através de reformas, encabeçadas principalmente pelo Estado, e baseadas no uso inteligente da ciência e da tecnologia, conforme será aprofundado mais adiante.

condições adversas do século XX, aludidas por Ross. Desse modo, o seu progressivismo assegurava a viabilidade da democracia, mas uma democracia como o governo de uma elite – o que ele viria a chamar de “governo invisível” (BERNAYS, 1929). Ainda, longe de acreditar que essa concepção seria uma perversão dos princípios democráticos, Bernays estava convencido de que essa devia ser a compreensão realista e inevitável da funcionalidade possível do regime democrático nas complexas sociedades contemporâneas. Afinal, segundo ele, “somos governados, nossas mentes são moldadas, nossos gostos formados, nossas ideias sugeridas, em grande parte, por homens de quem nunca ouvimos falar. Este é um resultado lógico da forma como a nossa sociedade democrática está organizada” (BERNAYS, 2005, p. 37).²³

2.2 O MOVIMENTO PROGRESSIVISTA: EM DEFESA DA SOCIEDADE ADMINISTRADA

A importância do Progressivismo na história dos Estados Unidos é bastante singular. Foi um momento histórico em que grupos organizados buscaram influenciar o governo a aderir aos seus ideais modernizantes, visando, principalmente, a eliminar a corrupção na política – o *spoil-system* que chamou a atenção de Max Weber²⁴ – e nas corporações (HABER, 1964). Segundo os progressivistas, era devido a esses fatores que a administração pública era amadora e ineficiente, as cidades estavam numa situação deplorável e os trabalhadores eram submetidos à miséria; enquanto isso, a riqueza se acumulava numa oligarquia cada vez mais milionária (BUENKER and CRUDEN, 1986). A oferta abundante de mão de obra barata, graças ao fluxo constante de imigrantes, permitia às indústrias acelerados aumentos de lucratividade, ao mesmo tempo em que milhões de trabalhadores

23 Tradução nossa do original: “We are governed, our minds are molded, our tastes formed, our ideas suggested, largely by men we have never heard of. This is a logical result of the way in which our democratic society is organized.” (BERNAYS, 2005, p. 37).

24 No seu clássico “A Política como Vocação”, de 1919, Weber analisa as máquinas partidárias americanas e os seus bosses como um mecanismo de competi o pela captura do Estado para se apropriar dos seus recursos. Similar ao que também   chamado de sistema de patronagem, o sistema de reparti o de espólios faz alusão ao patrimonialismo a que os partidos e os políticos se lançaram quando venciam as elei es em meados do século XIX nos Estados Unidos. Atribui-se ao Senador William Marcy a expressão que estabeleceu o termo (SPENCER, 1959). Em 1828, comemorando a vitória de Andrew Jackson na corrida presidencial, ele teria dito: “to the victor belong the spoils”. Ou seja, todos os cargos e recursos estatais que estavam sob a “posse” do partido perdedor seriam apropriados, justamente, pelo partido vencedor.

permaneciam em condições sub-humanas (ZINN, 2014).²⁵ Nesse contexto, a excessiva exploração da força de trabalho e o aprofundamento da desigualdade entre as classes acirravam a polarização entre pobres e ricos (STANLEY, 1954).

Inevitavelmente, os conflitos sociais se traduziram em grandes protestos e paralisações no final do século XIX (HOFSTADTER, 1954). Nessa época, as corporações detinham poder inclusive sobre guardas e milícias estaduais, que eram utilizadas para acabar violentamente com greves e as organizações coletivas de trabalhadores que começavam a se formar (ZINN, 2014; NUGENT, 2010), com a criação de sindicatos e diferentes associações, algumas das quais dispostas, inclusive, a recorrer à luta armada para assegurar os seus direitos (GOULD and SHAH, 2000). Por consequência, os frequentes embates entre as organizações de trabalhadores e as forças de repressão aprofundaram a descrença da população na harmonia social (NUGENT, 2010).

De maneira geral, aquele foi um período abundante em contradições (HOFSTADTER, 1954). A indústria estadunidense teve crescimentos exponenciais, levando o país a ocupar uma posição global proeminente na produção de manufaturas industrializadas, ferro, aço, carvão e petróleo (WHITE; MORRIS, 2013). O crescimento industrial acelerado sem a devida regulação favoreceu a emergência de oligopólios e monopólios da chamada era dos “barões ladrões”,²⁶ quando surgiram os primeiros magnatas do país, como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J.P. Morgan (BEATTY, 2008). Inclusive, a ausência de regulação do crescente mercado financeiro, em especial, foi responsável pelo desencadeamento de crises econômicas em 1882-83, em 1887 e de 1893 a 1897 (GOULD and SHAH, 2000). A sua recorrência impôs uma dinâmica circular de crescimento, seguindo de crise, seguida de reação das massas de trabalhadores, e assim por diante (WHITE; MORRIS, 2013).

Desse modo, as décadas finais do século XIX provocaram um desarranjo nas ideias até então enraizadas no imaginário estadunidense de que a sua sociedade era harmônica, próspera, oferecia igualdade de oportunidades e, por isso, não “padeceu” do conflito de classes

25 Um novo tipo de jornalismo surgiu na esteira desse movimento e se encarregou da exposição dessas condições. Precursores do jornalismo investigativo e do chamado “*watchdog journalism*”, esses periodistas ficaram conhecidos como “*muckrakers*” (COOK, 1972). No campo ficcional, uma das obras de denúncia social mais emblemáticas da exploração dos imigrantes como trabalhadores industriais e da corrupção e ganância dos ricos homens de negócio foi escrita por Upton Sinclair, um simpatizante do socialismo. O seu título é “*The Jungle*” e foi publicada em 1906.

26 Barões ladrões (*robber barons*) foi um termo criado para referenciar os grandes magnatas da indústria do fim do séc. XIX e início do séc. XX, cuja origem remonta aos anos de 1870. A ideia central que expressa é a de que os novos milionários capitalistas, donos de grandes indústrias quase monopolísticas, seriam homens corruptos, ladrões, e inúteis socialmente, tais quais os barões de outrora. Na literatura progressivista, eram fortemente criticados (LLOYD, 1894).

– um mito que Alexis de Tocqueville tinha ajudado a criar.²⁷ Nesse sentido, pode-se dizer que o Progressivismo foi uma reação aos efeitos do boom econômico da chamada *Gilded Age* – a Era Dourada (BEATTY, 2008). Entre 1870 e 1900 o rápido crescimento da produção industrial aumentou a demanda por mão-de-obra, cuja escassez de oferta provocou o incremento dos salários em até 60%. Isso atraiu massivos contingentes de trabalhadores europeus que começaram a apinhar os bairros mais pobres das cidades, fizeram reduzir os ganhos salariais devido ao aumento da oferta de força-de-trabalho e contribuíram para deteriorar ainda mais as já precárias condições sanitárias, de moradia e de segurança (CHERNY, 1997). A imigração se tornou um problema econômico, político e social de grande monta, principalmente os conflitos entre grupos de irlandeses e “nativos” de origem inglesa (BUENKER and BUENKER, 2006). Para os diversos grupos que deram à luz esse movimento, a necessária modernização do país consistia num conjunto de reformas profundas em várias instâncias institucionais – urbanização planejada, educação para a cidadania, administração pública científica, regulação da economia e legislação, inclusive emendamento constitucional (BUENKER; BURNHAM and CRUNDEN, 1977; HABER, 1964).²⁸

O Progressivismo surgiu, então, como um movimento contestatório que defendia reformas em diversas áreas da sociedade, visando a amenizar tais conflitos. Seus contornos serão mais bem definidos nos anos iniciais do século XX, encabeçado por uma classe média composta por intelectuais, políticos, cientistas, entre outras categorias, e cujo ápice na política institucional foi alcançado com a eleição de Woodrow Wilson à Presidência da República, em 1912 (STANLEY, 1954).²⁹ Sua meta maior era o desenvolvimento de uma sociedade moderna e moderada, preservando, portanto, os valores tradicionais da liberdade individual, do empreendedorismo, da igualdade de oportunidades e da democracia como a forma ideal do governo republicano (BUENKER and BUENKER, 2006). Um dos principais obstáculos

27 A introdução do primeiro volume de sua clássica obra, “*De la Démocratie en Amérique*”, publicada em 1835, começa com a afirmação de que a igualdade de condições era a novidade que mais chamou a sua atenção dentre tantas outras que ele encontrou naquela República. No seu modo de ver, esse era o “primeiro fato”, ou seja, o ponto de partida, para a convivência harmônica entre liberdade e democracia, que era a igualdade no seu aspecto político. Ou seja, a igualdade de condições era a pedra angular do edifício político norte-americano.

28 As Emendas 16, 17, 18 e 19 à Constituição resultaram das ações políticas do movimento. Na área da educação, a principal liderança reformista foi John Dewey, que procurou dotar os currículos de um teor pragmático, voltado ao conhecimento prático e aplicável. As reformas urbanas e administrativas foram mais demarcadas em cidades como Detroit, o modelo inicial, seguida por Chicago, Cleveland, Los Angeles e Memphis.

29 Wilson, do Partido Democrata, foi o terceiro de uma sequência de Presidentes reconhecidamente comprometidos com as reformas progressivistas. Os outros dois, republicanos, foram Theodore Roosevelt, que governou de 1901 a 1909, e William Taft, o seu sucessor, que ocupou a Casa Branca de 1909 a 1913. Taft tentou a reeleição, mas os votos republicanos foram divididos em virtude da candidatura de Roosevelt pelo Partido Progressivista. Descontente por ter sido preterido nas prévias do Partido Republicano, Roosevelt fundou essa sigla para tentar mais um retorno à Presidência, mas acabou facilitando a ampla vitória de Wilson.

identificados pelos adeptos do movimento era o aumento do poder de corporações com a consequente ascensão de uma nova classe de milionários – para eles, algo “não-americano”, pois atentaria contra os valores e tradições da população, cuja existência era a causa da desigualdade econômica (BEATTY, 2008).

Sem dúvida, a tarefa colocada pelos progressivistas não era simples. Tratava-se de reestruturar o Estado e de modificar a cultura política do país. Mas, vale repetir: tratava-se, ainda assim, de reformismo. Almejava-se conter as revoltas populares e acalmar os ânimos das camadas mais vulneráveis, obviamente, mas não havia a pretensão de alterar as relações de poder (ZINN, 2014; KOLKO, 2008). Não se defendia abrir as portas do Estado ao governo popular, nada disso. Para usar um termo elitista, o que era urgente, pelo menos para os progressivistas, era a substituição da elite política tradicional, corrupta, decrépita, ultrapassada, ineficiente, por outra, moderna, comprometida com o interesse público, adepta do desenvolvimento econômico com algum grau de justiça social e que se cerque de uma burocracia de Estado profissional, técnica, dando ao governo uma capacidade administrativa de base científica (BUENKER; BURNHAM and CRUNDEN, 1977). As duas palavras mais utilizadas por seus membros eram a necessidade de “eficiência” no governo e a “responsividade” aos cidadãos (BUENKER and BUENKER, 2006). Para tanto, era crucial a racionalidade na administração da comunidade política, que deveria ser conduzida pelo Estado (HABER, 1964).

Em suma, as reformas elevariam o nível de vida do país, porém, não deveriam anular os interesses das classes dominantes e a moral da classe média branca. Em realidade, o governo e as elites seguiriam liderando a legislação reformista a fim de conter precisamente a radicalidade das exigências dos trabalhadores. Aliás, o movimento não teria dado frutos se este não fosse também o interesse das elites econômicas do país, algo já sugerido pelo seu principal slogan: “reforma” (ZINN, 2014). Não é por outra razão que essa agenda se chocava com as demandas dos movimentos radicais que disputavam o protagonismo político naqueles anos. Ao final, com o discurso de reforma, o Progressivismo foi capaz de derrotar seus concorrentes mais inflamados (NUGENT, 2010).

Como já mencionado, alguns cientistas sociais foram lideranças fundamentais no debate público em defesa do reformismo. Como não podia ser diferente, a sua frente de batalha foi sobretudo intelectual, com a construção de teorias voltadas à fundamentação científica da remodelagem das leis e do aparelho de Estado. Seu objetivo principal era pôr de pé um projeto que tinha como meta a maximização da felicidade humana. Conhecer as “leis

invariáveis” que regiam o universo social devia ser, segundo eles, o ponto de partida para tal empreendimento, como podemos depreender das obras de dois dos fundadores da sociologia norte-americana referidos, Edward Alsworth Ross (1866-1951) e Lester Frank Ward (1841-1913). Ross defendeu que o propósito da sociologia é a reforma da sociedade. Num de seus livros mais emblemáticos, “*Sin and Society*”, publicado em 1907, afirmou que o pecado não era apenas um problema individual, mas social; dessa forma, somente a reforma estrutural da sociedade poderia diminuir os pecados modernos, como a apropriação de recursos públicos por poucos indivíduos, cujo resultado foi o surgimento dos magnatas que controlam a economia, e, por extensão, a política.

Para Ward – que, além de sociólogo, era paleontologista e botânico –, a sociologia devia compreender os mecanismos da evolução para saber como interferir no seu curso. De fato, ele foi um dos primeiros sociólogos a utilizar a teoria darwiniana e tentar aplicar à evolução da sociedade uma perspectiva positivista. Esse era o mote da sua doutrina da *telesis*, nome dado ao progresso planejado. Essa era uma síntese criativa, e porque não dizer, peculiar de Darwin com Comte. Com Darwin, Ward passou a ver a sociedade como um organismo cuja evolução era um processo errático; com Comte passou a acreditar na existência de leis do funcionamento social que poderiam ser descobertas e estudadas segundo o método científico. Com essa perspectiva combinada, chegou à conclusão de que a ciência da sociedade deve observar os fenômenos sociais como passíveis de controle inteligente pela própria sociedade, de maneira a otimizar a realização dos interesses coletivos (WARD, 1883).

Com essa posição, o autor entrou em confronto com alguns importantes defensores do liberalismo *laissez-faire*, como William Graham Sumner e Herbert Spencer.³⁰ O embate entre Lester Ward e Herbert Spencer tocou na questão muito presente na virada do século, qual seja, o nível de interferência do Estado na economia e em outras esferas da vida privada. Spencer, um dos maiores defensores do *laissez-faire* naquela altura, considerava que a concorrência era – e devia continuar a ser – o princípio norteador da sociedade.³¹ Logo,

30 Sumner foi um dos mais influentes sociólogos daquela época nos Estados Unidos, considerado um dos responsáveis pela institucionalização acadêmica da disciplina. Se considerava liberal tão radical que, nas questões econômicas, aderiu de maneira tão plena ao “*laissez-faire*” que condenava o imperialismo. Spencer, como se sabe, é reconhecidamente o maior difusor de uma interpretação bastante crítica da teoria da evolução de Darwin, conhecida como “darwinismo social”, que consiste na quase absoluta não-interferência do Estado nas relações de mercado. A convergência de Sumner com as ideias de Spencer fizeram dele uma grande influência para o conservadorismo estadunidense e um representante do “darwinismo social” no país (HAWKINS, 1997).

31 Conforme afirmam Dardot e Laval (2016, p. 52-53), sobre o spencerismo, “convém sublinhar a virada que o pensamento de Spencer representa na história do liberalismo. O ponto decisivo que permite a passagem da lei da evolução biológica para suas consequências políticas é a prevalência na vida social da luta pela sobrevivência. Sem dúvida, a referência a Malthus ainda é muito importante em Spencer: nem todos os homens são convidados para o grande 'banquete da natureza'. A essa influência, porém, somou-se a ideia de que a competição entre os

qualquer intervenção governamental nos assuntos privados seria nociva à sociedade como um todo, pois interromperia o processo de evolução “natural” que rege o curso da vida coletiva equilibrada³² (HAWKINS, 1997).

Ward, contrariamente, estava convicto de que não existia nenhuma garantia de que o livre curso da natureza fosse capaz de produzir o progresso social. Sendo assim, não poder-se-ia deixar a felicidade humana, o futuro social, à mercê de um mecanismo acidental de leis naturais desconhecidas. Por isso, o objetivo da sociologia deve ser “[...] investigar as leis do progresso humano com vistas a *influenciar* esse progresso para o bem da sociedade.”³³ (WARD, 1883, p. 56), de cuja aplicação prática se incumbiria o que ele chamou de sociocracia.³⁴ Em sua maioria, os progressivistas caminhavam por essa trilha pavimentada por Ward, encampando a defesa da universalização da educação pública, do fim do trabalho infantil e do uso da ciência para interferir nas mais diversas esferas da sociedade com vistas à melhoria das condições de existência. O primeiro passo para essa conquista seria o conhecimento – definido por Ward (1883) como “a verdade apreendida pelo intelecto” – e a sua difusão por meio da educação científica de todos os membros da sociedade. O segundo passo seria a organização desse conhecimento em uma filosofia do progresso humano – na terminologia de Ward (1883), uma sociologia dinâmica.³⁵

indivíduos constituía para a espécie humana, que nisso é assimilável às outras espécies, o próprio princípio do progresso da humanidade. Daí a assimilação da concorrência econômica a uma luta vital geral, que é preciso deixar que se desenvolva para que a evolução não seja interrompida [...].”

32 Essa ideologia entrou em declínio no período entre guerras e, com uma força maior, após a Segunda Guerra Mundial. Em seu lugar emergiu, desde os anos de 1930, um tipo de liberalismo mais voltado aos valores de justiça social, ligado, especialmente, ao pensamento keynesiano. Em termos práticos, daria subsídios ao modelo social-democrata. Mais recentemente, os defensores do *laissez-faire* se reorganizariam num movimento que hoje conhecemos por neoliberalismo.

33 Tradução nossa do original: “[...] investigate the laws of human progress with a view to influence that progress for the good of society” (WARD, 1883, p. 56).

34 É interessante notar que Ward tinha consciência de que, para que a sociologia fosse capaz de descobrir as leis que controlam as sociedades humanas, seria necessária uma coleta massiva de dados, que seriam então analisados para que se extraísse deles os padrões sociais. Nesse sentido, podemos traçar um claro paralelo entre as ideias defendidas por Ward, e posteriormente pelos progressivistas, e o movimento tecnocrático, muito discutido atualmente (KHANNA, 2017). A busca por uma sociedade cientificamente administrada, por uma elite capaz, também é uma ideia cara aos tecnocratas. Ward via a necessidade de se instaurar um Governo composto por legisladores que reduzissem a legislação a um processo científico exato, instaurando assim um sistema de controle eficaz. Seguindo linhas utilitárias, o objetivo desse empreendimento seria eliminar o sofrimento e aumentar o prazer agregado na sociedade.

35 Em conjunção ao espírito progressivista, surgiu um movimento denominado “gospel social” que defendiam o papel social da religião. Em sua maioria, seus adeptos pertenciam a igrejas protestantes, mas havia um número considerável de integrantes que eram vinculados a igrejas católicas. Pastores e padres participantes desse movimento publicaram obras em que afirmavam que a desigualdade extrema era um pecado, e que a má distribuição de recursos deveria ser combatida. Alguns exemplos são Walter Rauschenbusch e seu livro “*Christianity and the Social Crisis*” (1908); John A. Ryan, que publicou as obras “*A Living Wage*” (1906) e “*Distributive Justice: The Right and Wrong of Our Present Distribution of Wealth*” (1916); e o pastor Henry Demarest Lloyd, com a sua obra “*Wealth against Commonwealth*”, de 1894.

Essas ideias dariam alicerce ao edifício normativo dos progressivistas (CHRISS, 2006). Políticos identificados com o movimento, como Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson, foram bem-sucedidos em aprovar legislações que regulamentavam diferentes mercados e responsabilizavam, ainda que de maneira incipiente, as grandes empresas pelas suas ações, como o ato do Federal Reserve (1913), além da criação de agências reguladoras, como a Federal Trade Commission (1914). Outra inovação importante foi a aprovação de diversas reformas constitucionais por intermédio da proposição de Emendas.³⁶

Não por acaso, Woodrow Wilson foi uma figura fundamental do movimento progressivista. A sua trajetória acadêmica anterior não apenas o levou a ser o único Presidente até agora a possuir doutorado, mas também a aproximar as novas ideias da Ciência Política e o mundo da política real de Washington.³⁷ No campo acadêmico, Wilson foi um dos principais responsáveis pela superação do paradigma jusnaturalista em favor da abordagem histórico-funcionalista do antigo institucionalismo (PERES, 2008). Seguindo os parâmetros que vinham se desenvolvendo na Alemanha, esse paradigma preconizava uma nova ciência da política, entendida como a ciência do Estado e para o Estado (*Staatswissenschaft*). Com o foco voltado para a estrutura do governo e a administração pública responsável e científica, o centro das reflexões deixaria de ser a proteção do indivíduo frente ao Estado para ser a promoção do Estado como agente de mudança e progresso social. Dessa maneira, Wilson foi capaz de concretizar no governo, pelo menos em parte, as ideias que professava no debate acadêmico (FARR, 2008). Em algumas de suas obras, é explícita a proposição de uma verdadeira “ciência da administração” (WILSON, 1887).

Nesse contexto, houve uma considerável sinergia entre a Ciência Política estadunidense, em especial a Associação Americana de Ciência Política (APSA), e a política institucional representativa (DRYZEK, 2006). Charles Merriam, professor da Universidade de Chicago, que também havia se envolvido com a administração pública, foi outro cientista político cuja contribuição para a interface entre o governo e as Ciências Sociais foi determinante, nos anos de 1920, quando chegou, inclusive, a ocupar a presidência da APSA. Ele rejeitava categoricamente a premissa individualista dos contratualistas, que definiam a

36 A 16ª Emenda instaurou um imposto de renda federal (1909), algo defendido insistentemente pelos progressivistas. A 17ª Emenda estabeleceu o voto direto para Senadores (1913), antes escolhidos pelas câmaras estaduais, com o intuito de democratizar a política nacional. A 18ª Emenda proibiu o consumo e a venda de bebidas alcoólicas (1919). Finalmente, a 19ª Emenda legalizou o voto feminino (1920).

37 Wilson era Doutor em Ciência Política pela Universidade John Hopkins. Foi uma peça central para a consolidação acadêmica da área nos Estados Unidos, tendo atuado como Reitor da Universidade de Princeton e contribuído para a criação da Associação Americana de Ciência Política, da qual veio a ser um dos primeiros presidentes.

história da civilização como o acordo de contratos entre homens para fugir do estado de natureza e, dessa forma, conter a violência do homem contra o homem. Assim como os demais defensores da nova ciência da política, Merriam (1903) afirmava que não existem “direitos naturais”, e que, portanto, não há diferença entre leis e direitos. Aqui abre-se o espaço para atribuir ao Estado a relevância devida – só existem os direitos garantidos pelo Estado.

Neste ponto da linha histórica, reaparece o nosso personagem principal: em 1935, Bernays falaria num encontro da APSA. Ele pregou o uso científico da propaganda para sustentar a democracia e, em consequência disso, defendendo a criação de uma Secretaria de Relações Públicas junto à Presidência do país (BERNAYS, 2015a, p. 950). Dois anos mais tarde, o cientista político Harwood L. Childs criaria a revista *Public Opinion Quarterly* junto à Universidade de Princeton, convidando Bernays a ser um dos seus editores (BERNAYS, 2015a). Essa aproximação não apenas era possível como foi uma decorrência direta de fatores convergentes. O progressivismo clamava por um governo racional, burocrático e pautado pelo conhecimento científico. A Ciência Política adotou um paradigma que dava primazia ao Estado como indutor do desenvolvimento administrado da sociedade democrática. Bernays oferecia a “nova propaganda” como o instrumento para conduzir a opinião pública na direção dessa democracia administrada pelos estadistas e que, ainda, associava os valores democráticos à produção capitalista, fazendo do consumo de mercadorias um formidável mecanismo que prometia tanto a estabilidade política como o crescimento econômico, superando os conflitos de classe e as condições de vida precárias da maioria dos trabalhadores (EWEN, 2018).

Ainda que a indústria tenha sido bem-sucedida em seus empreendimentos, o movimento progressivista chegou a seu fôlego final em meados da década de 1920, cujo fim trouxe a queda da bolsa de Nova Iorque, e, como resultado, a Grande Depressão. Contudo, as suas conquistas foram além da política, como o demonstra a eleição de Franklin Delano Roosevelt, em 1932, e a implementação do New Deal, que deu corpo a muitas das propostas progressivistas. Apesar do fim do movimento, a ideia de uma sociedade racionalmente administrada teria continuidade.

2.3 A PSICOLOGIA DE MASSAS

O otimismo progressivista se chocaria com a realidade da crise europeia causada pela Primeira Guerra Mundial, que, em exato oposto ao que acreditavam os seus defensores estadunidenses, trouxe um profundo pessimismo em relação ao progresso e à racionalidade. O período da *Belle Époque*, com sua crença cega na razão e na ciência (ROUDINESCO, 2016), deu lugar à guerra e à crise, quebrando a ilusão predominante de que a Europa, com a sua alta cultura, teria atingido um patamar imune à barbárie³⁸. Esse momento também é marcado pela ascensão do receio, cada vez maior, em relação à democracia de massas, vista como potencialmente perigosa.

A psicologia social surgiu nesse contexto de pessimismo crescente, mostrando que, mesmo indivíduos educados, administrados “racionalmente” – como defendiam os progressivistas –, eram movidos por instintos violentos e antissociais. Os teóricos da psicologia social foram em busca da “natureza humana”, examinando a irracionalidade das massas, como nos casos de Scipio Sighele e Gustave Le Bon; procurava-se avaliar, acima de tudo, a possibilidade de guiar as massas em direções construtivas, como fizeram Gabriel Tarde e, mais uma vez, Le Bon. Wilfred Trotter e Sigmund Freud questionaram quais as motivações primitivas e inconscientes dos seres humanos, enquanto as consequências da mentalidade das multidões nas sociedades democráticas foram analisadas por Everett Dean Martin e William McDougall.

As respostas apresentadas por esses pensadores se tornariam centrais para algo que não foi devidamente considerado pelos progressivistas: o controle social. Ocorre que, na sociedade de massas, contar com um Estado racional e eficiente não era o bastante; é preciso controlar as massas e a opinião pública, sempre sujeita à manipulação (LIPPMANN, 2005). É claro que administrar a democracia de massas não é o mesmo que gerenciar o desenvolvimento econômico segundo os moldes industriais e capitalistas – um modelo administrativo não se transpõe imediatamente ao outro. Nesse hiato reside a oportunidade de uso político da psicologia social, pois o conhecimento a respeito do funcionamento das forças

38 Ao examinar o que teria levado à tamanha barbárie durante a Guerra, Freud chega à conclusão de que o comportamento dos homens não seria tão surpreendente assim: “Já podemos extrair um consolo desse exame: nossa mortificação e nossa penosa desilusão em virtude do comportamento incivilizado de nossos concidadãos do mundo durante a presente guerra foram injustificadas. Basearam-se numa ilusão a que havíamos cedido. Na realidade, nossos concidadãos não decaíram tanto quanto temíamos porque nunca subiram tanto quanto acreditávamos.” (FREUD, 1996, p. 294)

que atuam contra a coesão social permite o seu controle em alguma medida. Sem coesão social, a democracia é impossível, como repetido por Bernays sempre que surgia uma ocasião propícia para afirmar o liame que mantém intacta essa comunhão: a propaganda como forma de persuasão da opinião pública.

O teórico mais proeminente desse campo de estudos foi Gustave Le Bon (1841-1931), como já mencionado. Em sua obra *“Psicologia das Multidões”*, publicada em 1895, ele explorou as características mentais das multidões. Assim como muitos teóricos liberais do século XIX, ao escrever sua obra, Le Bon tinha a experiência da Revolução Francesa em mente, o que reforçou a sua percepção de que as pessoas, quando diluídas em grandes aglomerados, são levadas por emoções fortes e por simplificações. Ainda, os traços pessoais distintivos desaparecem, dando lugar a um ser coletivo homogêneo e altamente sugestível. Com base nisso, Le Bon advoga ser crucial conhecer o que chamou de “alma das multidões”, para que, nas nascentes democracias, os governos não sejam dominados por elas, mas, antes, possam conduzi-las segundo propósitos socialmente construtivos.

Acontece que, para ele, o sufrágio universal concedeu às massas um poder até então circunscrito à uma pequena minoria mais propensa a ser racional; mas, agora, essa minoria corria o risco de perder os rumos do governo mediante as pressões irracionais das multidões. Seria necessário, portanto, dispor de técnicas e instrumentos capazes de frear as tendências destrutivas da democracia de massas (LE BON, 2008). Particularmente, é importante que o líder se dirija às multidões com palavras-de-ordem fáceis e por meio de analogias o mais simples possível – argumentos racionais, segundo o autor, são incapazes de penetrar na “alma da multidão”. Palavras como “democracia”, “liberdade” e “pátria”, que evocam sentimentos grandiosos, podem, por repetição exaustiva, mobilizar os afetos dos aglomerados humanos.

O uso de imagens e símbolos, portanto, é um elemento central na condução da democracia de massas, assim como a figura do líder para provocar uma espécie de fascínio com o seu “prestígio” e o seu carisma. Como que hipnotizados, os indivíduos estarão prontos para seguir os seus comandos, mesmo contra os seus próprios interesses. Essa sede de submissão, no entanto, não seria um ato de obediência servil, mas sim uma espécie de libertação das amarras instintuais que reprimem os homens continuamente. As consequências políticas da psicologia de Le Bon são eloquentes. Primeiro, a democracia idealizada pelos teóricos liberais é impossível, pois quem governa sempre é a minoria – uma posição que o vincula ao pensamento elitista italiano. Segundo, o governo efetivo da minoria, por sua vez, depende da manipulação do demos, ou seja, das multidões anônimas e amorfas que foram

incorporadas à política eleitoral (LE BON, 2008). Tais lições serão rigorosamente aplicadas por Bernays.

Antes de Gustave Le Bon, e situado na mesma Itália dos elitistas Pareto, Mosca e Michels, Scipio Sighele (1868-1913) trouxe uma perspectiva semelhante em diversos pontos. Ligado aos estudos pioneiros de criminologia, Sighele se inspirou nas ideias do seu conterrâneo, Cesare Lombroso, para escrever a obra “*A Multidão Criminosa*”, publicada em 1891. Nela, afirma que quando inseridos na massa, os indivíduos deixam aflorar uma mentalidade inferior que, em conjunto, forma um pensamento homogêneo com propensão à imitação e ao contágio (SIGHELE, 1954). Instintos agressivos comuns a todos os seres humanos, e que normalmente permanecem ocultos, são liberados com especial ferocidade quando estes se dispersam na massa. Esse processo costuma ser acionado pela sugestão de líderes, que são pessoas que possuem a habilidade da oratória. Sua aversão aos anseios por democracia, leva-o a afirmar que cabe à minoria governar os homens, sempre propensos à massificação, e, conseqüentemente, à influência de “homens superiores” (SIGHELE, 1954, p. 168).

Seguindo a mesma linha teórica, o francês Gabriel Tarde (1843-1904), considerava central o papel da imprensa para criar uma “situação de multidão” em casos nos quais as pessoas estão distantes espacialmente. Ou seja, pessoas que consomem as mesmas revistas, jornais e outros tipos de mídia podem formar uma multidão apesar de estarem fisicamente distantes, com todas as características mentais que isso implica. Essa capacidade, não obstante, poderia ser utilizada de maneira positiva, se fosse para dar à multidão objetivos construtivos (TYE, 2002, p. 94). Em realidade, na sua percepção, a democracia e a imprensa de massas inauguraram a “era dos públicos”, que, a despeito de possuírem as mesmas características da multidão, apresentam um caráter mais duradouro e de maior coesão (TARDE, 1992).

Assim como os seus antecessores, Gabriel Tarde considera que a minoria deve governar a maioria (MOSCOVICI, 1993). Aqui, o líder também assume um papel central porque toda organização social só adquire coesão por intermédio da “imitação” dos membros, uns em relação aos outros, em especial, da imitação do líder. De fato, a imitação, como um princípio tanto psicológico como sociológico para a formação e a reprodução social, teve a origem na família e na figura do pai – primeiro ícone de autoridade na vida da criança. Destarte, a submissão à autoridade, começando pelo pai, é não apenas a fonte primeira do

poder, mas igualmente a fonte de uma felicidade primordial no contexto das relações humanas (TARDE, 1895).

O médico britânico Wilfred Trotter (1872-1939) difere desses pensadores em alguns pontos relevantes, explicitados em “*Instincts of the Herd in Peace and War*”, livro publicado em 1916. Quando Freud fugiu de Viena para Londres, devido à ascensão do nazismo, Trotter se tornou seu médico, sendo também responsável por apresentar Wilfred Bion, que era seu colega, ao criador da psicanálise. Esses fatos não eram fortuitos; Trotter foi fortemente influenciado pela teoria freudiana, algo bastante perceptível em sua obra. O autor também é citado por Freud (FREUD, 2016) – e, não por acaso, por Bernays.

Trotter aceitou a hipótese freudiana de que os indivíduos são influenciados por diversos processos mentais que se desenvolvem ao longo da infância; entre eles, o recalque. Entretanto, ele acrescentaria a esse modelo conceitual algo não tratado por Freud – o instinto gregário. A partir da observação de diferentes grupos de animais – como as abelhas, ovelhas, e lobos – Trotter supõe a evolução como um processo em que o instinto gregário cumpre uma função indispensável à sobrevivência e adaptação da espécie, e que, por extrapolação, seria possível supor que ocupasse a mesma centralidade na vida dos seres humanos. Esse instinto seria responsável pela sugestionabilidade, identificada por Le Bon, e que Trotter denomina de “sugestão de rebanho” (*herd suggestion*). Para ele, o ser humano depende, psiquicamente, do grande grupo, o que explicaria a intolerância a opiniões divergentes, entre outras características imputadas às massas pelos teóricos das multidões. O erro daqueles autores teria sido não ter em conta as consequências da existência do instinto gregário na condução normal da vida social fora da massa (TROTTER, 1908). Isso significa que os homens são sugestionáveis não só na massa ou nas multidões, mas sempre, em qualquer situação. Por esse motivo, a figura do líder também é essencial, uma vez que as pessoas desenvolvem uma relação de dependência com os líderes graças ao processo de identificação, tal qual ovelhas seguindo um pastor (TROTTER, 1916).

É óbvio, então, que os homens não são guiados pelo pensamento racional – as opiniões se erguem a partir do instinto gregário e da sugestão do rebanho. Isso faz com que as pessoas tenham uma resistência natural a tudo que destoia do grande grupo, do pensamento homogêneo (TROTTER, 1916). Essa homogeneidade precisa de liderança, de uma casta intelectual que seja capaz de controlar pela sugestão baseada em símbolos mobilizadores (TYE, 2002) – uma ideia que muito influenciará Bernays. Sendo assim, da mesma forma que para Lester Ward a política seria uma sociologia aplicada, para Trotter, a sociologia seria uma

psicologia aplicada (TROTTER, 1909; 1916). Por extensão, também em consonância com as ideias de Ward – a quem Trotter faz referência –, a missão da sociologia e da psicologia é compreender o homem na sociedade para apontar-lhe o futuro a ser perseguido rumo à felicidade e a harmonia coletiva (TROTTER, 1908).

Também obteve grande repercussão outra obra que tangenciou os problemas e a perspectiva teórica da psicanálise freudiana – *“The Behaviour of Crowds”*, publicada em 1920, escrita pelo psicólogo estadunidense Everett Dean Martin (1880-1941). Seguindo uma tradição contratualista, Martin concebe a sociedade como um agregado de pessoas que sacrificaram a sua liberdade individual pelo direito de viver no grupo – muito disso, pela via da teoria do pacto social hobbesiano, apareceria na obra do próprio Freud. Mantendo-se essa linha de raciocínio, como já amplamente debatido, deve-se inferir que se deixadas plenamente livres, as pessoas seriam incapazes de conviver umas com as outras, algo similar ao que Freud definiu como o ato fundante da civilização, qual seja, a renúncia – e a repressão – aos instintos (FREUD, 2006f). Portanto, a vida em sociedade seria continuamente ameaçada pela própria psicologia humana (MARTIN, 2019). Martin argumenta que, ao renunciarem à liberdade para viver em sociedade, as pessoas adquiriram uma grande resistência àquilo que foge à norma, que se destaca, que parece ir contra os códigos de conduta acordados pelo grupo. Essa aversão a mudanças seria a responsável pelo pensamento “à prova de lógica”, fechado às mudanças mesmo diante de evidências contundentes. Seria algo semelhante à noção de “estereótipos”, formulada por Walter Lippmann. Muito mais do que a razão, seria o instinto a principal força por trás da ação humana (MARTIN, 2019).³⁹

Instintiva, a mentalidade da multidão emerge como uma espécie de libertação das amarras morais das interdições impostas pela vida social. Ainda que momentaneamente, ela descomprime as forças instintivas que, de outra forma, permaneceriam reprimidas e inconscientes. Nesses contextos, o processo de contágio leva cada um a soltar-se das correntes das regras, desde que os demais também o façam. Isso produz uma identidade transgressora livre, que permite realizar os desejos e impulsos até então ocultos. Mas, essa espécie de “retorno ao estado de natureza” por meio de uma transgressão moral coletiva viola a liberdade

39 Ademais, Martin observa que os psicólogos das massas, muitas vezes, não fazem distinção entre “a multidão” e a “massa”. A primeira, segundo ele, equivale a aglomerações físicas com algum objetivo; a segunda, refere-se ao conjunto dos indivíduos de uma dada sociedade. A multidão possui características específicas, que são as versões exacerbadas das que habitam a vida psíquica do indivíduo; logo, tais características não se se manifestam necessariamente em qualquer condição. “As ideias de multidão são ‘fixações’;” ressalta o autor, “elas são sempre simbólicas; elas estão sempre relacionadas a algo reprimido no inconsciente.” Do original: “Crowd ideas are ‘fixations’; they are always symbolic; they are always related to something repressed in the unconscious.” (MARTIN, 2019, posição 232).

civil e, possivelmente, os direitos individuais de outrem. Desafia os alicerces normativos da sociedade, levando a consequências formais e informais negativas para todos.

Essa concepção contrasta com a defendida por Le Bon, que supunha que a multidão possui uma mentalidade única, uma “alma”. Para Martin, esse estado transitório seria simplesmente o resultado da liberação de impulsos inconscientes outrora reprimidos. Porém, Martin concorda com Le Bon quanto à uniformidade do fenômeno, que captura em suas teias qualquer indivíduo, independentemente da sua condição econômica, social e educacional. Da mesma forma, ambos convergem na constatação de que o fenômeno das multidões pode ser produzido pelos meios de comunicação de massa que põem em contato virtual pessoas que estão geograficamente distantes.

Nesse ponto, Gabriel Tarde se junta aos dois pensadores, pois também supõe que a mentalidade da multidão é um estado de espírito cada vez mais presente nas sociedades modernas, ameaçando-as de desintegração. Em sua época, a imprensa já começava a contribuir para que o estado de multidão fosse quase permanente. Para Martin, a ascensão da propaganda foi um fator determinante nesse processo, que ele, em várias ocasiões, acusará como uma atividade perniciosa conduzida por manipuladores e demagogos para fins nefastos. Inclusive, ele debateu esse ponto publicamente com o próprio Bernays (MARTIN; BERNAYS, 1929).

Todavia, contrariando outros colegas da área, Martin não via a democracia como um sistema particularmente perigoso. Para ele, a mentalidade de multidão sempre se fez presente ao longo de toda a história, o que significa que a psicologia não pode ser usada como justificativa para argumentos antidemocráticos. Para “curar” os males da mentalidade de multidão, de acordo com o seu ponto de vista, basta a libertação do pensamento por meio da educação. Analogamente, poder-se-ia dizer que, da mesma forma que a psicanálise se apresenta como capacitada para tratar a neurose individual, a educação é apresentada por Martin para tratar a mentalidade de multidão. De fato, ele defendeu com veemência, e de maneira recorrente, que a educação universal era a forma de imunizar a população estadunidense contra os malefícios da propaganda – uma educação libertadora, crítica, que não se limitasse à repetição e ao ensino da técnica (MARTIN, 2019).

William McDougall também entrou nesse debate. No mesmo ano de publicação do livro de Martin, ele publicou a obra *“The Group Mind”*, na qual argumenta que cada sociedade, como o título sugere, possui uma “mente coletiva” que é mais do que a soma dos seus indivíduos – essa polêmica já havia acirrado o debate entre Émile Durkheim e Gabriel

Tarde, na França. Ele compreende a mente como “[...] um sistema organizado de forças mentais ou intencionais; e, no sentido assim definido, pode-se dizer que toda sociedade humana altamente organizada possui uma mente coletiva.”⁴⁰ Essa mente coletiva se fortaleceria quanto mais homogêneo fosse o grupo que a compõe, o que explica o fato de que nem toda massa constitui uma multidão. O grupo, por sua vez, seguiria um conjunto próprio de regras e influenciaria a vida do indivíduo.

Desse modo, para que a multidão se constitua, é necessário que haja algo que ligue os seus membros, um interesse ou objetivo comum. Assim como outros pensadores, McDougall pensa que a multidão leva à exaltação das emoções de tal forma que, ao liberar-se das amarras de sua própria individualidade, e sentindo-se um com aqueles que compartilham essa experiência, o indivíduo obtém um grau considerável de satisfação – daí a atratividade que a multidão exerce nas pessoas (MCDUGALL, 1927). Isso ocorre nos dois tipos de multidão catalogados pelo autor – as desorganizadas, caracterizadas por sua efemeridade, e as organizadas, que passam a existir quando têm maior duração, maior vínculo afetivo entre seus membros, algum grau de diferenciação dos diversos grupos internos, entre outros.⁴¹

Em resumo, as diferentes investigações sobre a psique, conduzidas pelos psicólogos sociais, forneceram o embasamento teórico para a “nova propaganda” concebida por Edward Bernays. Ao fazer referência aos ensinamentos desses teóricos, ele afirmou que o problema dos estudos da psicologia social era justamente o fato de permanecerem na teoria, enquanto ele se propôs a colocar os seus achados em prática, testando-as diretamente através de suas campanhas.

2.4 A TEORIA POLÍTICA ELITISTA CONFRONTA A DEMOCRACIA

Em se tratando da teoria política democrática, Bernays não foi o primeiro a defender a ideia de que as pessoas, na verdade, seriam governadas por uma pequena elite esclarecida; muito longe disso. Como sabemos, a teoria elitista italiana foi gestada entre as décadas finais

40 Tradução nossa do original (MCDUGALL, 1927, p. 9): “[...] an organised system of mental or purposive forces; and, in the sense so defined, every highly organised human society may properly be said to possess a collective mind.”

41 Ao se referir às características enumeradas da multidão organizada, Freud (2016, p. 38) afirmou que “se trata de prover a massa daquelas mesmas qualidades que eram características do indivíduo e que nele foram extintas pela formação da massa.”

do século XIX e as décadas iniciais do século XX, quando a democracia de massas começava a se estabelecer em alguns países europeus. Como já mencionado, os principais pensadores da escola elitista clássica – Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, cada qual à sua maneira, chegaria à conclusão de que a democracia é uma forma de governo inviável, meramente teórica. As sociedades se dividem em dois grupos bastante nítidos, as elites minoritárias que assumem o governo e as massas majoritárias que são governadas. Não importa o período histórico, não importa o sistema econômico, se feudal, se capitalista ou socialista, sempre, invariavelmente, quem governa é a minoria que, por algum atributo ou fator especial, torna-se a elite política.

No caso de Pareto (1966), as suas ideias elitistas foram formuladas no âmbito de uma sociologia de fundamento psicológico. Distante da psicologia social, ele adota uma perspectiva individualista, quase fisiológica, pois pressupõe que as qualidades necessárias à condição de elite são inatas – há indivíduos, parte de uma minoria, que, em qualquer setor da atividade humana, nascem com determinados atributos que os levam a se destacar dos demais. São talentos, dons, que, no caso da política, propiciam a emergência de uma liderança a ser seguida e obedecida. Nem sempre a estrutura social é permeável à absorção dos talentos que podem vir de qualquer classe social, pois o recrutamento das elites é fechado aos membros internos de quem já ocupa as posições de mando. O ideal, contudo, é constituir uma sociedade de recrutamento aberto, capaz de alocar os talentos nos seus devidos lugares e, assim, encontrar o equilíbrio social, a estabilidade política e o desenvolvimento. Mas sempre, em qualquer tipo de recrutamento, quem governa é a minoria. A questão é saber se é esta minoria que possui os atributos necessários para governar.

Mosca, assim como Michels, desenvolve uma fundamentação de caráter sociológico e político-institucional para dar os contornos das suas reticências quanto à democracia. Mosca concentra o seu foco de análise na capacidade de organização da minoria, infinitamente superior à das grandes massas. Os seus conceitos centrais são os de “classe política” e “classe dirigente”:

Em todas as sociedades [...] aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida. A primeira, sempre menos numerosa, exerce todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo, enquanto a segunda, mais numerosa, é dirigida e controlada pela primeira, de maneira ora mais ou menos legal, ora mais ou menos arbitrária e violenta, e supre aquela, pelo menos aparentemente, com meios materiais de subsistência e com o instrumental necessário a vitalidade do organismo político.

Aqui já podemos perceber as similaridades com os escritos de Bernays, que afirma que aqueles que conhecem os mecanismos que regem a psicologia das massas são aqueles que as guiam na direção desejada, por intermédio da “engenharia do consentimento”. Estes não necessariamente são integrantes do governo representativo, mas, por deter as técnicas de persuasão das massas, comporiam o “governo invisível”. Aliás, esse termo tangencia a afirmação do teórico italiano sobre nem sempre aquele que detém a aparência de poder ser quem governa de fato. Mosca (1966, p. 51) ainda reitera que “[...] a direção dos interesses públicos está em mãos de uma minoria de pessoas influentes, direção essa à qual, voluntária ou involuntariamente, a maioria se submete”.

Mas, para exercer o poder político, a minoria que governa deve conquistar os corações e as mentes da maioria. Pela força nenhum governo dura muito tempo e sequer é legítimo. Isso significa que o consentimento dos governados depende da crença de que quem governa o faz legitimamente e deve ser obedecido porque age em conformidade com os interesses da sociedade. Antonio Gramsci chamaria isso de hegemonia política, uma instância cultural da dominação considerada legítima; Mosca denomina essa “ideologia governista” de “fórmula política”. É, ao seu modo, a submissão voluntária que trata Bernays quando afirma que a propaganda é um dos mecanismos pelos quais o governo consegue manter a ordem, no lugar do caos. Assim, a propaganda ocuparia o lugar do uso da força, servindo, de maneira mais eficiente e legítima, o propósito de obter a aquiescência das massas. Conforme Bernays:

Anteriormente, os reis eram os líderes. Eles traçaram o curso da história pelo simples processo de fazer o que queriam. E se hoje os sucessores dos reis, aqueles cuja riqueza ou inteligência lhes dá poder, não podem mais fazer o que querem sem a aprovação das massas, encontram na propaganda um instrumento cada vez mais poderoso para obter essa aprovação.⁴²

Tais considerações, intencionalmente ou não, dialogam com as observações de Mosca a respeito dos processos eleitorais nas democracias representativas. Ele ressalta que as escolhas não são realizadas realmente pelos indivíduos, os responsáveis formais pela seleção da classe dirigente, mas sim por aqueles que são capazes de persuadi-lo a fazê-las. Se pensarmos esse ponto nos termos freudianos, poderíamos dizer que aqueles que são capazes de induzir os indivíduos às escolhas coletivas são aqueles que são capazes de evocar uma ligação da libido com o objeto sugerido. Disse ele Mosca:

42 Tradução nossa do original (BERNAYS, 1927, p. 153-154): “Formerly kings were the leaders. They laid out the course of history by the simple process of doing what they wanted. And if nowadays the successors of the kings, those whose wealth or intelligence gives them power, can no longer do what they want without the approval of the masses, they find in propaganda a tool which is increasingly powerful in gaining that approval.”

Nas eleições, como em todas as outras manifestações da vida social, aqueles que têm a vontade e, principalmente, os **meios** morais, intelectuais e materiais para impor sua vontade aos outros tomam a dianteira sobre os outros e os comandam.⁴³

Obviamente, não podemos perder de vista que enquanto Mosca se apoiou nas vantagens organizativas da minoria para impor a sua vontade à maioria, Bernays se baseou nos mecanismos psicológicos que presidem a escolha individual desde a perspectiva da psicanálise e com os meios de comunicação disponíveis na sua época. Mas, não podemos deixar de ver que Mosca também recorre a outros fatores sociológicos e políticos que transcendem a dinâmica organizacional, dando ênfase às qualidades materiais, intelectuais e morais valorizadas pela sociedade em cada momento.

Mais além da esfera da propaganda, o elitismo de Mosca continha pontos de convergência com as ideias do movimento progressivista. A proposta de um Estado cientificamente administrado contempla a premissa de que isso somente é possível se os cargos, burocráticos e representativos, forem preenchidos com pessoas especializadas para tomar as decisões e implementar as políticas. Como vimos, esse seria o papel da sociologia segundo o ponto de vista de Ward, assim como pela Ciência Política proposta tanto por Woodrow Wilson como por Charles Merriam. Herdeira histórica desse movimento, a tecnocracia defenderá que uma classe de engenheiros e técnicos é mais capacitada para administrar a sociedade. Ao invés de embates ideológicos, prevaleceriam decisões técnicas, aptas a capturar “a verdade”; ao invés dos políticos, predominaria o governo da técnica, da boa gestão (FERNANDES, 2019). Nesse aspecto, o progressivismo se aproximou, via cientificismo, da sociedade industrial utópica de Saint-Simon, e da república autoritária de Comte.

Porém, no caso dos elitistas Mosca e Michels, o elemento político era inevitável, o que mantém a necessidade de se estudar os meios de dominação da minoria, nem sempre tão técnica como se poderia desejar. Embora considere que o fator organizacional é essencial ao comando da minoria, Michels, entretanto, acolhe em sua teoria alguns aspectos da psicologia social.

Mesclando as abordagens psicológica e sociológica, Robert Michels (1876-1936) considerava que, devido ao fenômeno das multidões, mesmo no caso dos partidos políticos, com seu vínculo irracional entre líder e liderados, e por causa da impossibilidade logística de promover assembleias populares nas sociedades modernas, a democracia exigia a organização

43 Tradução nossa do original: “In elections, as in all other manifestations of social life, those who have the will and, especially, the moral, intellectual and material means to force their will upon others take the lead over the others and command them.” (MOSCA, 1939, p. 154).

de instituições em instâncias representativas, cujo resultado era a formação de oligarquias (MICHELS, 1978, p. 15). Em suas palavras:

Quem diz organização, diz tendência à oligarquia. Em cada organização, quer se trate de um partido, de uma união de ofícios, etc., a tendência aristocrática manifesta-se de forma bastante pronunciada. [...] A organização tem como efeito dividir todo partido ou todo sindicato profissional numa minoria dirigente e numa maioria dirigida.

Sendo assim, a tendência à oligarquia, realidade de toda organização, seria aplicável à democracia. As necessidades de organização e profissionalização significam uma tendência inescapável à oligarquização, ao distanciamento entre representados e representantes. Michels, mais pessimista dentre os seus pares, pensava que as massas eram indiferentes e apáticas, e que não só se submetem à minoria sem maiores contestações, mas que teriam a necessidade de serem “dirigidas e guiadas” (MICHELS, 1978, p. 34). Influenciado por Gustave Le Bon, Michels põe em relevo a alta sugestionabilidade das massas, que ficariam expostas, assim, à persuasão de líderes fortes e carismático, afinal, “não há multidão capaz de resistir ao poder estético e emocional da palavra” (Idem, p. 41). Essa adoração, na ótica de Michels, é comparável a um fervor religioso, um culto que facilitaria ainda mais o poder de sugestão dos chefes frente a multidão.

A “lei histórica” elitista, ou seja, aquela que diz que sempre é a minoria que governa, acrescida da psicologia social de Le Bon, deixaria a sua marca indelével no coração da própria teoria democrática, por mais incrível que isso pareça. A teoria da democracia, ao menos uma de suas mais importantes vertentes, absorveria o elitismo que, como vimos, declarou que esse regime político era uma falácia. Coube ao engenho de Joseph Schumpeter essa junção, que resultou numa reformulação da concepção de democracia e lançou as sementes do que seria chamado de teoria da democracia competitiva ou elitismo competitivo, acolhida, com relevantes adendos, pelo modelo conceitual proposto por Robert Dahl, no seu livro clássico “Poliarquia”.

De Pareto, Schumpeter (2017) recepcionou o tema da circulação das elites, envolvendo o recrutamento de novos quadros políticos para os postos de governo. O autor enfatiza a luta entre grupos da elite política pelo poder, considerando que tais disputas, antigamente resolvidas por guerras e violência, foram institucionalizadas num método pacífico de resolução – as eleições. Desse modo, a democracia é sobretudo esse método eleitoral para selecionar, ou recrutar, a elite que ocupará o governo durante um determinado tempo (RUNCIMAN, 1966). Para evitar o retorno da luta armada, são realizadas eleições

periódicas, de maneira que o grupo que perdeu a disputa no processo anterior confia na possibilidade de vencer na próxima vez. Desse modo, ninguém “vira a mesa do jogo”, desde que essa competição seja percebida como isenta e conte com a legitimação popular.

Parte de sua proposição teórica tem como ponto de apoio a psicologia social, especialmente de Le Bon. Schumpeter (2017) desqualifica as concepções idealistas de que a democracia deve ser o governo do povo e a realização do bem-comum. Vivendo numa sociedade pluralista, ele percebe que o bem-comum, se acaso existir, significa coisas bastante diferentes para cada indivíduo e cada grupo social, de maneira que o conflito político talvez seja precisamente a respeito de qual bem-comum é o verdadeiro. Não há como determinar isso sem critérios que satisfaçam a todos, e tais critérios também costumam ser objeto de contenda. Nem governo do povo a democracia pode ser, uma vez que a ideia de povo é algo excessivamente vago. O que há é o governo escolhido pela maioria para realizar as políticas que interessam a maioria. Como essas maiorias podem mudar frequentemente, as eleições não apenas resolvem o conflito da luta pelo poder como também dão a oportunidade para que novas maiorias governem (RUNCIMAN, 1966).

Sendo assim, a representação da vontade da maioria é o mais próximo que se pode chegar do ideal clássico de democracia. Vale repetir, a democracia nada mais é do que um método ou, nos termos do próprio Schumpeter (2017, p. 366), “[...] um sistema institucional para chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo”. Aqui, temos uma transformação do conceito de democracia, que deixa de significar o governo do povo para focar na possibilidade de que haja uma competição aberta pelo voto do povo. Como veremos adiante, a contribuição de Bernays incide com maior vigor justamente nessa dimensão competitiva, pois, nessa “luta pacífica”, a propaganda é a arma mais poderosa. Além disso, a propaganda também serviria para atenuar os conflitos sociais, instigando o individualismo e deslocando as forças libidinais – que poderiam ser usadas como ferramenta para transformação social, por exemplo – para a esfera do consumo, uma atividade inerentemente pessoal, ao contrário da política, profundamente coletiva.

3 UMA CAIXA DE CHARUTOS CUBANOS: A PSICANÁLISE ENCONTRA A PROPAGANDA

Edward Bernays manteve contato esporádico com Freud. Em sua biografia, relata que costumava passar as férias nos Alpes com a família durante a infância, e que, na vida adulta, trocava correspondências ocasionalmente com o tio (BERNAYS, 2015a). Mas mais do que uma relação pessoal, Bernays passou a ter contato com as obras freudianas a partir de uma troca de presentes. Durante a sua estadia em Paris para a Conferência de Paz, em 1919, Bernays enviou ao tio uma caixa de charutos cubanos; Freud, em retribuição, enviou uma cópia do seu livro “Introdução Geral à Psicanálise”, com a seguinte dedicatória: “In grateful acknowledgment of a nephew’s thought of his uncle” (Idem, p. 224).

Nessa obra, baseada em um conjunto de palestras proferidas por Freud na Universidade de Viena entre os anos de 1915 e 1917, Freud discorre sobre alguns conceitos centrais da psicanálise de então, como as parapraxias (atos falhos), sonhos (que já haviam sido tratados extensivamente na “Interpretação dos Sonhos”, de 1900), instintos, a sexualidade infantil e o complexo de Édipo, entre outros. Bernays não só apreciou grandemente a leitura como providenciou a tradução e a publicação do texto nos Estados Unidos, em março de 1920. À época, não havia grande penetração da psicanálise no país, especialmente junto à população leiga; Bernays, então, utilizou suas habilidades de propagandista para divulgar o livro massivamente, auxiliando, assim, na difusão das mais novas ideias freudianas na América.

Após uma bem-sucedida publicação, Bernays passou a capitalizar o seu relacionamento pessoal com o pai da psicanálise (CURTIS, 2002). Bernays se interessou pela ideia de que existiam forças inconscientes, escondidas no e do ego, que influenciavam a vida psíquica dos indivíduos. A partir daí, foi crescente o seu interesse pela psicanálise, principalmente para a sua utilização profissional nas suas atividades de Conselheiro de Relações Públicas. Não obstante, Bernays raramente se referia à psicanálise de maneira explícita, mencionando apenas, e vagamente, as descobertas da “psicologia introspectiva”, sobre as emoções e os desejos do público (BERNAYS, 1928). Nas poucas vezes que fez alusão à psicanálise, ele tratou principalmente das suas descobertas acerca da importância dos desejos inconscientes no comportamento humano, quase todos reprimidos e desconhecidos pelos próprios sujeitos (BERNAYS, 2005).

Desse modo, a apropriação dos conceitos psicanalíticos por Bernays, visando à sua aplicação na propaganda, será mais bem compreendida se alguns de seus conceitos centrais forem especificados. O propósito deste capítulo é precisamente retomar, mesmo que brevemente, a construção de tais conceitos, envolvendo a descoberta do inconsciente e a sua posterior reformulação no aparelho psíquico. Também discuto o papel da libido e das pulsões, o comportamento do indivíduo na massa e, por fim, o papel da repressão dos instintos na construção e manutenção da sociedade.

3.1 A TERCEIRA FERIDA NARCÍSICA:⁴⁴ A DESCOBERTA DO INCONSCIENTE

Se tivéssemos de selecionar apenas uma das muitas descobertas realizadas pela psicanálise, certamente escolheríamos o conceito de inconsciente, central nas obras de Sigmund Freud. O autor se ocupou deste conceito ao longo de sua vida, tendo o modificado de acordo com aquilo que suas análises com pacientes revelavam. Inicialmente, o inconsciente era visto apenas como o lar daquilo que é recalcado – o recalque, do alemão *Verdrängung*, é o estado no qual os pensamentos se encontram antes de se tornarem conscientes (FREUD, 2007, p. 29). Desse modo, o aparelho psíquico é dividido entre o que é consciente (*Bewusstes*) e o que é inconsciente (*Unbewusstes*). Nesse sistema, Freud ainda identificou um terceiro estado, o pré-consciente (*vorbewusst*), que descreve aquilo que é latente, e que, portanto, pode vir a se tornar consciente.

Posteriormente, essa separação dos três sistemas foi modificada, dando lugar aos conceitos de Id (*das Es*), Eu (ego, *das Ich*) e Supra-Eu (Superego, *Über-Ich*, ou, ainda, Ideal-de-Eu). O Id seria aquela parte do Eu que é inconsciente. “No contexto psicanalítico, evoca a imagem de algo contido no sujeito, que nele brota e o atravessa, mas que simultaneamente lhe é estranho” (FREUD, 2007, p. 20 - Comentários do Editor brasileiro). O Id, de maneira mais aprofundada, pode ser descrito como o lar das pulsões, de impulsos agressivos e irracionais. Aqui, não existem constrangimentos de nenhum tipo – suas exigências não são influenciadas

44 A terceira ferida narcísica se refere ao que Freud se referiu como feridas na autoestima do homem. A primeira ferida teria sido quando da descoberta de que a Terra não era o centro do Universo, e sim apenas mais um planeta que gira em torno do sol. A segunda ferida se deu a partir da descoberta de Darwin de que o homem era apenas mais um passo no processo evolutivo, descendente dos macacos. Por fim, Freud afirma que a terceira ferida narcísica teria sido proporcionada pela descoberta de que “[...] o ego não é senhor de sua própria casa”, ou seja, de que mesmo aquilo que acreditamos ser nosso ser, na verdade nada mais é do que mais um habitante da psique, que sofre as influências inegáveis do inconsciente, desconhecido pelo ego (FREUD, 2006d).

por padrões morais ou éticos. Simultaneamente, podem coexistir desejos contraditórios, auto excludentes, sem maiores dificuldades (MULLAHY, 1965). Já o Eu abrangeria tudo aquilo que antes era abarcado pelo Pré-consciente e Consciente. Contudo, não há aqui uma separação estrita entre o Eu e o Id, e sim uma espécie de transição entre um sistema e outro (FREUD, 2007).

Nesse sentido, a fins de simplificação, quando tratamos aqui de forças inconscientes, devemos ter em mente que elas correspondem ao Id. O Eu e o Id estão, portanto, em constante desavença, uma vez que o Id busca fazer valer “os seus desejos”, enquanto o Eu se esforça por contê-los, ao mesmo tempo em que se vê obrigado a realizar as suas vontades. Sobre isso, Freud (2007, p. 38) observa o seguinte:

O Eu se empenha em fazer valer a influência do mundo externo junto ao Id e aos propósitos deste, bem como tenta substituir pelo princípio de realidade o princípio de prazer⁴⁵ - que reina no Id sem restrições. O papel da percepção no Eu é análogo ao da pulsão no Id. O Eu representa [*repräsentiert*] aquilo que podemos chamar de razão e ponderação, ao contrário do Id, que contém as paixões.

Já a origem do Supra-Eu reside nos processos de identificação que ocorrem na fase infantil do desenvolvimento. A partir do momento que o Eu é obrigado a desistir dos seus investimentos objetivos, essa desistência é acompanhada de uma identificação com o objeto abdicado, que passa a ser introjetado no Eu, sendo responsável pela formação do caráter. Conforme explica Freud (2006c, p. 360):

De outro ângulo, poderíamos afirmar, também, que ao converter a escolha objetal erótica em uma modificação do Eu, o Eu encontra um modo de controlar o Id e aprofundar seus vínculos com ele, ainda que à custa de uma ampla sujeição às vivências do Id. Ao adotar as características do objeto, o Eu impõe-se, por assim dizer, ao Id como um objeto de amor e lhe diz: “Veja, você também pode me amar, sou tão parecido com o objeto”, desse modo buscando substituir a perda sofrida.

A partir disso, podemos começar a compreender a origem do Supra-Eu. Este surge a partir do processo mais elementar na história de cada indivíduo – a identificação, definida como “[...] a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa” (FREUD,

45 O princípio do prazer seria o princípio que regeria toda a vida humana: a busca pelo prazer, e a aversão ao desprazer, semelhante aos postulados da teoria utilitarista. No início do desenvolvimento infantil, o Id reina absoluto, e o ego permanece frágil. Assim, a criança é regida inteiramente pelo princípio do prazer. Com o passar do tempo, contudo, o ego se desenvolve, e a criança percebe que, às vezes, é necessário suspender temporariamente a busca do prazer imediato, para conseguir sua realização posterior. Assim, um ego desenvolvido é regido pelo princípio da realidade, no qual o mundo exterior impõe desvios e suspensões à obtenção do prazer, que não deixa de ser buscado, mas que sofre um adiamento. “O ego descobre que lhe é inevitável renunciar à satisfação imediata, adiar a obtenção de prazer, suportar um pequeno desprazer e abandonar inteiramente determinadas fontes de prazer. Um ego educado dessa maneira tornou-se ‘racional’; não se deixa mais governar pelo princípio de prazer, mas obedece ao princípio de realidade que, no fundo, também busca obter prazer, mas prazer que se assegura levando em conta a realidade, ainda que seja um prazer adiado ou diminuído.” (FREUD, 2006c, p. 360).

2016, p. 60); se relaciona com quem eu quero ser, e o que eu quero ter. A identificação, nos seres humanos, começa com o seu progenitor; no caso das meninas, com a mãe, e, no caso dos meninos, com o pai. Esse processo é descrito como “[...] uma identificação direta e imediata, anterior a qualquer investimento de objeto” (FREUD, 2007, p. 42).

A identificação é a responsável pela colocação dos pais enquanto ideais. O menino se identifica com o pai, toma-o por modelo, quer ser como ele. Ao mesmo tempo, deseja possuir a sua mãe (ou outra pessoa que exerce esse papel), que toma como objeto de investimento da sua libido. Com o tempo, esses dois estados encontram-se e entram em conflito – o menino percebe que o pai é um adversário no seu desejo de possuir a mãe e passa a hostilizá-lo. O pai entra aqui como um interdito no desejo do filho, impondo uma lei que dita que este filho não pode possuir a mãe (reforçando o tabu do incesto, conforme veremos mais adiante). Isso constitui o chamado complexo de Édipo (FREUD, 2016). A configuração do Supra-Eu é o que o auxilia na superação do complexo de Édipo; a identificação, por seu turno, é a responsável por auxiliar nessa superação, uma vez que “[...] a identificação se empenha em configurar o próprio Eu à semelhança daquele tomado por modelo” (FREUD, 2016, p. 62). Como veremos mais adiante, é exatamente por meio dessa identificação que a figura do líder atua sobre as massas.

O Supra-Eu se constitui, portanto, como uma forma de resolução do complexo de Édipo, agindo como um mecanismo tanto de identificação positiva, dizendo ao Eu como ele *deve ser*, como de maneira negativa, dizendo ao Eu o que ele *não deve ser*. O Supra-Eu, assim, configura-se como “[...] o representante [*Repräsentanz*] da nossa relação com os pais. Viemos a conhecer esses seres superiores quando ainda éramos crianças pequenas, passamos a admirá-los, temê-los e, mais tarde, abrigamo-los dentro de nós mesmos” (FREUD, 2007, p. 46). Desse modo, o Supra-Eu atua como uma força representante da moral e dos valores, buscando sempre agir sobre o Eu e, ao mesmo tempo, em conflito com ele devido à inevitável discrepância entre as expectativas do Ideal-de-Eu e a realidade exterior.

Em conclusão, temos a formação final da psiquê freudiana, composta por estes três elementos: o Eu, o Id e o Supra-Eu. Quando Freud teorizou pela primeira vez acerca da existência do inconsciente, atribuiu-lhe a existência de instintos agressivos, primitivos, sobre os quais o Eu não teria consciência. A partir de sua reformulação já pudemos atribuir ao Id a função de lar dessas forças. Resta saber, portanto, que forças seriam essas.

3.2 A LIBIDO E AS PULSÕES

Baseado nos seus estudos e na prática da psicanálise, Freud formulou o que podemos chamar de teoria da libido. Sendo esse um termo um tanto quanto complexo, recorro à definição do Vocabulário da Psicanálise, de autoria de Laplanche e Pontalis. Lá, a libido é compreendida como “a energia postulada por Freud como substrato das transformações da pulsão sexual quanto ao objeto (deslocamento dos investimentos), quanto à meta (sublimação, por exemplo), e quanto à fonte da excitação sexual (diversidade das zonas erógenas)” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2010, p. 265-266). Freud, em obra de 1921, definiu a libido da seguinte maneira: “‘Libido’ é uma expressão proveniente da teoria da afetividade. Assim denominamos a energia, tomada como grandeza quantitativa – embora atualmente não mensurável –, desses instintos relacionados com tudo aquilo que pode ser abrangido pela palavra ‘amor’” (FREUD, 2016, p. 43).⁴⁶

Outra palavra que Freud usa para designar a libido é Eros, no sentido dado por Platão. Isso porque a libido abarcaria não só os impulsos sexuais que encontram satisfação em seu investimento objetual, mas também os impulsos inibidos na meta, ou seja, que perdem o seu caráter sexual e são desviados de seus objetos por algum outro meio – como a sublimação, mencionada acima e que será explicada mais à frente. Os investimentos objetuais, de maneira geral, referem-se ao investimento da libido em pessoas, ainda que, como veremos, admito a possibilidades de estes objetos também representarem coisas, produtos. Os impulsos inibidos na meta, por sua vez, seriam responsáveis pelos sentimentos de ternura – é a parcela da libido que foi impedida de encontrar uma satisfação sexual direta. Nas palavras de Freud (2016b, p. 306): “não abandonaram os seus objetivos diretamente sexuais, mas resistências interiores os impedem de alcançá-los; contentam-se com determinadas aproximações à satisfação, e justamente por isso produzem laços bastante firmes e duradouros entre os indivíduos.”

O conceito de libido está diretamente ligado ao conceito de pulsões. Como explica o autor, “em exata analogia com a ‘fome’, empregamos ‘libido’ como nome da força (neste

46 A depender da tradução, utiliza-se a palavra instinto, ou a palavra pulsão. Ambas são traduções da palavra alemã *Trieb*. Contudo, apesar de muitas vezes instinto e pulsão sejam termos intercambiáveis, cabe mencionar que a palavra instinto também é utilizada como tradução do alemão *Instinkt*. Instinto, nesse sentido, seria uma tradução equivocada da palavra *Trieb*, uma vez que Freud faz uma clara distinção entre o uso de *Trieb* e *Instinkt* – este último sendo utilizado mais corriqueiramente para tratar dos instintos animais, enquanto pulsão seria o termo próprio da teoria psicanalítica introduzida pelo autor (LAPLANCHE; PONTALIS, 2010). Uma vez que, para o desenvolvimento deste capítulo, foram utilizadas diferentes traduções, tanto que utilizam pulsão quanto que utilizam instinto, faz-se necessária a ressalva de que, a todo momento, a palavra instinto tem de ser vista como sinônima de pulsão, a menos que o contrário seja explicitamente comentado.

caso, a força do instinto sexual, assim como, no caso da fome, a força do instinto de nutrição) pela qual o instinto se manifesta” (FREUD, 2006c, p. 318). Ou seja, a libido é a força por meio da qual a pulsão se manifesta; as pulsões, por sua vez, são “[...] as representantes [*Repräsentanten*] de todas as ações das forças que brotam no interior do corpo e que são transmitidas para o aparelho psíquico” (FREUD, 2006e, p. 158). As pulsões sexuais, manifestadas pela libido, possuem, sempre, um objeto e uma meta – a meta é a sua satisfação sexual; o objeto é aquilo a que a libido se liga, ou que recebe o seu investimento. Uma das características das pulsões sexuais é justamente o fato de que ela tem a capacidade de trocar de objeto facilmente (FREUD, 2004). Isso significa que a libido pode ser investida em diversos objetos, trocar um objeto por outro, ou ainda, renunciar aos objetos e voltar-se para o Eu, o que constituiria, em casos mais extremos, o que se conhece por narcisismo – um enamoramento pelo Eu. A libido que se liga ao próprio Eu, portanto, seria chamada de libido narcísica.

Dessa forma, Freud demonstra a necessidade de se fazer uma diferenciação entre a libido do Eu e a libido objetual. A libido do Eu se refere à pulsão de autoconservação ou, como explica o autor, “[...] seriam instintos sexuais que, em vez de objetos externos, teriam tomado o próprio Eu como objeto.” (FREUD, 2016b, p. 305). Ambas as pulsões, tanto as de autoconservação como as chamadas sexuais, seriam, então, de natureza sexual. Isso porque a libido é originária do próprio Eu, e o toma como o seu primeiro investimento para, posteriormente, investir em objetos externos a ele. Em outras palavras, o Eu seria o grande reservatório da libido – tanto a de autoconservação, que permanece investida no Eu, como a objetual, que dele sai para investir em objetos externos (FREUD, 2006c; 2016b). Sendo assim, não faz sentido separar as pulsões sexuais e as pulsões de autoconservação não sexuais, pois, ambas, por possuírem a mesma origem, são de natureza sexual. A partir daí, Freud utilizará os conceitos de libido objetual e libido do Eu (FREUD, 2016b), que diferem apenas quanto àquilo que tomam por objeto – o próprio Eu ou objetos externos.

A teoria da libido assumirá uma relevância indisfarçável na “nova propaganda” proposta por Bernays. Apoiando-se no uso de imagens e slogans simbólicos, ele tentará acessar os desejos inconscientes do público a fim de despertar ligações emocionais – em outras palavras, investimentos libidinais – em produtos de consumo. Assim, essa libido que normalmente seria responsável por ligar os indivíduos uns aos outros, será utilizada para tentar ligar os indivíduos com “objetos” mercantis – ou seja, com coisas, produtos, bens de consumo –, uma vez que a libido é um investimento que se desloca com facilidade. Esse é um

processo que adquire novas potencialidades, ao se sugerir que tais objetos são os reais frutos de desejos.

Mas, Freud ainda faria uma modificação na conceituação das pulsões. No texto “Além do Princípio do Prazer” (FREUD, 2006e), publicado em 1920, ele introduziu, pela primeira vez, a ideia de que há uma pulsão de caráter conservador, cujo objetivo seria um retorno ao estado inanimado, ou seja, um estado anterior a vida. Freud a chamaria de pulsão de morte. Sua introdução modificaria a sua concepção a respeito da divisão prévia entre a pulsão de autoconservação – relacionada à libido do Eu – e a pulsão sexual. A partir desse momento, a oposição entre a pulsão de morte e a pulsão de vida – pulsão sexual (Eros) – ganha proeminência. De acordo com ele, “[...] há uma forte oposição entre as ‘pulsões do Eu’, que impelem em direção à morte, e as pulsões sexuais, que impelem para a continuidade da vida [...]” (FREUD, 2006e, p. 165). Pode-se comparar esta dualidade com a oposição entre o amor e o ódio, algo que será retomado na sua análise da psicologia das massas.

Essa reformulação, com efeito, forneceu a base para os posteriores escritos sociológicos freudianos, nos quais o autor passaria a investigar outras áreas do conhecimento. Aqui nos interessa duas investigações em particular, a saber: a psicologia das massas e o papel da civilização na repressão das pulsões. No primeiro caso, Freud questiona sobre o que ocorreria com a psique individual quando da formação da massa; no segundo, investiga as bases psíquicas sobre as quais a civilização foi construída, ou seja, a oposição entre a pulsão de vida – que impele os seres humanos à vida em sociedade, ao trabalho em comum, à união gregária – e a pulsão de morte – que os impeliria à agressividade e à destruição⁴⁷.

3.3 O INDIVÍDUO NA MASSA

Sabemos que toda e qualquer teoria é impactada pelo contexto no qual foi desenvolvida. Consequentemente, o estudo desse contexto favorece uma compreensão mais acurada não só do seu formulador como da própria teoria. A psicanálise não foge à regra. Inicialmente concebida como uma base teórica para tratar pessoas com neuroses, aos poucos, suas descobertas foram sendo aplicadas em análises mais abrangentes, em conformidade não só com o contínuo aprimoramento da prática terapêutica mas também como um projeto

47 Freud enxergará a destruição da Primeira Guerra Mundial como prova do desejo de morte própria da raça humana, que apresentaria uma ameaça constante à civilização (ROUDINESCO, 2016)

intelectual ao qual Freud deu andamento com a finalidade de encontrar alguma explicação para o ambiente de crescente hostilidade e crise social no continente europeu, trazido pela Grande Guerra e aprofundado nas décadas de 1920 e 1930. É fato que a Primeira Guerra Mundial teve um impacto profundo nas teorias freudianas, sendo responsável por muitas reformulações em suas ideias (ROUDINESCO, 2016). Foi a partir dela, por exemplo, que o autor começou a cogitar a existência da pulsão de morte, ainda que só viesse a publicar a respeito anos mais tarde.

Freud acreditava que a violência da guerra e o ódio entre os povos demonstravam a inegável disposição humana para a destruição, além do prazer do assassinato. As realizações da civilização e da cultura, dessa forma, não teriam conseguido conter a barbárie, que permaneceu escondida abaixo da superfície de todo indivíduo. É neste contexto que deve ser analisada a publicação da obra “Psicologia de Massas e Análise do Eu”, de 1921. Aqui, Freud se debruçou sobre o problema do comportamento dos homens em multidão, tendo em conta que, nessas situações, o aparelho repressivo, constituído para refrear a agressividade e a impulsividade potencialmente destrutivas, desfaz-se. Portanto, a análise desse fenômeno nos permite pensar as consequências psíquicas e comportamentais da liberação das pulsões.

Partindo das descobertas da psicanálise, Freud retomou as ideias de autores como Scipio Sighele, William McDougall, Wilfred Trotter, Gabriel Tarde e, principalmente, Gustav Le Bon para examiná-las mais detidamente. O seu objetivo implícito era avaliar a viabilidade da democracia alicerçada na participação do cidadão comum. Considerando-se as premissas e hipótese de sua teoria, que consequências poderiam ser inferidas dessa participação? Freud se propõe responder tal questão e, com essa resposta, poderia preencher as lacunas da obra de Le Bon. Na sua avaliação, os termos daquele pensador francês eram demasiadamente vagos, e tampouco estava claro que fatores mantinham a unidade da multidão composta por pessoas sem qualquer relacionamento prévio.

Para resolver esse quebra-cabeças, Freud se muniu do seu conceito de libido. Já vimos que a libido pode se manifestar de duas maneiras; uma delas é a partir do objeto no qual ela é investida – o Eu, os objetos externos. Esta última constitui a libido objetal, a força responsável pela unidade dos membros do grupo, seja a massa ou a multidão, uma vez que os seus membros partilham de uma forte ligação libidinal. Contudo, a libido objetal não atinge a sua satisfação sexual, uma vez que ela é inibida em sua meta. Aqui, Freud define tal libido

como um tipo específico: a identificação. Também já vimos como a identificação é um processo que responde pela superação do complexo de Édipo e pela formação do Supra-Eu.⁴⁸

Dados esses parâmetros, Freud aborda o processo de identificação que ocorre nos grandes aglomerados comparando-o ao estado hipnótico. Trata-se, portanto, de uma identificação peculiar na qual o Eu se enamora pelo objeto; onde a fascinação é tão grande que o objeto toma o lugar do Supra-Eu. Ou seja, ao invés do Eu introjetar o objeto no seu Supra-Eu, desistindo de possuí-lo, o objeto assume o próprio lugar de seu Ideal – em suma, não há abdicação. A fascinação exercida pelo objeto sobre o Eu faz com que ele perca a sua capacidade crítica; ele se entrega por completo a um objeto que se torna irrepreensível aos seus olhos. A identificação que ocorre dentro da massa segue o mesmo princípio, pois se reveste de tamanha intensidade que os seus componentes perdem o seu Eu. Nela, temos não só a identificação dos membros uns com os outros, mas, principalmente, deles com o líder. Todos são iguais perante o líder, que é superior a todos. Para Freud (2016, p. 76), “uma massa primária desse tipo é uma quantidade de indivíduos que puseram um único objeto no lugar de seu ideal do Eu e, em consequência, identificaram-se uns com os outros em seu Eu”. Este objeto deixa de ser somente um objeto – representa um ideal. Esse tipo de ligação com o líder é mais difícil de ser rompida, uma vez que a perda desse objeto específico significará a perda do próprio Ideal-de-Eu, algo que não ocorre impunemente.

Por essa razão, a figura do líder é central na análise crítica da psicologia das massas conduzida por Freud. Por essa razão, também, a sua explicação mais sistemática permite a confirmação e o reforço do arcabouço conceitual da psicanálise. Se as massas desejam ser dominadas pelo líder, temos um fenômeno que remete ao grande pai da horda, um traço psíquico remanescente da horda primeva, descrita em Totem e Tabu (FREUD, 2012). Resumidamente, na hipotética pré-história das formações sociais, existia apenas o grupo indiferenciado, dominado por um homem forte, o pai de todos, que teria acesso exclusivo a todas as mulheres. Sobre isso, os seus filhos nada podiam fazer a não ser se submeter ao pai e renunciar a qualquer desejo pelas mulheres do grupo. Com o passar do tempo, os filhos se rebelam e assassinam o pai; e vão além disso, comendo o seu cadáver. Tomados de culpa, arrependem-se; ao mesmo tempo, unidos pelo crime, instauram uma nova ordem social.

48 Similarmente, podemos dizer que a libido objetal representa a essência do que Le Bon denominava “alma coletiva”. Além disso, como já discutido, Le Bon via a massa como capaz de retirar todas as características particulares que pertencem ao indivíduo, tornando todos homogêneos dentro do grupo; assim, surgiria uma “alma coletiva”, dotada de novas características, como a sugestibilidade e o contágio. Maleáveis e influenciadas pela figura do líder, as massas seriam capazes de atos de grande violência ou de desapegado heroísmo, pois as pessoas nessa condição mostram-se capazes de renunciar aos seus próprios interesses em prol da coletividade.

Agora, para expurgar o sentimento de culpa, prometem renunciar às mulheres do próprio clã – o tabu do incesto – e, simultaneamente, renegam o assassinato cometido. No lugar do pai, instauram o totem, um simbólico sagrado. Como Freud observa, essa hipótese, em si mesma, é impregnada de simbolismos e deslocamentos, pois é possível que a função simbólica de líder não seja desempenhada por uma única pessoa ou mesmo por qualquer pessoa, uma vez que pode ser a representação de uma ideia ou de um ideal. Dessa forma, podemos perceber o porquê de algumas ideias serem tão difíceis de serem contestadas, a partir do momento em que geraram uma identificação tal que as pessoas que nela acreditam a tomaram como parte constituinte de seu Ideal-de-Eu, perdendo, no processo, parte de seu Eu.

As semelhanças observadas entre o processo psíquico inerente às multidões e o da horda primeva leva Freud a concluir que a psicologia das massas talvez seja a mais antiga das psicologias, anterior à formação do Eu, do Id e do Supra-Eu. As condições operantes no interior das massas seriam capazes de desmontar a constituição psíquica do indivíduo, algo que, em outras palavras, significa, “[...] que essa superestrutura, que se desenvolveu de modo tão diverso nos indivíduos, é debilitada e o fundamento inconsciente comum a todos é posto a nu (torna-se operante)” (FREUD, 2016, p. 20).

Sendo assim, os processos psíquicos desencadeados no contexto das massas, longe de trazer à tona novas características, na verdade, retomam aquilo que, ao suprimir as inibições formativas do Eu e do Supra-Eu, persiste de mais primitivo no Homem – o domínio do princípio do prazer, e, com ele, o desejo de submissão e as tendências à agressividade presentes no Id, representantes da pulsão de morte. Isso, por si mesmo, já demonstra o quanto é relevante compreender os processos de formação da massa. Eventos como a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa provocaram inquietações devido ao potencial agressivo dos seres humanos. Antes vistos como racionais, que tomavam suas decisões com base em uma análise das vantagens e desvantagens de cada possível ação, mostravam-se irracionais e destrutivos.

Nos Estados Unidos, onde o movimento progressivista difundia exatamente essa visão racionalista dos seres humanos, as ideias de Freud provocariam polêmica. Relativamente conhecidas nos meios médicos e acadêmicos, as suas obras começaram a ser divulgadas ao grande público pelo seu sobrinho Edward Bernays. Nem mesmo a Grande Guerra esfriaria os ímpetos desenvolvimentistas dos norte-americanos, que viveram os anos de 1920 como se o progresso fosse ininterrupto. Curiosamente, grande parte desse otimismo foi incutido na Opinião Pública pela “engenharia do consentimento”, de Bernays, cujas premissas eram

aquelas que levaram Freud a desconfiar do futuro da civilização. A psicanálise havia introduzido a imagem de um ser humano movido por forças inconscientes, por um Id que não consegue ser controlado pelo Eu, a não ser através de um grande esforço pessoal, que é movido por pulsões sexuais reprimidas e pela pulsão de morte, que o coloca em constante desavença com o próximo. O Supra-Eu e as pulsões sublimadas parecem ser os únicos elementos que se interpõem entre a civilização e o caos social. Desse modo, longe de fornecer uma reformulação das teorias políticas estadunidenses da época, a psicanálise reforçava a ideia de que a sociedade, mais do que nunca, necessitava de controle.

3.4 A SOCIEDADE COMO REPRESSÃO

Depois de postular a existência da pulsão de morte, era preciso analisar as implicações de tal formulação para os fundamentos da civilização. Freud a percebia como fonte de ambivalência; se, por um lado, a civilização era a responsável por assegurar a sobrevivência do ser humano mediante o domínio da natureza e da divisão do trabalho, por outro lado, ela também era a fonte da repressão das pulsões, uma fonte permanente de frustração. Essa contradição foi explorada de maneira mais pormenorizada em “O Mal-Estar na Civilização” (FREUD, 2006f). Nessa obra, Freud procurou demonstrar que o processo de repressão das pulsões foi o que permitiu a civilização. Por causa de sua origem um tanto violenta, a civilização tem bases muito mais frágeis do que se imagina, pois os seus fundamentos podem ser rompidos facilmente. A Primeira Guerra Mundial provou o quanto rapidamente são liberados os instintos agressivos – a pulsão de morte –, com consequências nefastas. Isso porque a pulsão de morte, assim como a pulsão de vida, está sempre presente, no limiar entre o corpo e a psique. Destarte, referindo-se à barbárie da guerra, Freud chegou a afirmar que, para a psicanálise, esse comportamento não causou surpresa. O desenvolvimento da cultura, fonte de segurança e orgulho da *Belle Époque* europeia, não passaria, portanto, de uma ilusão, rompida de forma definitiva pelo conflito bélico:

Já podemos extrair um consolo desse exame: nossa mortificação e nossa penosa desilusão em virtude do comportamento incivilizado de nossos concidadãos do mundo durante a presente guerra foram injustificadas. Basearam-se numa ilusão a que havíamos cedido. Na realidade, nossos concidadãos não decaíram tanto quanto temíamos porque **nunca subiram tanto quanto acreditávamos**. (FREUD, 1996, p. 294, grifo nosso).

A devida compreensão desse processo pelo prisma da psicanálise exige que se tenha em mente a forma pela qual as sociedades se desenvolveram. Nos termos de Freud (2006b, p.32):

A civilização foi criada sob a pressão das exigências da vida, à custa da satisfação dos instintos; e acreditamos que a civilização, em grande parte, está sendo constantemente criada de novo, de vez que cada pessoa, assim que ingressa na sociedade humana, repete esse sacrifício de satisfação instintual em benefício de toda a comunidade. Entre as forças instintuais que têm esse destino, os impulsos sexuais desempenham uma parte importante, nesse processo eles são sublimados - isto é, são desviados de suas finalidades sexuais e dirigidos a outras, socialmente mais elevadas e não mais sexuais. Esse arranjo, contudo, é instável; os instintos sexuais são imperfeitamente subjugados e, no caso de cada indivíduo que se supõe juntar-se ao trabalho da civilização, há um risco de seus instintos sexuais se rebelarem contra essa destinação. A sociedade acredita não existir maior ameaça que se possa levantar contra sua civilização do que a possibilidade de os instintos sexuais serem liberados e retornarem às suas finalidades originais. Por esse motivo, a sociedade não quer ser lembrada dessa parte precária de seus alicerces.

De certa maneira, a sociedade deriva da frustração libidinal e, ao mesmo tempo, depois de criada, demanda que cada pessoa desista da satisfação dos seus instintos.⁴⁹ Assim são produzidas as neuroses, doença que acomete as pessoas “[...] impedidas da possibilidade de satisfazer sua libido [...]” (FREUD, 2006c, p. 348). Por isso, “[...] é impossível desprezar o ponto até o qual a civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto, o quanto ela pressupõe exatamente a não-satisfação (pela opressão, repressão ou algum outro meio?) de instintos poderosos” (FREUD, 2006f, p. 117). Esses instintos seriam exatamente aqueles que habitam o Id, que remetem à vida anímica dos seres humanos, e que são liberados quando estes submergem na multidão. Ali, a predisposição à agressão e à impulsividade, que são um empecilho à vida social, podem ser liberados. Os indivíduos na multidão extravasam a pulsão de morte, que não deseja sua contrapartida, a pulsão de vida, e sim tudo dominar e destruir. É também à luz deste conflito psíquico permanente que podemos ver a submissão das massas ao líder – a libertação faz o Eu sucumbir, mas acompanhado pelo prazer dessa libertação.

Diante de tudo isso, uma das principais preocupações da sociedade deve ser como lidar com as pulsões primitivas dos seres humanos para impedir a liberação instintual em larga escala. A sociedade, por essa ótica, tem de ser protegida das agressões dos seus membros, os indivíduos. De nada adianta apelar à racionalidade, pois o fato de ser incapaz de sobreviver sem a civilização não é suficiente para aplacar a hostilidade humana perante os sacrifícios exigidos pela vida em comunidade (FREUD, 2006e). Cada civilização tem a

49 Aqui, os textos consultados utilizaram a palavra instinto como tradução à palavra alemã *Trieb*. Por isso, optou-se por utilizar o mesmo termo ao comentar o texto. Deve-se ter em mente, contudo, que se trata, neste caso, de um sinônimo da palavra pulsão.

necessidade de manter o equilíbrio entre a energia pulsional reprimida e as compensações econômicas à frustração; isso, por si só, já é um dos fatores explicativos da insatisfação crescente dos indivíduos para com a sociedade. As pessoas, eventualmente, percebem que todo o progresso técnico e científico não corresponde ao aumento da felicidade, uma preocupação já presente nas reflexões de Lester Ward e do movimento progressivistas. “Daí, portanto,” observa Freud, “o emprego de métodos destinados a incitar as pessoas a identificações e relacionamentos amorosos inibidos em sua finalidade; daí a restrição à vida sexual e, também, o mandamento ideal de amar ao próximo como a si mesmo, mandamento que é realmente justificado pelo fato de nada mais ir tão fortemente contra a natureza original do homem.” (FREUD, 2006f, p. 117).

3.5 A SUBLIMAÇÃO

Então, o que fazer? Segundo a psicanálise, a única maneira de manter os instintos sexuais, a libido, sob controle, é fazer com que a sociedade dê algo em troca dessa frustração. Ou, então, deslocar a libido para fins socialmente construtivos. O principal processo de transformação dos instintos sexuais em instintos socialmente úteis, que contribuem positivamente para a construção e a preservação da sociedade, é a sublimação. Esta “Consiste no fato de a inclinação sexual abandonar seu fim de obter um prazer parcial ou reprodutivo e de adotar um outro que, genericamente se relaciona àquele que foi abandonado, mas que, por si mesmo, já não possui mais um caráter sexual, devendo ser descrito como social.” (FREUD, 2006c, p. 349).

O problema é que a sublimação sempre é incompleta. Ou seja, ela não é capaz de deslocar senão uma parcela da libido. Como observado por Freud (2006c, p. 349):

Há um limite à quantidade de libido não satisfeita que os seres humanos, em média, podem suportar. A plasticidade ou livre mobilidade da libido não se mantém absolutamente preservada em todas as pessoas, e a sublimação jamais tem a capacidade de manejar senão determinada parcela da libido; acresce-se o fato de que muitas pessoas são dotadas apenas de uma escassa capacidade de sublimar. A mais importante dessas limitações é, evidentemente, aquela referente à mobilidade da libido, de vez que isto faz com que a satisfação da pessoa dependa da obtenção de apenas um número muito reduzido de fins e objetos.

O deslocamento do objeto-alvo da libido é vital para o bom funcionamento da sociedade. Esse fator foi crucial para que Bernays desenvolvesse as suas técnicas de

propaganda prescindindo do apelo à racionalidade do público para, em seu lugar, acionar os seus desejos inconscientes. É vasta a gama de objetos ofertados como substitutos dos objetos sexuais, produzindo a sublimação através do consumo, não somente mais acessível como estimulado – ao consumir determinados produtos, comete-se um “pecado permitido”. Com isso, a acumulação de libido não-satisfeita, um dos principais fatores de frustração, é obliterada. O consumo é uma válvula de escape que fornece a satisfação necessária, porém, momentânea, uma vez que a propaganda não pode, e nem pretende, aplacar os reais desejos ilimitados dos seres humanos. Mas, ainda assim, uma sociedade com indivíduos satisfeitos pelo consumo é pacífica. Sua prosperidade econômica é garantida pela constante necessidade de consumir, e não só bens materiais, mas também símbolos, ideias e valores. Bernays se apresentou com o arquiteto desse ideal de sociedade democrática.

4 MÁQUINAS DE FELICIDADE: A SOCIEDADE UTÓPICA DE BERNAYS

Os anos de 1920 deixaram a Grande Guerra para trás, mas a reconfiguração do mapa europeu e os acordos do armistício, muito em breve, cobriam o alto preço do holocausto e de outra guerra mundial. Contudo, nesse momento o cenário imediato apresentava dois problemas estruturais mais urgentes para a sociedade norte-americana. Primeiramente, como estimular o consumo frequente de coisas que, muitas vezes, não são necessárias. A produção industrial de massas reivindicava o consumo massificado que, por sua vez, incentivava o aumento da produção, o que ampliaria a contratação da força-de-trabalho, expandiria o mercado consumidor, que demandaria mais mercadorias e, assim, o círculo virtuoso do crescimento econômico promoveria a espiral do progresso indefinidamente. Tudo dependia, portanto, da formação desse público consumista. O desafio não era pequeno: tratava-se de uma mudança cultural.

O segundo problema tocava numa questão política, qual seja, de como evitar que a democracia de massa provocasse o caos e o desgoverno. As constatações da sociologia, da “nova ciência da política” e, principalmente, da psicologia social e da psicanálise eram desalentadoras. Os indivíduos são irracionais, seja por sua própria natureza, seja em decorrência dos afrouxamentos da moralidade propiciados pela situação de multidão a que são submetidos na sociedade contemporânea. Outro desafio considerável, portanto: tratava-se de governar a opinião pública. A teoria política não oferecia respostas satisfatórias para esse problema. Como Le Bon já havia percebido, não há arranjo institucional que evite a irracionalidade das massas na política. Tocqueville, um pioneiro, já havia alertado para o fato de que, ao lado do desenho constitucional que separava os Poderes para que um vigie o outro, a cultura associativa dos Estados Unidos era um fator essencial ao adequado funcionamento da sua democracia. A sociedade civil se une para resolver problemas, promover seus interesses, pressionar o Estado e para resistir aos abusos do governo. Mas Tocqueville não observava a sociedade de massas. Na era das multidões, o próprio associativismo não impediria o caos da irracionalidade dos indivíduos. Então, se nem a cultura política e nem o sistema de *checks and balances* evitarão a tirania dos impulsos inconscientes dos cidadãos, o que poderá salvar a sociedade dela mesma?

Edward Bernays acreditava ser o homem mais indicado para essa missão. Ele estava fascinado pelas descobertas da psicologia social, pois via nela aspectos positivos que os

próprios psicólogos não conseguiam perceber. Sim, somos movidos por paixões, somos agressivos, somos uma ameaça constante à sociedade, mas somente porque essa mesma sociedade que criamos nos oprime. Como Freud percebeu, a civilização é uma promessa de segurança que fizemos a nós mesmos, mas que resultou no pesadelo da repressão. Porém, como Freud também sabia, também somos capazes de amar, de nos unir, de criar laços e de realizar, de algum modo, os nossos desejos mais profundos sem que isso viole, necessariamente, a sacralidade da moral e a formalidade das leis. Le Bon, com o mesmo tom de ponderação, observou que as multidões são maleáveis, portanto, não são capazes apenas de atos de destruição. Em algumas circunstâncias, e a depender dos estímulos lançados pelo líder, as multidões podem ser levadas a ações heroicas e abnegadas.

Estava dada a pista a ser perseguida. A massa, a multidão, a opinião pública, o que seja, age conforme os sentimentos e instintos inconscientes dos indivíduos. Ou seja, a manipulação desses sentimentos e instintos pode tanto levar à violência autoritária e colérica da coletividade como à ordem e aos rumos socialmente desejáveis para a prosperidade econômica e a estabilidade política. A propaganda de guerra já havia demonstrado que a persuasão da opinião pública por meio de diversos instrumentos de comunicação era plenamente possível. Se a propaganda se apropriar dos conhecimentos da psicologia social e da psicanálise para desenvolver técnicas aplicáveis para a resolução desses problemas, ela pode se tornar o mais poderoso instrumento para o controle social nestes dois níveis: a estabilidade democrática – “engenharia do consentimento” – e a cultura do consumo necessária tanto à produção em massa, quanto para a construção ideal de indivíduo feliz – “máquinas de felicidade” –, através da satisfação dos desejos reprimidos pela posse de mercadorias.

Ao contrário da maioria dos progressivistas, que afirmavam que as corporações poderiam ser danosas à sociedade, Bernays acreditava que elas eram o coração da democracia norte-americana. Sem a produção em massa, não haveria emprego, renda e nem novos objetos de desejo alcançáveis por todos. Além da repressão usual e inescapável das pulsões, os indivíduos seriam submetidos a privações econômicas e se tornariam presas fáceis para líderes incendiários. Esse acúmulo de frustrações, num contexto democrático, teria consequências imprevisíveis. A produção em massa, portanto, é a condição estrutural da democracia funcional. Mesmo com elevado nível de renda média e alto padrão de consumo as massas poderiam se insurgir contra a ordem social, extravasar inadequadamente os seus impulsos e sentimentos reprimidos. Mais grave ainda se não puderem contar nem mesmo com

esse substituto aos seus desejos que são os produtos de consumo. Bernays, então, percebe que o maior projeto de todos era a construção do cidadão-consumidor. Com ele, a democracia seria viável, a sociedade estaria segura, a riqueza seria produzida, as corporações acumulariam capital, os indivíduos estariam convencidos de que são felizes e que são os responsáveis pelo governo.

Claramente, essa é uma democracia da elite que ocupa o governo. Entretanto, essa elite, visível, abriga outra elite, invisível. Esta tem grande capacidade de organização, um fator essencial, como observado por Mosca e Michels; porém, mais que isso, esse pequeno grupo também detém os conhecimentos dos mecanismos inconscientes que motivam a opinião pública e os usam a seu favor, como observado por Le Bon e Lippmann. Tem a seu dispor a utilização de ferramentas científicas desenvolvidas pelas Ciências Sociais para mapear e compreender o comportamento dos cidadãos, como preconizavam os progressivistas. Mas, acima de tudo, esse pequeno grupo usa as técnicas da “nova propaganda” para fazer a sociedade andar como e para onde ele quer, para desejar o que deve ser desejado, para valorizar o que querem que seja, e para promover os seus interesses como se isso fosse do interesse de todos. Essa é uma democracia em que as elites competem pelos postos de poder, mas seguem unidas para manter o controle social. Essa é a democracia da ordem, do progresso, da persuasão pela propaganda. Toda propaganda, qualquer que seja, é uma propaganda política, defende valores, um modo de vida. A democracia é, em si, um produto a ser vendido. Bernays será o seu vendedor.

4.1 CARIMBOS DE BORRACHA: O SUJEITO DA PROPAGANDA

Bernays tinha várias missões: criar uma ciência da propaganda, uma nova profissão, um ideal de democracia, o consumo de massas. Começemos pelo começo.

Bernays foi convencido de que as pessoas não eram racionais. As suas ações, as suas decisões cotidianas não são tomadas a partir de algum tipo de análise ou de cálculo, nada disso; as pessoas fazem escolhas com base na experiência pessoal e percepção subjetiva. Conseqüentemente, o primeiro passo para influenciar a “Opinião Pública” é compreender o funcionamento mental dos indivíduos imersos nos grupos. Isso quer dizer que a condução bem-sucedida de uma campanha de propaganda depende dos estudos da psicologia

(BERNAYS, 2015). Aluno aplicado, Bernays se dedicou à leitura das obras de Gustave Le Bon, Wilfred Trotter, e, é claro, Sigmund Freud. Desses estudos, como o próprio disse, foi possível tirar lições valiosas sobre a persuasão política:

O estudo sistemático da psicologia de massa revelou aos alunos as potencialidades do governo invisível da sociedade pela manipulação dos motivos que atuam sobre os homens no grupo. Trotter e Le Bon, que abordaram o assunto de maneira científica, e Graham Wallas, Walter Lippmann e outros que continuaram a pesquisar a mente grupal, estabeleceram que o grupo possui características mentais distintas das do indivíduo, sendo motivado por impulsos e emoções que não podem ser explicados com base no que sabemos da psicologia individual. Portanto, a pergunta surgiu naturalmente: Se entendermos o mecanismo e os motivos da mente grupal, não é possível controlar e arregimentar as massas de acordo com nossa vontade sem que elas saibam disso?⁵⁰

Foram essas leituras que convenceram Bernays a respeito da irracionalidade do universo simbólico que orienta o comportamento dos indivíduos. Na maioria das vezes, os seus julgamentos se apoiam em crenças, dogmas e preconceitos. Essa forma de ver e classificar o mundo são internalizadas a partir de figuras e instituições de autoridade, como os pais, os professores, a igreja, as lideranças políticas etc. (BERNAYS, 2015). Tal perspectiva era o eixo das reflexões de Walter Lippmann, sistematizadas no seu livro “*Public Opinion*”, de 1922. Ao analisar as atitudes dos indivíduos quando se deparam com questões que não vivenciaram diretamente, Lippmann concluiu que tudo aquilo que não entra na nossa experiência imediata produz noções difusas que se expressam por imagens simplificadas. A isso ele chama “estereótipo” (LIPPMANN, 2010).

Ao se apropriar desse conceito, Bernays vai um pouco mais longe para aproximá-lo da noção de hábito. Essa escorregadela para a epistemologia não foi um indevido desvio de percurso, pois, assim como a psicologia social e a psicanálise haviam proposto, o exame da natureza humana tem como premissa a existência de fatores universais inatos. Eles interagem com as especificidades históricas e culturais, mas são antes contidos ou deslocados do que eliminados. O prolongamento da natureza humana que deseja para as condições de conhecimento do mundo e dos próprios desejos proporcionada pelos limites dessa mesma natureza é um procedimento lógico e inevitável. Foi o que fez Bernays:

50 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2005, p. 71): “The systematic study of mass psychology revealed to students the potentialities of invisible government of society by manipulation of the motives which actuate man in the group. Trotter and Le Bon, who approached the subject in a scientific manner, and Graham Wallas, Walter Lippmann and others who continued with searching studies of the group mind, established that the group has mental characteristics distinct from those of the individual, and is motivated by impulses and emotions which cannot be explained on the basis of what we know of individual psychology. So the question naturally arose: If we understand the mechanism and motives of the group mind, is it not possible to control and regiment the masses according to our will without their knowing it?”

Os hábitos mentais criam estereótipos, assim como os hábitos físicos criam certas ações reflexas. Esses estereótipos ou imagens reflexas são de grande ajuda para o conselheiro de relações públicas em seu trabalho. Esses atalhos para as reações possibilitam que a mente média possua um número muito maior de impressões do que seria possível sem elas. [...] O conselheiro de relações públicas ora usa os estereótipos atuais, ora os combate e ora cria novos. Ao utilizá-los, muitas vezes traz ao público que está atingindo um estereótipo que eles já conhecem, ao qual acrescenta suas novas ideias, fortalecendo assim as suas próprias, dando a elas um maior poder de sustentação.⁵¹

Quais as consequências disso para o planejamento do conteúdo das propagandas? Primeiro, informações e fatos apresentados de maneira técnica não são capazes de penetrar na mente das massas. Segundo, as mensagens se tornam notícias apenas quando fazem apelo às emoções, mobilizando os afetos, os estereótipos, as pulsões. Terceiro, a linguagem deve ser a mais simplificada possível, senão a mensagem não será transmitida adequadamente. Caberia ao consultor de relações públicas – ou seja, o propagandista – a tarefa de criar circunstâncias que produzem um impacto significativo através da dramatização de sentimentos e estereótipos (BERNAYS, 2015). Porém, ao mesmo tempo, a propaganda deve ir além dos preconceitos e das ideias pré-estabelecidas para atingir o seu propósito maior – essencialmente um propósito erótico – de unir o seu cliente com o público (BERNAYS, 2015; BERNAYS, 1935). Muitas vezes, isso significava vencer as resistências das pessoas a novos produtos e conceitos. Não se deve esquecer que a opinião pública costuma ser conservadora e, portanto, hostil às novidades.

Entretanto, Bernays (2015) estava atento para o fato de que os hábitos não respondiam sozinhos pelos estereótipos. Como alertava a psicologia social, a formação da psique compreende todo um processo de identificação e imitação de figuras de autoridade. Sendo assim, as lideranças também cumprem a sua parte na formação dos estereótipos. Aqui ecoam as observações de Trotter acerca do instinto gregário e de Freud acerca da autoridade paterna primordial. De Trotter, Bernays empresta a ideia de que, devido ao instinto gregário, as massas tendem a confiar nos líderes e a seguir o seu exemplo – “no lugar do pensamento”, disse Bernays, “há impulsos, hábitos e emoções”. Sendo assim, continua, “ao tomar uma decisão, o seu primeiro impulso geralmente é seguir o exemplo de um líder confiável”. Em

51 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2015, p. 69-70): “Mental habits create stereotypes as physical habits create certain reflex actions. These stereotypes or reflex images are a great aid to the public relations counsel on his work. These short-cuts to reactions make it possible for the average mind to possess a much larger number of impressions than would be possible without them. [...] The public relations counsel sometimes uses the current stereotypes, sometimes combats them and sometimes creates new ones. In using them he very often brings to the public he is reaching a stereotype they already know, to which he adds his new ideas, thus he fortifies his own and gives a greater carrying power.”

realidade, para Bernays, “este é um dos princípios mais firmemente estabelecidos da psicologia de massa”.⁵²

Freud provê essa máxima de fundamentos mais sistemáticos. Sua análise da constituição do indivíduo postula que, na formação da criança, o Supra-Eu, inicialmente, é construído a partir da internalização das primeiras autoridades na vida infantil – ou seja, os pais. Depois disso, o Supra-Eu se constitui como a esfera da vida psíquica que é responsável por julgar, reprimir, e punir o Eu – sempre que este não corresponde às suas expectativas. Já na vida social, a esse processo são acrescentadas as dinâmicas de grupo. Quando da formação da massa, o grupo passa a se identificar com uma liderança na qual deposita o seu Supra-Eu. A inferência lógica disso diz que a mente do grupo não seria nada mais do que “[...] preconceitos herdados e símbolos e clichês e fórmulas verbais fornecidos a eles pelos líderes”.⁵³

Tendo em vista que a comunicação de massas propicia a formação de multidões espalhadas no território, mas unificadas pelas mensagens transmitidas por esses meios, a sua ligação é processada pela convergência de estereótipos e sentimentos propagados repetidamente por figuras de liderança ou ideias de autoridade. Assim como Martin, Bernays estava certo de que a multidão é esse estado mental que pode e deve ser explorado pela propaganda em suas dimensões psicológicas com a finalidade de dar organização e rumo à sociedade (BERNAYS, 2015). Por isso, a manipulação consciente da grande massa pelos “administradores inteligentes” era um resultado natural das implicações da psicologia social.

Com a exceção de Gustave Le Bon, a psicologia de massas pouco ou nada disse a respeito da aplicação prática de seus princípios, talvez por ter dado atenção exclusiva aos aspectos mais obscuros da humanidade. Bernays, focado nos elementos mais auspiciosos da natureza humana, incumbiu-se de preencher essa lacuna na sua atuação profissional (BERNAYS, 2015a). Estavam dadas as suas missões: uma ciência da propaganda, uma nova profissão, o consumo de massas e um ideal de democracia. Os responsáveis por tudo isso, os engenheiros do consentimento, seriam os verdadeiros governantes – o governo invisível. A estabilidade democrática, portanto, dependia mais dos propagandistas e da propaganda do que dos teóricos da política e do arranjo constitucional.

52 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2005, p. 73): “In place of thought it has impulses, habits and emotions. In making up its mind its first impulse is usually to follow the example of a trusted leader. This is one of the most firmly established principles of mass psychology.”

53 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2005, p. 109): “[...] inherited prejudices and symbols and cliches and verbal formulas supplied to them by the leaders”.

4.2 AS TÉCNICAS DE PROPAGANDA

Graças à alfabetização universal e ao governo democrático, as pessoas comuns acreditavam que podiam influir nos mais diversos aspectos da vida coletiva (BERNAYS, 2015). Mais do que isso, a democracia tem como princípio que a legitimidade de quem governa deriva da vontade popular. A democracia, mesmo em sua vertente representativa, investe todos os cidadãos do poder de interferir nos processos decisórios do Legislativo e do Executivo, em suas diversas instâncias. Por outro lado, a psicologia social e a psicanálise mostraram que as pessoas comuns não são capazes de governar sequer a si mesmas. Como lidar com esse paradoxo? A resposta encontrada é que as massas precisam ser guiadas pela minoria inteligente. A propaganda deve ser o seu cajado.

Na verdade, a propaganda dispõe de muito mais do que um cajado. Em seu arsenal havia técnicas antigas ainda eficientes, novas técnicas em desenvolvimento e muito ainda a ser explorado para otimizar a junção dos fundamentos da psicologia com os meios de comunicação modernos. Bernays se lançou nesse campo de batalha equipado com essa “psicologia da persuasão do público” (BERNAYS, 1928, p. 59).

Essas técnicas, segundo ele, podem ser separadas em duas categorias: “interpretação contínua” e “dramatização por destaque” (BERNAYS, 200). No primeiro caso, “a interpretação contínua é alcançada tentando controlar cada abordagem à mente do público de tal maneira que este receba a impressão desejada, muitas vezes sem estar consciente disso. Por outro lado,” continua, “a dramatização por destaque prende vividamente a atenção do público e a fixa em algum detalhe ou aspecto típico de todo o empreendimento”⁵⁴. Campanhas contínuas teriam como objetivo antecipar na opinião pública tendências que pudessem afetar negativamente os clientes. Isso permitia uma ação preventiva rápida para mudar a percepção popular ou o perfil do próprio cliente (BERNAYS, 2005). Desse modo, para manter a opinião favorável à ideia ou ao produto, tais campanhas exigem a monitoração constante do público-alvo e a coleta de informações a seu respeito. A dramatização, por sua vez, envolve a criação de circunstâncias, muitas vezes sem revelar sua relação com o produto vendido. O objetivo

54 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2005, p. 89): “Continuous interpretation is achieved by trying to control every approach to the public mind in such a manner that the public receives the desired impression, often without being conscious of it. High-spotting, on the other hand, vividly seizes the attention of the public and fixes it upon some detail or aspect which is typical of the entire enterprise.”.

aqui é apelar diretamente às emoções para provocar uma forte impressão no público. Isso deve ser feito em um evento específico, de preferência fortemente noticiado.

Neste último caso, um dos exemplos mais marcantes foi a campanha que Bernays promoveu para estimular o consumo de cigarro pelas mulheres. Nos anos de 1920, a Corporação Americana de Tabaco contratou o seu escritório de Relações Públicas para aumentar as suas vendas. O problema é que quase todo o segmento masculino já era consumidor do produto e, que, portanto, atrair o público feminino era a única forma de ampliar esse mercado. Poucas mulheres fumavam, e havia uma razão de fundo para isso, qual seja, uma espécie de “tabu” que inibia as mulheres de fumar em público.

Para compreender o significado simbólico desse “tabu”, Bernays consultou o psicanalista A.A Brill⁵⁵. O diagnóstico não poderia ser mais freudiano: o cigarro era um símbolo fálico que, portanto, evocava a potência sexual masculina. Isso quer dizer que o cigarro é uma manifestação de poder, é a afirmação da comunidade dos homens. Uma mulher não tem pênis; não pode exibir esse poder fálico. Havia, então, uma interdição que simbolizava a inferioridade das mulheres. Quando fuma em público, uma mulher contesta o poder masculino e isso não pode ser tolerado. Sendo assim, a campanha não teria efeito se apelasse para os homens, procurando sugerir que renunciassem à simbologia inconsciente da sua posição de poder. O apelo devia ser feito às mulheres e dar vazão à sua rebeldia contra a condição de dominada. Se o cigarro fosse associado a um ato de poder, à luta pela emancipação, à necessidade de inclusão, e não simplesmente ao ato de acender um cigarro para puxar fumaça para os pulmões, então, a “nova propaganda” mostrará que a persuasão de base psicológica é eficiente. A mulher deve ser convencida de que, quando acende um cigarro, afirma a sua potência (CURTIS, 2002).

Para pôr em prática essa ideia, Bernays utilizou um evento público tradicional, a Parada de Páscoa de Nova Iorque, em 1929. Sua equipe contratou um grupo de jovens mulheres debutantes para andar pela avenida e, num dado momento, tirassem as suas carteiras – estrategicamente guardadas nas suas meias sob longas saias – e, simultaneamente, acendessem os seus cigarros de modo dramático, cênico. A imprensa havia sido avisada pelo seu escritório que um grupo de sufragistas faria um protesto em apoio ao voto feminino naquele dia e naquele local. O movimento sufragista estava crescendo naquele período e,

55 Abraham Arden Brill foi um psiquiatra e psicanalista originário da Galícia, na Espanha, tendo emigrado para os Estados Unidos nos anos de 1890. Foi analisando de Freud em 1908, tendo se tornado um de seus primeiros divulgadores nos EUA, responsável pelas primeiras publicações freudianas no país. Roudinesco, contudo, relata que à época Brill teria almejado “[...] adaptar a doutrina vienense a um suposto ‘espírito americano’” (ROUDINESCO, 2016, p. 163).

claro, isso atraiu a atenção dos jornais. Dezenas de fotos foram tiradas, muitas delas circularam por todo o país e, inclusive, na imprensa estrangeira. A chamada para a matéria foi um slogan criado sob medida pela equipe de Bernays para dar início à quebra da resistência masculina e à adesão feminina ao cigarro: “tochas da liberdade”.

Noticiado pelos jornais, com esse slogan, com aquelas fotografias, no contexto do movimento sufragista e numa cidade cujo símbolo é a estátua de uma mulher segurando uma tocha que representa a liberdade, esse “evento” conjugava tudo o que Bernays preconizava como “nova propaganda”. Além disso, Bernays mostrou como era crucial o controle disfarçado da narrativa da imprensa (BERNAYS, 2015a; TYE, 2002). De fato, o principal objetivo de tal dramatização era criar circunstâncias noticiáveis – dadas as circunstâncias corretas, a imprensa faria o trabalho de divulgação do evento enquanto notícia, e não publicidade, por conta própria.⁵⁶ Sobretudo, Bernays demonstrou ser possível aumentar o consumo de determinado produto ao associá-lo a desejos inconscientes, criando um laço emocional entre a pessoa e o produto. Nesse caso, o desejo feminino por igualdade, associando o ato de fumar ao desafio à superioridade masculina, cumpriria um papel simbólico de ressignificação, não só do falo, mas das relações de poder (BERNAYS, 1935).

Outro exemplo é o evento “Baile Verde”, também ligado a uma empresa de cigarros, a Lucky Strike. Pesquisas conduzidas pela empresa junto ao público feminino indicavam que algumas mulheres ainda hesitavam em fumar os cigarros Lucky Strike. A empresa descobriu que a razão disso era a cor verde da sua embalagem, que as mulheres achavam não combinar com os padrões de moda feminina. Obviamente, Bernays sugeriu que a empresa mudasse sua embalagem, o que seria mais fácil, pois, ao invés de tentar eliminar uma resistência, a ação de venda consistiria em se conformar com a cor preferida das mulheres. Mas, essa alternativa foi categoricamente rejeitada pelo presidente da empresa, George Hill (BERNAYS, 2015a). Não tinha outro caminho, Bernays teria que vender cigarros com maços verdes, o que significa que a resistência ao verde teria que ser vencida.

A meta, portanto, era tornar o verde uma cor estilosa e elegante. Para tanto, a sua equipe combinou duas técnicas, a dramatização, aos moldes do que foi realizado na campanha “tochas da liberdade”, e o uso de autoridades [lideranças] para se comunicar com o público-alvo.

⁵⁶ Como a campanha foi contratada pela Companhia Americana de Tabaco, tudo permaneceu em sigilo por muitos anos. Mas, depois de conhecida, ficou claro que essa campanha estabeleceu o padrão de propaganda seguido por Bernays.

No caso da dramatização, o ponto alto foi o “Baile Verde”, um evento organizado no famoso hotel Waldorf Astoria, em Nova Iorque, em 1934. A sua divulgação se apoiou no pretexto de que se tratava de levantar recursos para caridade. Foram recrutadas diversas celebridades, em especial Narcissa Cox Venderlip, uma conhecida filantropa e amiga de Bernays que foi convencida a ser a anfitriã do evento (BERNAYS, 2015a). Por meses antes do baile, Bernays promoveu uma campanha com figuras de autoridade das mais diversas áreas que davam opiniões favoráveis ao uso da cor verde, na vestimenta, na decoração, em tudo. Inclusive se deu destaque às emoções associadas ao verde, ou seja, a esperança e a tranquilidade (BERNAYS, 2015a).

Nas vésperas do evento, foi organizado um almoço com diversos membros da alta sociedade: as comidas eram verdes, e as palestras tratavam do significado da cor verde. A imprensa, então, começou a reportar o verde como a nova cor da estação. Através dessas publicações, estilistas de diversas áreas foram convencidas de que o verde era a cor da moda. Tais publicações foram fornecidas e estimuladas pelo escritório de Bernays, mas sem que essa origem fosse revelada. Finalmente, o baile. Aos convidados, uma exigência inegociável: eles tinham que se vestir de verde. Para auxiliá-los nessa tarefa, Bernays contactou estilistas franceses que influenciavam a moda nos Estados Unidos. Durante o evento, funcionários distribuíram caixas verdes de Lucky Strike.⁵⁷ Todos estavam felizes. Como Bernays observaria anos mais tarde, a lição retirada do sucesso do evento foi que “a ênfase através da repetição ganha aceitação para uma ideia, particularmente se a repetição vem de diferentes fontes”.⁵⁸

Outra técnica muito utilizada por Bernays era a segmentação das mensagens de acordo com o alvo específico que se buscava atingir. Ele não via o público como um bloco homogêneo; pelo contrário, sabia que a sociedade é composta por diferentes grupos, embora interligados (BERNAYS, 1935). Essas segmentações, por sua vez, poderiam ser exploradas pelo recrutamento de pessoas proeminente de cada grupo, que se incumbiriam de influenciar os membros do seu segmento. Aplicando esse princípio a campanhas publicitárias, era possível selecionar a ideia central em torno do produto e desmembrar essa mensagem em diferentes aspectos que pudessem ser apresentados a grupos distintos que fossem mais receptivos àquele fragmento de informação. Isso implica identificar os três subconjuntos

57 Também nesse caso o sigilo foi mantido. Aqueles que trabalharam no baile foram instruídas a não revelar a verdadeira origem do evento, não mencionando o nome de Bernays ou da Companhia Americana de Tabaco sob hipótese alguma (BERNAYS, 2015a).

58 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2015a, p. 482): “Emphasis by repetition gains acceptance for an idea, particularly if the repetition comes from different sources.”

possíveis de componentes: (a) aqueles que já são a favor da ideia a ser vendida, (b) os que são irremediavelmente contra e (c) os que podem ser persuadidos.

Como observado por Bernays, a propaganda segmentada também poderia ser usada com bastante eficiência na política. Para ele, as divisões nos Estados Unidos vão muito além da simples dicotomia Democrata versus Republicano (BERNAYS, 1928).⁵⁹ Isso também vale para outros países, como ficou demonstrado na campanha que Bernays coordenou em defesa da independência da Lituânia, ao fim da Primeira Guerra Mundial. Ao conduzir essa campanha, primeiramente Bernays buscou obter todas as informações necessárias sobre o país – sua origem, história, idioma, aspectos culturais e políticos. Em seguida, segmentou esses diferentes aspectos e produziu propagandas relacionadas a cada um deles e que foram direcionadas aos grupos mais receptivo.

Muito distante da era da *internet* – o telefone ainda era um luxo para poucos –, a tecnologia disponível para alcançar públicos-alvo segmentados era o serviço de correio. Diferentemente das mensagens do jornal, do cinema e do rádio, as correspondências podiam ser direcionadas de acordo com as características dos grupos. Bernays investiu nisso:

A campanha direta pelo correio e a palavra impressa proporcionam aos assessores de relações públicas os canais de abordagem dos indivíduos que ele deseja alcançar. As grandes empresas dispõem, para tal fim, de listas de pessoas organizadas de acordo com inúmeros critérios. Existem divisões geográficas, divisões profissionais, divisões de negócios e divisões de religião. Existem classificações por posição econômica, classificações por todos os tipos de preferências. Essa classificação de seu público nos grupos certos para os recursos adequados é uma das funções mais importantes do conselho de relações públicas [...].⁶⁰

Em suma, “a fórmula era simples: Bernays gerava eventos, os eventos geravam notícias e as notícias geravam uma demanda para o que quer que ele estivesse vendendo.”⁶¹ (TYE, 2002, p. 55, tradução nossa). Bernays usava os correios para atingir públicos específicos com mensagens sob medida e usava a psicologia para remover resistências. Bernays não vendia produtos, simplesmente – ele vendia novas formas de se comportar, novos gostos, novas visões de mundo, moldando a realidade do público aos interesses da

⁵⁹ Mais recentemente, essa estratégia foi potencializada pela estrutura das redes sociais, que possibilitaram o *microtargeting* na comunicação política (KAISER, 2020).

⁶⁰ Tradução nossa do original (BERNAYS, 2015, p. 90): “The direct-by-mail campaign and the printed word afford the public relations counsel channels of approach to such individuals as he may desire to reach. Large companies have available for such purposes lists of individuals arranged according to innumerable criteria. There are geographical divisions, professional divisions, business divisions, and divisions of religion. There are classifications by economic position, classifications by all manner of preferences. This classification of his public into the right groups for the proper appeals is one of the most important functions of the public relations counsel [...].”

⁶¹ Do original: “The formula was simple: Bernays generated events, the events generated news, and the news generated a demand for whatever he happened to be selling.” (TYE, 2002, p. 55)

indústria que sustentava esse modelo democrático. Bernays queria cidadãos-consumidores satisfeitos nas necessidades que lhes foram sugeridas. Bernays lubrificava as “máquinas de felicidade”.

4.3 O GOVERNO INVISÍVEL E A GESTÃO PSÍQUICA PELA PROPAGANDA

Edward Bernays não era o único que achava que os pilares da teoria democrática foram erguidos em solo arenoso. Lippmann, que muito o influenciou, dizia que a teoria democrática clássica buscou fundamentos em ideais irrealistas. O pressuposto de que as pessoas têm interesse em se informar sobre os assuntos relevantes da vida política e tomar decisões de acordo era uma ilusão (LIPPMANN, 2005). Mesmo se houvesse tal interesse, as pessoas não seriam capazes de decidir racionalmente sobre os assuntos públicos. Em primeiro lugar porque a racionalidade individual é uma falácia; em segundo lugar porque a imprensa não cumpre o papel que deveria cumprir na democracia, pois ela não defende realmente o interesse público. Lippmann era jornalista e sabia como ninguém que a imprensa moderna, assim como qualquer outra empresa, era movida pelo lucro. Antes deles, os elitistas também julgaram ilusória a crença na capacidade de governar do demos.

Todavia, diferentemente deles, Bernays pensava que era precisamente o controle das informações, dos jornais, da opinião pública pelo governo da maioria que constituiria o modelo democrático norte-americano. Aliás, vale lembrar, Bernays considera que a democracia não é um regime político no qual as pessoas comuns detêm o poder ou sequer governam por intermédio dos seus representantes. Inclusive, os próprios governantes não são os que exercem o poder – uma coisa é estar no governo, outra coisa é ter poder. Para Bernays, o poder é exercido por um grupo oculto, uma minoria dentro da minoria, que organiza as opiniões e ideias circulantes.

Bernays também não era o único que acreditava na gestão científica da sociedade. Os progressivistas, tanto democratas como republicanos, defendiam que o Estado fosse dotado de capacidade administrativa burocrática e governado com eficiência. Porém, ao contrário dos progressivistas, Bernays avaliava que a administração social não cabia à burocracia do Estado, e nem mesmo aos políticos exclusivamente. Para ele, as relações entre o governo e o público, assim como entre as empresas e os consumidores, também exigem uma abordagem

científica, uma espécie de engenharia social por intermédio da comunicação. Como os profissionais da propaganda são os legítimos “engenheiros do consentimento”, cabe a eles a função de governo invisível ao lado de poucos políticos e homens de negócio. Disse Bernays:

[...] Permanece um fato que em quase todos os atos da nossa vida cotidiana, seja na esfera da política ou dos negócios, em nossa conduta social ou nosso pensamento ético, nós somos dominados pelo número relativamente pequeno de pessoas [...] que entendem os processos mentais e padrões sociais das massas. São eles que puxam os fios que controlam a mente do público, que manipulam as velhas forças sociais e inventam novas maneiras de amarrar e guiar o mundo.⁶²

O governo invisível não é, entenda-se, uma questão de escolha. A verdadeira escolha é entre a ordem e o caos provocado pela diversidade de interesses, gostos, demandas que puxam a coletividade para direções opostas e antagônicas. Sem o controle social sutil e organizado pela “engenharia do consentimento”, a democracia se degenera facilmente e se torna ou um regime ditatorial comandando por uma liderança que concentra poder e persegue as oposições ou uma anarquia. Com o governo invisível assessorado e composto por “cristalizadores das opiniões”, promotores do “consenso manufaturado”, a democracia estará segura para seguir de mãos dadas com a produção de massas e o mercado de consumo repleto de “máquinas de felicidade”.

Portanto, o governo invisível é uma necessidade advinda da forma de organização da democracia de massas. Sua emergência prometia tornar o povo o seu próprio soberano, dando às massas um poder antes restrito aos monarcas. Assim, ao contemplar a participação de todos nas decisões políticas, mesmo daqueles que não possuem a capacidade ou que não desejam se informar para decidir com conhecimento de causa, a democracia se pôs a caminhar num campo minado. A alfabetização, que, em princípio, deveria ter capacitado os indivíduos a buscar e compreender as informações, na prática, apenas deu ao cidadão médio “carimbos de borracha”, idênticos aos “carimbos de borracha” de milhões de seus concidadãos. Conforme Bernays, ao receber os mesmos estímulos, esses milhões de “carimbos de borracha” responderiam da mesma forma – fazendo jus ao instinto gregário, as pessoas se comportam como um rebanho.

Sendo assim, a minoria informada teve de ir à luta para reequilibrar o jogo de forças, já que o barco da democracia já havia zarpado. A propaganda como forma de controle social: eis a solução (BERNAYS, 1927). É necessário o consentimento da maioria para que a minoria

62 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2005, p. 37-38): “[...] it remains a fact that in almost every act of our daily lives, whether in the sphere of politics or business, in our social conduct or our ethical thinking, we are dominated by the relatively small number of persons [...] who understand the mental processes and social patterns of the masses. It is they who pull the wires which control the public mind, who harness old social forces and contrive new ways to bind and guide the world.”

governe? Persuasão. É imperioso conhecer os mecanismos da persuasão eficiente? Consultores de relações públicas. A propaganda deve ser uma atividade permanente em todas as esferas da vida social para manter o consenso? Governo invisível. É ele que deve se encarregar da simplificação do processo de escolha e reduzir o leque das alternativas de modo a excluir qualquer ameaça ao status quo (BERNAYS, 2005).

Para encurtar a história, a propaganda científica é exatamente isto: “[...] um braço executivo do governo invisível”.⁶³ Por sua vez, o governo invisível é a cabeça do governo visível. Como já dito, é a minoria da minoria. Isso é algo esperado e racional:

Mas é claro que são as minorias inteligentes que precisam fazer uso da propaganda de forma contínua e sistemática. No proselitismo ativo das minorias, nas quais os interesses egoístas e os interesses públicos coincidem, está o progresso e o desenvolvimento da América. Somente por meio da energia ativa de uns poucos inteligentes o público em geral pode se tornar ciente e agir de acordo com novas ideias.⁶⁴

Observe-se, porém, que tal como Aristóteles supôs que era do interesse do escravo ser escravo, pois era vantajoso que o senhor comandasse os seus caminhos, Bernays supõe haver total convergência entre os interesses do público e os interesses da minoria governante. Dando o poder aos “poucos inteligentes”, estes asseguram o progresso da nação, ou seja, da maioria. Todos ganham. Além do mais, a democracia representativa é governada por representantes, e não pelo povo, não pela maioria. Já que o governo da minoria sequer é uma escolha, que seja bem-feita a escolha que realmente se pode fazer: quem representará a maioria. Mas, se a maioria não pode ser confiada para fazer essa escolha com bom-senso, que a sua livre escolha seja “livre” de escolha. Que pareça uma escolha, mas que seja uma persuasão imperceptível operada pela minoria – a maioria é livre para escolher desde que escolha o que quer a minoria.

A grande mensagem oculta de Bernays diz o seguinte: pode existir propaganda sem a democracia, mas não existirá democracia sem propaganda. Mas, atenção, a propaganda política vai muito além da conquista de votos no processo eleitoral e nem se limita aos meios tradicionais, como rádio, jornal e televisão. Toda a esfera de entretenimento e cultura, compreendendo aquilo que Adorno e Horkheimer (2006) chamaram de indústria cultural, são espaços para as atividades de persuasão. Na verdade, toda forma de comunicação humana pode e deve ser usada como instrumento de propaganda (BERNAYS, 2005). Para isso, precisamos de uma “(...) democracia de liderança, administrada pela minoria inteligente que

63 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2005, p. 48): “[...] the executive arm of the invisible government.”

64 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2005, p. 57): “But clearly it is the intelligent minorities which need to make use of propaganda continuously and systematically. In the active proselytizing minorities in whom selfish interests and public interests coincide lie the progress and development of America. Only through the active energy of the intelligent few can the public at large become aware of and act upon new ideas.”

sabe como arregimentar e guiar as massas.”⁶⁵ E mais, dado que “o bom governo pode ser vendido a uma comunidade assim como qualquer outra *comoditie* pode ser vendida,”⁶⁶ os políticos devem seguir os princípios que a propaganda segue para promover a sociedade industrial.⁶⁷

Esta, então, não passa de uma pergunta retórica: “Isso é o governo da propaganda?” Chame, se preferir, de governo pela educação.” Bernays não se furta de aproveitar a oportunidade para vender-se a si mesmo e a sua profissão: “mas a educação, no sentido acadêmico da palavra, não é suficiente. Deve ser [um governo da] propaganda por especialistas esclarecidos, por meio da criação de circunstâncias, por meio do destaque de eventos significativos e da dramatização de questões importantes”.⁶⁸

4.4 DEMOCRACY: A DEMOCRACIA DO CONSUMO

A visão bernaysiana da relação entre indivíduo e consumo na democracia está intimamente relacionada com as transformações econômicas dos Estados Unidos decorrentes da Primeira Guerra Mundial. A Grande Guerra foi responsável por consolidar o sistema de produção fordista/taylorista, uma vez que trouxe a necessidade imediata de uma produção em massa que desse conta das demandas de um conflito total (HOBSBAWN, 1995). As rápidas transformações na produção industrial indicavam que a capacidade produtiva do país acelerou vertiginosamente em um curto período. Ao término da guerra, essa nova capacidade industrial foi deslocada para a produção de bens de consumo, aumentando drasticamente a disponibilidade de produtos. Dado que o consumo supérfluo não fazia parte da vida da maioria da população, era necessário criar uma demanda para essa abundância de produtos.

65 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2005, p. 127): “Ours must be a leadership democracy administered by the intelligent minority who know how to regiment and guide the masses.”

66 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2005, p. 120): “Good government can be sold to a community just as any other commodity can be sold.”

67 Quais sejam: “[...] (a) coincidir em todos os sentidos com os planos básicos gerais da campanha e todos os seus pequenos detalhes; (b) ser adaptado aos muitos grupos de público a que se destina; e (c) estar em conformidade com a mídia de distribuição de ideias. Tradução nossa do original (BERNAYS, 2005, p. 116): “(a) coincide in every way with the broad basic plans of the campaign and all its minor details; (b) be adapted to the many groups of the public at which it is to be aimed; and (c) conform to the media of the distribution of ideas.”

68 Tradução nossa do original (BERNAYS, 2005, p. 128): “Is this government by propaganda? Call it, if you prefer, government by education. But education, in the academic sense of the word, is not sufficient. It must be enlightened expert propaganda through the creation of circumstances, though the high-spotting of significant events, and the dramatization of important issues.”

Acima de tudo, a absorção dessa profusão de mercadorias era a única forma de impedir que ocorresse uma crise de superprodução, temida pela elite industrial (CURTIS, 2002; BERNAYS, 2015a). Um dos principais artifícios encontrado por empresários e políticos foi o estímulo a uma nova cultura centrada no consumo. Tal temática esteve presente em diferentes organizações formadas por lideranças industriais da época, que passaram a buscar, coletivamente, soluções para o problema (EWEN, 2008). Emblemático nesse sentido foi o editorial escrito pelo banqueiro do Lehman Brothers, Paul Mazur:

A comunidade que pode ser treinada para desejar mudanças, para desejar coisas novas antes que as velhas tenham sido inteiramente consumidas, produz um mercado que pode ser medido mais pelos desejos do que pelas necessidades. E os desejos do homem podem ser desenvolvidos de modo que ofusquem grandemente as suas necessidades.⁶⁹

Ou seja, a exploração dos desejos para estimular o consumo tinha um potencial extraordinário, já que não existe limite para os desejos. A produção em massa exigia o consumo em massa, que passou a ser impulsionado deliberadamente através da exploração dos desejos inconscientes, fabricando a ilusão de que era possível obter a sua satisfação pelo consumo de objetos-mercadoria. Desse modo, o público deveria ser treinado para responder às necessidades crescentes da indústria americana, que se expandia cada vez mais (EWEN, 2008).

Com efeito, a ideia de uma cultura consumista serviria a dois propósitos. Por um lado, daria respaldo às necessidades da indústria, que venderia uma quantidade cada vez maior de produtos. Por outro, estruturaria a base de uma sociedade administrada pelo governo invisível da propaganda, que funcionaria não só como o principal agente da indústria para a venda dos seus produtos, mas também como uma ferramenta de controle social por meio da manipulação dos desejos individuais e do controle dos corpos e da sexualidade (ROUDINESCO, 2016). Essa manipulação consciente, portanto, seria intrinsecamente ligada não somente à forma de produção, mas à forma de governo. Como observado por Ewen:

Sentia-se que o capitalismo, embora com um apelo aos instintos – sentimentos de insegurança social em última instância – poderia habituar homens e mulheres à vida consumista. Essa produção social de consumidores representou uma mudança nas prioridades sociais e políticas que, desde então, caracterizou grande parte da “vida”

69 Tradução nossa do original (MAZUR, 1928, p. 24-25): “The community that can be trained to desire change, to want new things before the old have been entirely consumed, yields a market to be measured more by desires than by needs. And man's desires can be developed so that they will greatly overshadow his needs.”

do capitalismo industrial americano. O objetivo funcional da publicidade nacional era a criação de desejos e hábitos.⁷⁰

Longe de ter representado uma transição gradual, essa nova visão a respeito do consumo foi meticulosamente planejada e estimulada pela indústria e por seus aliados – propagandistas, como Edward Bernays. As repercussões dessa drástica mudança ainda são sentidas nas sociedades de consumo contemporâneas, que continuam associando felicidade e sucesso à aquisição de numerosos e variados bens materiais (SHILLER, 2012). Em termos estruturais, essa nova forma de consumir provocou uma mudança de paradigma na cultura estadunidense, uma vez que não se limitou a criar padrões de comportamento individual. De fato, tratou-se de construir uma concepção de democracia como um sistema político em que a identidade do cidadão é mediada pelo ato de consumir. Ao substituiu o “ser” pelo “ter”, a população americana assumiu a identidade política de consumidor (MARCUSE, 2015).

O consumo, desse modo, funciona como uma forma de mitigar as frustrações da vida, substituindo outras formas possivelmente conflituosas, e canaliza a libido para atividades “produtivas”. O ato de consumir se destaca justamente por ser uma atividade extremamente individualista – uma atividade que independe de quaisquer outras pessoas. Em conformidade com os objetivos da indústria, que não queria uma classe trabalhadora organizada, essa ação substituiu outras formas coletivas de lidar com diferentes frustrações. Isso também ia ao encontro dos ideais progressivistas de harmonia social, pois contribuiria para atenuar os conflitos de classe.

Em defesa do novo *status quo*, buscava-se, portanto, o esvaziamento das potencialidades críticas da época. Nesse sistema, o individualismo seria continuamente estimulado pelo apelo aos medos e receios; sentimentos de inadequação social eram evocados, enquanto o consumo de mais e melhores objetos era apresentado como a solução. A inadequação individual seria solucionável pelo consumo: “se uma pessoa estava infeliz na sociedade de massa, a publicidade tentava colocar essa infelicidade para funcionar em nome dessa sociedade”.⁷¹ Assim, o consumo passaria a ser um mecanismo de escape das condições de trabalho, precisamente por mobilizar os desejos e promover investimentos libidinais.

70 Tradução nossa do original (EWEN, 2008, p. 37): “It was felt that capitalism, though an appeal to instincts - ultimately feelings of social insecurity- could habituate men and women to consumptive life. Such social production of consumers represented a shift in social and political priorities which has since characterized much of the “life” of American industrial capitalism. The functional goal of national advertising was the creation of desires and habits.”

71 Tradução nossa do original (EWEN, 2008, p. 45): “If a person was unhappy within mass society, advertising was attempting to put that unhappiness to work in the name of that society.”

Bernays se destaca nesse contexto justamente por compreender o que era necessário para que esse processo fosse bem-sucedido (BERNAYS, 2005).

Marcuse denomina esse processo de “gestão científica da libido” (MARCUSE, 2015, p. 100). Ela promove a dessublimação repressiva, institucionalizada, a partir de uma “mudança no uso social da energia pulsional” (Idem, p. 98), cuja função social é justamente levar os indivíduos à submissão voluntária devido ao enfraquecimento das possibilidades de crítica e de contestação do *establishment*. Para Bernays, o consumo, de fato, é o elemento central nesse processo de investimento das energias libidinais – esse é um mecanismo que dá resposta a todo tipo de frustração. A propaganda, então, cumpre a função de atuar como o elo entre os dois. A venda deve ser a conexão emocional entre os desejos inconscientes e os produtos sugeridos como objetos desses desejos. O ato de vender da “nova propaganda” torna consciente o inconsciente. Os produtos já não são apenas coisas ou objetos, mas sentimentos, ideias, eventos, pessoas.

Este, então, era o grande projeto político da propaganda democrática: transformar as pessoas em “máquinas de felicidade” (CURTIS, 2002). Em outros termos, tratava-se de criar consumidores profundamente identificados com os valores simbólicos da democracia americana. Esses consumidores deviam acreditar ser impossível uma democracia sem capitalismo.⁷² Esses cidadãos-consumidores deviam perceber o consumo como um ato de patriotismo, como parte inalienável do que significa “ser americano”. O ato de consumir deve ser uma forma de investimento libidinal capaz de aplacar sentimentos e emoções negativos ou desconfortáveis – assim, o consumidor-cidadão terá a necessária ilusão de uma vida feliz e satisfeita, conformando-se aos interesses da elite econômica e da elite política – os “poucos inteligentes”. Sendo assim, não haveria nenhuma razão para questionar a ordem (MARCUSE, 2015).⁷³

O capitalismo consumista, portanto, não é apenas um sistema produtivo, mas um modo de produção de subjetividade própria, cuja forma de agir e de pensar é induzida pela

72 Não à toa, nessa época a Revolução Russa representou um ponto de virada na visão da classe política estadunidense, remanescente ao impacto que a Revolução Francesa havia causado aos liberais no século XVIII, instituindo nestes o medo das massas, impulsionando a Primeira Ameaça Vermelha, entre os anos de 1919 e 1920. A administração Wilson seria a primeira a incitar na população um medo feroz do “comunismo bolchevique”, criando uma associação entre comunismo e anti-americanismo que perdura até os dias atuais (TOTALITARIAN...1993).

73 Para Marcuse (2015, p. 79): “Se os indivíduos estão satisfeitos a ponto de se sentirem felizes com os bens e serviços entregues a eles pela administração, por que eles devem insistir em instituições diferentes para uma produção diferente de bens e serviços diferentes? E se os indivíduos são pré-condicionados de tal modo que os bens que os satisfazem incluem pensamentos, sentimentos, aspirações, por que eles deveriam desejar pensar, sentir e imaginar por eles mesmos?”

administração libidinal da sociedade (KELLNER, 2015), Conforme observado por Marcuse (2015, p. 1000):

Essa mobilização e administração da libido respondem por grande parte da submissão voluntária, da ausência de terror, da harmonia preestabelecida entre as necessidades individuais e os desejos, objetivos e aspirações socialmente requeridos. A conquista política e tecnológica dos fatores transcendentais da existência humana, tão característica da civilização industrial avançada, aqui se afirma na esfera pulsional: satisfação de um modo que gera submissão e enfraquece a racionalidade do protesto.

É importante lembrar aqui das reflexões dos psicólogos sociais, desde Gustave Le Bon e Gabriel Tarde até Freud. Eles afirmaram que, dadas as devidas proporções, existe certa liberdade na submissão à autoridade, que não estaria representada por uma pessoa específica, mas pela ideia de harmonia e de felicidade prometida pela democracia industrial. A integridade dessa ideia, é claro, exclui qualquer possibilidade de crítica e contestação, porque defini *a priori* o que é uma vida feliz conforme os objetivos do sistema econômico. Marcuse chamaria esse processo de “expropriação pulsional”, algo que seria cotidianamente realizado pelo capitalismo industrial moderno.

Tais ideias seriam demonstradas com particular dramatização na Feira Mundial de Nova Iorque, de 1939. A Feira foi montada numa área de 485 hectares, contendo pavilhões de mais de 30 países. No total, mais de 44 milhões de pessoas compareceram (HERMAN, 2012). A abertura oficial ocorreu na data do aniversário de 150 anos da posse presidencial de George Washington, e contou com o discurso de abertura do presidente Roosevelt, além da presença de Albert Einstein.

Enquanto membro do comitê organizador, Bernays sugeriu que o tema principal fosse a ligação entre a democracia e a indústria estadunidense, tendo como slogan “construindo o mundo de amanhã” (BERNAYS, 1937, 2015a). No centro da feira foi construído um domo branco, o Perisphere, em cujo interior foi montada uma maquete em larga escala da sociedade do futuro, denominada por Bernays e a sua esposa, Doris Fleischman, de “Democracity” (CURTIS, 2002; BERNAYS, 2015a). A enorme maquete representava um dia nessa ideal cidade americana, planejada, cheia de tecnologia, carros, auto-pistas, prédios, e muita ordem em tudo. No fim da apresentação, cada visitante recebia um botton com a frase “Eu vi o futuro” (HERMAN, 2012). A ideia era vender a ligação entre capitalismo e democracia, demonstrando como a indústria estava intimamente relacionada com o estilo de vida americano e os valores democráticos. Vendia-se a ideia de que a felicidade estaria relacionada com o bem-estar econômico providenciado pela indústria de consumo (MARTIN;

BERNAYS, 1929). Ou seja, era total a convergência dos interesses privados com os interesses do público (BERNAYS, 2015a).⁷⁴

Foi exatamente essa sociedade administrada, que mantém os seus indivíduos num estado de docilidade e felicidade entorpecida, que Bernays quis construir. Uma sociedade em que os desejos são “o motor da história”. Mas de uma história de progresso conservador, de consumo da felicidade pela felicidade do consumo, de um rebanho feliz porque segue o pastor que conhece o caminho da ordem e da prosperidade.⁷⁵ Já os desejos nunca se realizam porque desejos não devem ser realizados. Desejos devem ser desejados, ainda mais se forem proibidos. A sua satisfação, buscada em outros objetos que não o real objeto do desejo, sempre estará no próximo objeto de consumo, que não é, novamente, o real objeto do desejo. Esse é o “motor da história” que move a indústria, o consumo, os indivíduos, que são movidos pela propaganda, que manipula os seus desejos e que orienta a política.

A democracia, então, é isto: um simulacro de democracia. É o governo que o povo pensa que é do povo, que os representantes pensam que é dos representantes, mas que é da minoria da minoria – o governo invisível. Com a propaganda, a democracia é a melhor forma de controle social. Com o capitalismo, a democracia é a melhor de maneira de produzir as “máquinas de felicidade”, o insumo básico do progresso econômico e da estabilidade política.

Mas, a liberdade é uma ilusão, afinal. Se alguém manipula os meus desejos e me faz agir e pensar como bem lhe aprouver, não sou realmente livre. A igualdade também é um mito, pois se quem governa é a minoria, e se a riqueza é concentrada num grupo reduzido de milionários, não há igualdade. O conforto da classe média – o máximo de igualdade que se pode almejar para a maioria – é um efeito colateral do real propósito das “máquinas de felicidade”, que é comprar indefinidamente para garantir que o fluxo desigual da riqueza siga o seu curso.

Entretanto, esse conforto e essa estabilidade social são bens muito mais satisfatórios do que o caos e a anarquia. Hobbes e Bernays priorizaram a segurança. O Leviatã de Hobbes

74 De acordo com Bernays, (2015a, p. 763), “I explained that the theme of democracy could be dramatically infused in the exhibits of automobiles, telephones, radios, refrigerators, banks, shoes, books, the arts, machinery, houses, dresses—all could be related to the ideals we were striving for in this country. The Ford or General Motors exhibits should make clear how the automobile affected our school system, our voting habits, our economy and so on”.

75 Desde então, a propaganda da democracia americana continua com o mesmo status de transcendência quase espiritual, evocando ainda hoje slogans praticamente idênticos aos criados pelo CIP para vender os objetivos estadunidenses na Primeira Guerra Mundial. Hoje a propaganda assume, principalmente, a forma da crença no excepcionalismo americano, expressa repetidas vezes por políticos (BUSH, 2001; OBAMA, 2014) e reforçada continuamente por produções culturais de Hollywood. Em conformidade com os ensinamentos de Bernays, a propaganda segue sendo aplicada em todas as esferas da comunicação, em um processo de “interpretação contínua”.

era o Estado, que exibia sem pudores o afiado fio da sua espada para quem ousasse desafiar a ordem. O Leviatã de Bernays é o governo invisível da propaganda, que usa ao seu favor, com toda a discrição de quem não quer ser percebido, as paixões que Hobbes tanto queria anular. A democracia de Bernays, então, é um simulacro que é real. A democracia não pode ser outra coisa que não um simulacro de democracia. Por isso um simulacro real. Essa é a única democracia possível. Essa é a única democracia desejável. Essa é a melhor forma de governo.

5 CONCLUSÃO

A principal contribuição deste estudo foi extrair dos escritos de Bernays a sua concepção de democracia, mostrando não se tratar meramente de um ideal normativo destinado a movimentar o debate teórico, mas sobretudo um modelo prático de regime político que ele considerava indispensável para o desenvolvimento da sociedade. Esse aspecto permanecia inexplorado pelas áreas de comunicação e psicologia política, que, no primeiro caso, preferiu discutir as suas contribuições para as relações públicas e a propaganda e, no segundo caso, a sua engenhosa apropriação das teorias psicológicas e psicanalíticas. Além de inexplorada, essa faceta das reflexões de Bernays sequer é conhecida pelos cientistas políticos que se dedicam à teoria política, cuja maioria, provavelmente, sequer ouviu falar do autor, e aqueles que ouviram jamais cogitaram ser possível encontrar ali qualquer coisa próxima de uma teoria da democracia.

Como procurei mostrar, Bernays merece ser considerado um pensador político que não apenas possui uma concepção de democracia como tal concepção se apoia numa construção teórica. Esta, além de sintetizar teorias alheias, apresenta uma originalidade relevante. Como vimos, a democracia para ele é o governo da “minoridade da minoridade”, cujo consenso e legitimidade são obtidos pela administração da libido popular por meio da propaganda. A minoridade, que é um grupo mais amplo, é o “governo visível”, enquanto um grupo mais restrito, a minoridade dessa minoridade, é o “governo invisível”, que é quem governa de fato. Aos propagandistas, que são parte desse grupo mais restrito, cabe uma função central: persuadir as massas a consumir mercadorias, ideias e valores. Essa persuasão se faz por intermédio de diversos meios de comunicação e das mais variadas manifestações culturais, inclusive por intermédio dos líderes políticos que atuam no “governo visível”.

Aliás, recai sobre tais lideranças a responsabilidade de atuar como protagonistas da “ilusão democrática”, ou seja, a arregimentação popular para os processos de legitimação do sistema político. O “governo visível” faz isso ao promover discursos e debates públicos sobre determinados temas e, principalmente, ao se lançar na competição eleitoral pelos cargos representativos. A competição eleitoral é a promessa, muitas vezes realizada, de que é possível mudar o governo sempre que a maioria estiver insatisfeita – assim, as suas frustrações não atingem o sistema político e a ordem social, mas apenas o governo. Por esse

prisma, além de manter intacta a legitimidade da democracia, as eleições renovam as esperanças de que os desejos de uma vida feliz serão realizados pelo futuro governo.

Em termos operacionais, as elites visíveis, compostas por grupos com algum grau de divergência, competem pelo governo e governam numa dinâmica rotativa – ora um grupo, ora outro grupo assume o comando do Estado. Já a elite invisível, mais circunscrita e homogênea, detém o poder, e o faz de maneira perene. Destarte, enquanto a elite de governo comanda o Estado, a elite do poder comanda a elite de governo, que é composta por políticos profissionais – estes são as lideranças visíveis que mantêm acesa a chama do governo popular. Por sua vez, a elite do poder reúne poucos homens de negócio, poucos políticos vinculados a esses interesses e os seus propagandistas. Sendo assim, governo e poder não coincidem, e o primeiro está subsumido ao segundo.

Com efeito, o “governo invisível” se encarrega da parte imperceptível da administração das pulsões inconscientes e reprimidas pela civilização. Nesse caso, os indivíduos devem ter a sensação de que vivem com segurança porque são protegidos pelo Estado e porque são supridos pelo mercado com os meios de subsistência; mais do que isso, os indivíduos devem se perceber rodeados de produtos que lhes trazem conforto e prazer. Para tanto, o ideal da boa vida deve ser “vendido” conforme o tipo de vida que o “governo invisível” considera ser o mais adequado e, acima de tudo, que está ao alcance da maioria dos cidadãos-consumidores. Essa concepção, vale observar, destoa da visão compartilhada pela maioria dos teóricos da democracia vinculados à vertente minimalista, que concebem esse regime como um método de produção de governo. Pela ótica de Bernays, nem isso é real, pois as eleições são apenas um mecanismo de sustentação de algo que podemos chamar de “ilusão democrática”, ou seja, a crença popular de que o “governo visível”, escolhido por ela, é quem realmente governa. Dado que o poder reside nas mãos da “minoridade da minoridade” que constitui o “governo invisível”, as questões mais cruciais, as políticas mais substantivas, estão longe da interferência da vontade popular e dos seus representantes.

Perceba-se que esse não é um simulacro de democracia, mas sim a própria democracia; afinal, esse regime não pode ser outra coisa que não o simulacro de uma ideia tanto irrealizável como indesejável – o governo popular. Conforme a constatação dos elitistas, todo governo é o governo da minoridade, daí o seu caráter irrealizável. Por outro lado, considerando-se as descobertas da psicologia e da psicanálise, seria indesejável a potencial interferência das massas nas decisões dos representantes – se os indivíduos já são irracionais, as decisões das massas serão potencialmente caóticas; logo, investi-las desse poder é

promover a confusão e a desordem. Então, a sociedade de massas exige que os desejos que ameaçam a vida social sejam manejados em dois níveis: no íntimo de cada indivíduo e na esfera coletiva. Em suma, o “princípio de realidade” deve parecer amigável ao “princípio do prazer”.

Agora, quais as consequências teóricas e políticas dessa concepção? Do ponto de vista prático – e, também, normativo – essa concepção de democracia se apresenta como a solução para o grande problema da sociedade industrial, urbanizada e massificada que fez do governo representativo o regime predominante nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e em diversos outros países. De maneira geral, os pensadores políticos sempre buscaram formas de lidar com a vontade popular, normalmente vista com desconfiança. Pode-se dizer que as principais teorias da democracia de vertente liberal partem do princípio, já enunciado no século XVIII, de que a vontade popular deve ser refreada ou, ao menos, moderada por mecanismos institucionais. Com base nisso, a teoria política do século XIX explorou mecanismos de contenção da potencial tirania da maioria, com o foco voltado para o sistema eleitoral – por exemplo, Stuart Mill – e as garantias dos direitos individuais como cláusulas invioláveis de qualquer modelo constitucional – por exemplo, Benjamin Constant e Tocqueville. No século XX, ao juntar-se com as desconfianças do elitismo – Mosca, Pareto, Michels, Le Bon –, uma parte da teoria política de matriz liberal concebeu a democracia como um método para resolver a competição pelo poder – Schumpeter. Nesse modelo, a manifestação da vontade popular se limita à escolha da elite que exercerá as funções de governo durante um determinado período.

Inclusive, essa tradição de pensamento já admitia que o funcionamento e a estabilidade do regime democrático dependem da opinião pública. Mesmo na narrativa idílica de Alexis de Tocqueville sobre os Estados Unidos, encontramos um sonoro alerta sobre os danos que o predomínio da opinião da maioria poderia acarretar aos direitos e interesses das minorias. John Stuart Mill sugeriu o mesmo tipo de precaução quanto à opinião pública, também referida por ele como “opinião geral”, “opinião popular” e “opinião comum”. Apesar de defender o governo representativo como o regime político ideal a ser perseguido por todos os países, Mill julgava que tal governo deve representar os interesses da propriedade e, principalmente, o conhecimento – ocorre que a opinião pode ser discrepante do conhecimento, e a sua força majoritária pode ameaçar os interesses diversos e minoritários, fazendo imperar a tirania. Benjamin Constant, antes de Tocqueville e Mill, acolheu a opinião pública como a base da representação política, de modo que as leis devem estar em

conformidade com a sua expressão no Parlamento pelos seus agentes; não obstante, as leis não devem atentar contra os direitos, as molas mestras das constituições. Isso quer dizer que as leis, ou seja, a opinião pública, são limitadas pelo direito – mais propriamente pelo direito natural dos indivíduos.

Na teoria de Bernays, o governo popular – que, na democracia, é a expressão da opinião pública –, não seria limitado apenas pelas contenções constitucionais, conforme preconizado por Constant, Tocqueville e Mill. Para ele, mais do que insuficientes, tais barreiras seriam ingênuas, pois nada segurará a massa insatisfeita, principalmente quando o regime político que a governa diz ouvi-la e não a ouve – em especial, às suas pulsões. Em conformidade com as ideias freudianas, Bernays tinha consciência de que algo precisava ser dado às pessoas em troca da necessária repressão instintual, o que serviria tanto aos interesses da sociedade, pois, asseguraria a sua coesão, como aos interesses da indústria de massas, dado que o resultado disso seria a crescente e incessante comercialização dos seus produtos. Nesse sentido, democracia e capitalismo são indissociáveis: o consumo de bens materiais dá acesso à felicidade e, com indivíduos satisfeitos, a ordem social está assegurada. Isso quer dizer que as teorias da democracia que se apoiam apenas no constitucionalismo ou na cultura política falham rotundamente. Na perspectiva de Bernays, o funcionamento do regime democrático, mais propriamente, a “ilusão democrática”, depende profundamente da gestão da opinião pública. Daí a indispensabilidade da propaganda como um dos aspectos centrais de qualquer teoria da democracia que se pretenda realista.

A partir disso, pode-se dizer que a radicalização da perspectiva elitista é outra consequência teórica e política da concepção bernaysiana. Segundo ele, o governo da minoria, em realidade, é o governo da “minoria da minoria”, que, além de ser um conjunto mais reduzido de indivíduos, atua longe dos olhos da cidadania. Pareto, Mosca e Schumpeter consideraram que as minorias governativas são visíveis, ocupam o governo e realmente governam, apoiando-se nas suas qualidades pessoais, na sua capacidade de organização ou na sua popularidade. Bernays fez a distinção entre dois tipos de governo, o visível e o invisível; com base nisso, separou a elite em dois blocos nitidamente demarcados – as elites que ocupam o “governo visível” e as elites que controlam o poder e, desse modo, são o “governo invisível”. Sendo assim, quem manda não é o “governo visível”, cujos membros possuem qualidades de liderança, capacidade de organização e popularidade; quem manda são aqueles que não precisam de ter atributos de liderança e nem popularidade, uma vez que possuem algo mais poderoso, o que seja, os recursos financeiros – com dinheiro, o “governo invisível”

obtem uma capacidade ainda maior de organizaçao e, com ela, de predominio. Claro, o “governo visivel” e essencial para a “ilusao democratica”, mas quem controla esse governo e administra os desejos dos cidadaos-consumidores e o “governo invisivel”.

Nesse contexto, torna-se relevante o questionamento acerca dos limites praticos desse modelo. Sua vinculacao umbilical com o capitalismo impoe a necessidade de dois fatores: o crescimento economico continuado e a inclusao da maioria dos cidadaos no mercado de consumo. Sem crescimento, haverá desemprego, com a conseqüente queda no nivel de renda e, por fim, com a reducao do consumo. Um ciclo vicioso pode se estabelecer, de maneira que a reducao do consumo provoca baixo investimento e, portanto, nova reducao do crescimento economico. Já reprimida nas suas pulsões inconscientes, a populacao não contará com a válvula-de-escape do consumo. Além dos desejos reais represados, os desejos consumistas que a sociedade industrial nutriu nos individuos provocarao insatisfacoes insuportaveis, que se transformarao em frustraões politicamente mobilizaveis contra o sistema politico. Algo parecido ocorreu nos anos de 1920, levando ao nazismo e ao fascismo. Nos anos de 1930, a depressao economica solapou a confianca da populacao tanto na economia capitalista como na democracia nos Estados Unidos. O *New Deal* e o crescimento economico do pós-Segunda Guerra revitalizaram as bases da democracia de consumo.

A partir dos anos de 1970, a mudanca do cenário economico internacional levou a uma convergencia de fatores que favoreceram a imposicao gradativa de uma agenda de reducao do Estado e desregulacao do mercado. Essa agenda, que viria a ser chamada de neoliberalismo, produz alta concentracao da riqueza, desemprego, reducao das politicas sociais executadas pelo Estado, diminuicao dos salarios e, portanto, uma drástica retracao do mercado de consumo. Como sustentar a “ilusao democratica” num contexto de profunda desilusao com o estilo de vida que a sociedade capitalista prometia para todos? Se as pessoas sequer terao acesso a alimento, transporte, moradia, saude e seguranca, o que dizer da incontornavel satisfacao libidinal? Sem acesso a bens de consumo, a criaao da ilusao de felicidade, o principio do prazer, será duramente atropelado pelo principio de realidade cruel da exploracao sem limites do mercado desregulado e excludente.

Conforme observado por Marcuse (2015), para se sustentar, a servidao tem que ser imperceptivel ou, no minimo, palatavel. Afinal, a sociedade não consegue reprimir as pulsões impunemente. Portanto, a propaganda teria de se adaptar ao novo cenário social e economico idealizado pela visao de mundo neoliberal, que destoa radicalmente da concepcao bernaysiana. Ao invés de se apoiar no consumo amplo e generalizado para evitar as

frustrações individuais, o neoliberalismo recorre às frustrações para explorar ainda mais a força-de-trabalho. Para isso, difunde como princípio moral a responsabilidade direta e exclusiva a cada pessoa pelo seu fracasso em conquistar o nível de consumo desejado. Assim, as frustrações são mobilizadas como fatores de estímulo a todo o tipo de empreendedorismo, que contarão com “gurus”, “*coaches*” e todo o tipo de gente para incentivar as pessoas a se esforçarem a cada vez mais no trabalho desregulado. Pode-se dizer que vem sendo construída uma nova subjetividade, a subjetividade neoliberal (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2020), um projeto social que já havia sido enunciado por Margaret Thatcher: “a economia é o método, o objetivo é mudar o coração e a alma” (THATCHER, 1981).

Portanto, a ilusão de felicidade do momento presente já não é mais a preocupação do “governo invisível”. A sua proposta é focar na frustração presente para “vender” a ilusão da felicidade futura como responsabilidade individual. Cabe ao indivíduo “sair da zona de conforto”, “pensar fora da caixinha”, inspirar-se nos grandes empreendedores, seguir o exemplo dos “*cases*” bem-sucedidos – cada um deve se tornar um “empresário-de-si-mesmo”. A política coletiva se esvai, a “ilusão democrática” é um luxo desnecessário porque exige algum grau de regulação e de intervenção estatal. Ainda se trata de capitalismo, mas com o Estado reduzido a algo tão mínimo que a “ilusão democrática” deixou de cumprir a sua função de controle social.

Mas, sem a “ilusão democrática”, como a democracia poderá se sustentar? Ainda se trata de recorrer à propaganda, com as mesmas técnicas e os mesmos princípios, mas fazendo apelo a outra pulsão que também habita a “natureza humana” – o medo (SAFATLE, 2016). Bernays se concentrou em tudo aquilo que levava à harmonia social, de maneira que a sua propaganda era uma “engenharia do consentimento”. A atual crise das democracias expressa tanto a crise dos fundamentos da democracia vislumbrada por Bernays – a redução do mercado de consumo – como os efeitos das políticas neoliberais na vida coletiva, que acentuaram a exclusão de grandes contingentes de pessoas da riqueza socialmente produzida. Busca-se, agora, a cisão, o fracionamento, a polarização radical da comunidade política – não é por caso que o teórico Giuliano da Empoli (2019) chamou os artífices dessa estratégia de “engenheiros do caos”.

O avanço da tecnologia da informação contribuiu para essa viragem no uso da propaganda como coluna de sustentação da democracia. Uma das principais mudanças foi o escopo e o alcance da propaganda, pois as mensagens podem ser personalizadas segundo as especificidades de cada indivíduo, cujas características são apreendidas pela coleta massiva de

dados das mais variadas fontes. Além das redes sociais, dados financeiros, médicos, pesquisas na internet, páginas acessadas, locais visitados são informações igualmente disponíveis a empresas dispostas a pagar. Toda atividade e comunicação eletrônica transforma-se em dado transacionável, favorecendo o surgimento, por exemplo, de empresas especializadas na coleta e venda de dados de usuários da internet – as chamadas “*data brokers*”. A disponibilidade de tamanha quantidade de dados permite um elevado grau de personalização das propagandas tornando possível a construção de uma realidade customizada para cada consumidor, com consequências profundas na esfera política.

Nesse contexto, as pulsões agressivas não são reprimidas ou desviadas de suas metas; pelo contrário, elas são direcionadas, sob medida, contra aqueles que são “vendidos” como os “inimigo” que ameaçam a nossa existência. Lideranças de extrema direita estão na linha de frente dessas campanhas, mobilizando o ódio e o ressentimento. Elas recorrem à propaganda com esse viés e se lançam como candidatas ao “governo visível”, cujo acesso conduz ao autoritarismo que promete uma nova “ilusão democrática”, que dispensa os limites constitucionais e os direitos individuais em nome da verdadeira vontade da maioria. Esse “governo visível” ainda é o encarregado dos negócios do “governo invisível”, que parece já não se importar com a potencial “rebelião das massas”. Acima de tudo, os membros do “governo invisível” ignoram o alerta de Bernays a respeito da necessidade de consenso através da satisfação ilusória da libido por meio do consumo de bens, e não apenas de valores. Sem o consumo de mercadorias concretas, sobra apenas a atribuição de culpa individual à condição de pobreza e a política do ódio ao outro, uma manipulação coletiva que não resistirá por muito tempo. Como percebido por Bernays, a “pulsão de morte” é adequada à guerra, pois é destrutiva, já para a paz e a democracia, é necessário dar vazão à “pulsão de vida”, voltada à construção e à unidade.

Seja como for, a propaganda continua central na sustentação dos regimes políticos, sejam eles totalitários, autoritários ou democráticos. Bernays contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de técnicas que ainda são utilizadas, a despeito da mudança dos meios cada vez mais tecnológicos e dos apelos destrutivos que vem sendo mobilizados. Mais do que isso, Bernays foi um defensor da democracia como um regime que deve satisfazer minimamente as necessidades e os desejos das pessoas – para ele, essa era a condição da ordem, da racionalidade e da vida social próspera e estável. Isso ocorre porque enquanto o “governo visível” possui alguma margem de manobra para fazer políticas que contemplam os interesses dos mais variados setores da sociedade, o “governo invisível” dá o rumo geral, assegura que

os interesses capitalistas persistam, que a sociedade não se desvie muito do progresso almejado pela produção industrial. Portanto, a democracia é uma ilusão, mas uma ilusão tão necessária como várias outras que sustentam a civilização. Resta saber se a perda dessa ilusão levará à construção de uma democracia que de fato tenha em conta a vontade popular, caso isso seja possível, ou se restauraremos as ilusões perdidas que outrora mobilizaram os nossos afetos e, assim, voltaremos a ser “máquinas de felicidade”.

REFERÊNCIAS

ANCA, Celia. **Beyond Tribalism**: Managing Identities in a Diverse World. New York: Palgrave MacMillan, 2012.

APPLEBAUM, Anne. **O Crepúsculo da Democracia**: como o autoritarismo seduz e as amizades são desfeitas em nome da política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

AXELROD, Alan. **Selling the Great War**: The Making of American Propaganda. New York: Palgrave Macmillan, 2009. E-book.

BEATTY, Jack. **Age of Betrayal**: The Triumph of Money in America (1865–1900). New York: Vintage, 2008.

BERNAYS, Edward L.. The Minority Rules. **The Bookman Review**. [S.L], p. 150-155. abr. 1927.

BERNAYS, Edward L.. Manipulating Public Opinion: the why and the how. **American Journal Of Sociology**. Chicago, p. 958-971. maio 1928. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2765989>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BERNAYS, Edward L.. Putting Politics on the Market. **The Independent**, [s. l], v. 20, n. 4068, p. 470-472, 19 maio 1928. Disponível em: [https://memory.loc.gov/cgi-bin/query/r?ammem/coolbib:@field\(TITLE+@od1\(Edward+L++Bernays+Papers+++Putting+Politics+on+the+Market+\)\)](https://memory.loc.gov/cgi-bin/query/r?ammem/coolbib:@field(TITLE+@od1(Edward+L++Bernays+Papers+++Putting+Politics+on+the+Market+))). Acesso em: 28 set. 2021.

BERNAYS, Edward L.. Molding Public Opinion. **The Annals Of The American Academy Of Political And Social Science**, [S.L.], v. 179, n. 1, p. 82-87, maio 1935. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/000271623517900111>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000271623517900111>. Acesso em: 03 out. 2021.

BERNAYS, Edward L.. The Engineering of Consent. **The Annals Of The American Academy Of Political And Social Science**, [S.L.], v. 250, n. 1, p. 113-120, mar. 1947. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/000271624725000116>.

BERNAYS, Edward. **Propaganda**. New York: Ig Publishing, 2005. Publicado originalmente em 1928.

BERNAYS, Edward L.. **Crystalizing Public Opinion**. New York: Open Road Media, 2015. Publicado originalmente em 1923. E-book.

BERNAYS, Edward L.. **Biography of an Idea**: the founding principles of public relations. New York: Open Road Media, 2015a. E-book.

BOTTOMORE, Thomas. **As Elites e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BUCHANAN, Allen. **Our Moral Fate**: Evolution and the Escape from Tribalism. Massachusetts: MIT Press, 2020.

BUENKER, John; BURNHAM, John and CRUNDEN, Robert. **Progressivism**. Cambridge: Schenkman Publishing Company, Inc, 1977.

BUENER, John and BUENKER Joseph. **Encyclopedia of the Gilded Age and Progressive Era**. London: Routledge, 2006.

BUSH, George. **WATCH: President George W. Bush's address to the nation after September 11, 2001 attacks**. 2001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WA8-KEnfWbQ>. Acesso em: 27 set. 2021.

CADWALLADR, Carole. **The great British Brexit robbery: how our democracy was hijacked**. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2017/may/07/the-great-british-brexite-robbery-hijacked-democracy>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

CADWALLADR, Carole. **'I made Steve Bannon's psychological warfare tool': meet the data war whistleblower**. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/data-war-whistleblower-christopher-wylie-faceook-nix-bannon-trump>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

CAREY, Nessa. **The Epigenetics Revolution: How Modern Biology is Rewriting Our Understanding of Genetics, Disease and Inheritance**. London: Icon, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHADE, Jamil. **Lava Jato negociou programa espião Pegasus com empresa israelense**. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/07/26/lava-jato-negociou-programa-espiao-pegasus-com-empresa-israelense.htm>. Acesso em: 08 out. 2021.

CHERNY, Robert W. **American Politics in the Gilded Age, 1868–1900**. Wheeling, Illinois: Harlan Davidson, 1997.

CHICKERING, Roger; FÖRSTER, Stig and GREINER, Bernd (Eds.). **A World at Total War: Global Conflict and the Politics of Destruction (1937-1945)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CHRISS, James. The Place of Lester Ward Among the Sociological Classics. **Journal of Classic Sociology**. London, p. 5-21. Vol 6 (1), 2006.

CHUA, Amy. **Political Tribes: Group Instinct and the Fate of Nations**. London: Bloomsbury, 2018.

COOK, Fred. **The Muckrakers: Crusading Journalists who Changed America**. New York: Doubleday, 1972.

CREEL, George. **How We Advertised America**. New York: Harper & Brothers Publishers, 1920. Disponível em: <<https://archive.org/details/howweadvertameri00creerich>>. Acesso em: 11 set. 2016.

CURTIS, Adam. **The Century of the Self**. Produção de Adam Curtis e Lucy Kelsall. S.i: BBC, 2002. (240 min.), color.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBRE, Isabel; SATTER, Raphael. **Facebook busts Israel-based campaign to disrupt elections**. 2018. Disponível em: <https://apnews.com/article/ap-top-news-elections-international-news-social-media-technology-7d334cb8793f49889be1bbf89f47ae5c>. Acesso em: 08 out. 2021.

DEMM, Eberhard. "Propaganda and Caricature in the First World War", **Journal of Contemporary History**, v. 28, n. 1, p. 163-192, 1993.

DRYZEK, John S.. *Revolutions Without Enemies: Key Transformations in Political Science*. **The American Political Science Review**, Cambridge, v. 100, n. 4, p.487-492, nov. 2006.

EDWARD L. **Bernays Interview**. Muncie: Ball State University Historic Films And Videos Collection, 1986. (34 min.), son., color. Disponível em: <https://dmr.bsu.edu/digital/collection/HistFilmVid/id/796>. Acesso em: 16 out. 2020.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. São Paulo: Vestígio, 2019.

EWEN, Stuart. **Captains Of Consciousness: advertising and the social roots of the consumer culture**. New York: Basic Books, 2008. E-book.

FARR, James. Political Science. In: PORTER, Theodore M.; ROSS, Dorothy (Ed.). **The Cambridge History of Science: Volume 7 -The Modern Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 306-328.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FRASER, Nancy. Legitimation Crisis? On the Political Contradictions of Financialized Capitalism. **Critical Historical Studies**, Chicago, v. 2, n. 2, p. 157-189, Oct. 2015. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/683054?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

FREUD, Sigmund. Reflexões Para os Tempos de Guerra e Morte. In: FREUD, Sigmund. **A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. p. 283-312. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XIV). Publicado originalmente em 1915.

FREUD, Sigmund. Pulsões e Destinos da Pulsão (1915). In: FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente: 1911-1915 Volume 1**. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p. 133-173. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund. Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. **Um Caso de Histeria, Três Ensaio sobre a Sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006a. p. 117-231. (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII).

FREUD, Sigmund. **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise** (Partes I e II) (1915-1916). Rio de Janeiro: Imago, 2006b. (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XV).

FREUD, Sigmund. **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise** (Parte III) (1915-1916). Rio de Janeiro: Imago, 2006c. (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XVI).

FREUD, Sigmund. Uma Dificuldade no Caminho da Psicanálise. In: FREUD, Sigmund. **Uma Neurose Infantil e outros trabalhos (1917-1918)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006d. p. 147-153. (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XVII). Publicado originalmente em 1917.

FREUD, Sigmund. O Futuro de Uma Ilusão. In: FREUD, Sigmund. **O Futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar na Civilização e Outros Trabalhos (1927-1931)**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006e. p. 12-63. (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XXI). Publicado originalmente em 1927.

FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. In: FREUD, Sigmund. **O Futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar na Civilização e Outros Trabalhos (1927-1931)**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006f. p. 73-148. (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XXI). Publicado originalmente em 1930.

FREUD, Sigmund. O Eu e o Id (1923). In: FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 2007. p. 13-92. Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Volume 3 (1923-1938).

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu: Algumas Concordâncias Entre a Vida Psíquica dos Homens Primitivos e dos Neuróticos. In: FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu, Contribuição à História do Movimento Psicanalítico e Outros Textos (1912-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 13-244. (Obras Completas Volume 11). Publicado originalmente em 1913.

FREUD, Sigmund. Psicologia das Massas e Análise do Eu. In: FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e Outros Textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 13-113 (Obras Completas Volume 15). Publicado originalmente em 1921.

FREUD, Sigmund. "Psicanálise" e "Teoria da Libido" (Dois verbetes para um dicionário de sexologia, 1923). In: FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e Outros Textos: (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a. p. 273-308.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**, Washington, n. 16, p. 3-18, jun. 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24027184>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GEHRES, Isabel Wehle. **O Papel da Propaganda na Sociedade de Massas Estadunidense: da primeira guerra mundial à década de 20**. 2017. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GEORGE, William. "Auguste Comte: Sociology and the New Politics", **American Journal of Sociology**, v. 33, n. 3, p. 371-381, 1927.

GOLDBERG, Jonah. **Suicide of the West: How the Rebirth of Tribalism, Populism, Nationalism, and Identity Politics is Destroying American Democracy.** New York: Crown Forum, 2018.

GOULD, Lewis and SHAH, Eugene. **America in the Progressive Era, 1890–1914.** London: Routledge, 2000.

HAWKINS, Mike. **Social Darwinism in European and American Thought (1860-1945).** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HERMAN, Arthur. **Freedom's Forge: How American business produced victory in world war II.** New York: Random House, 2012.

HOBFOLL, Stevan. **Tribalism: The Evolutionary Origins of Fear Politics.** New York: Palgrave MacMillan, 2018.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOFSTADTER, Richard. **The Age of Reform.** New York: Alfred Knopf, 1954.

INTERNATIONAL, Amnesty. **Massive data leak reveals Israeli NSO Group's spyware used to target activists, journalists, and political leaders globally.** 2021. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/press-release/2021/07/the-pegasus-project/>. Acesso em: 08 out. 2021.

JABLONKA, Eva and LAMB, Marion. **Evolution in four Dimensions: Genetic, Epigenetic, Behavioral, and Symbolic.** Massachusetts: MIT Press, 2005.

KAISER, Brittany. **Manipulados: Como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque.** Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020.

KANG, Cecilia; FRENKEL, Sheera. **Facebook Says Cambridge Analytica Harvested Data of Up to 87 Million Users** 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/04/04/technology/mark-zuckerberg-testify-congress.html>. Acesso em: 13 fev. 2020.

KELLNER, Douglas. Introdução à 2ª edição. In: MARCUSE, Herbert. **O Homem Unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada.** São Paulo: Edipro, 2015. p. 9-30.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE BON, Gustave. **The Crowd: A Study of the Popular Mind.** Radford: Wilder Publications, 2008. Publicado originalmente em 1895.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. Bn Publishing, 2010. Publicado originalmente em 1922

LLOYD, Henry Demarest. **Wealth Against Commonwealth**. New York: Harper, 1894.

MARCUSE, Herbert. **O Homem Unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.

MARTIN, Everett Dean. **The Behavior of Crowds**: a psychological study. Si: Good Press, 2019. Publicado originalmente em 1920. E-book.

MARTIN, Everett Dean; BERNAYS, Edward. Are We Victims of Propaganda?: a debate. **Forum Magazine**, Si, p. 1-9, mar. 1929.

MARWICK, Arthur; EMSLEY, Clive and SIMPSON, Wendy. **Total War and Historical Change**: Europe 1914-1955. London: Open University Press, 2001.

MATTELLART, Armand. **Comunicação Mundo**: História das Ideias e das Estratégias. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MAZUR, Paul M.. **American Prosperity**: Its Causes And Consequences. New York: The Viking Press, 1928. Disponível em: <<https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.5117>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MCDUGALL, William. **The Group Mind**: a sketch of the principles of collective psychology. London: Cambridge University Press, 1927.

MELLO, Patrícia Campos. **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp**: Com contratos de R\$ 12 milhões, prática viola a lei por ser doação não declarada. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MELLO, Patrícia Campos. **WhatsApp admite envio maciço ilegal de mensagens nas eleições de 2018**: Plataforma condena também grupos públicos da plataforma acessados por meio de links. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MERRIAM, Charles. Recent Tendencies. In: MERRIAM, Charles. **A History of American Political Theories**. New York: The Macmillan Company, 1903. Cap. 8. p. 305-333.

MICHELS, Robert. **Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie**; Untersuchungen über die oligarchischen Tendenzen des Gruppenlebens. Leipzig: Verlag von Dr. Werner Klinkhardt, 1911.

MICHELS, Robert. **Os Partidos Políticos**. São Paulo: Senzala, 1978. Publicado originalmente em 1911.

MOCK, James Robert; LARSON, Cedric. **Words That Won The War**: The Story of the Committee on Public Information, 1917-1919. San Francisco: Princeton University Press, 2006. Publicado originalmente em 1939. Disponível em: <<https://archive.org/details/wordsthatwonwars00mockrich>>. Acesso em: 27 set. 2016.

MOSCA, Gaetano. **Elementi di Scienza Política**. Torino: Fraelli Bocca Editori, 1896/1923.

MOSCA, Gaetano. A Classe Dirigente. In: SOUZA, Amaury de (org.). **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 51-69.

MOSCA, Gaetano. **The Ruling Class**. New York And London: McGraw-Hill Book Company, 1939.

MOUFFLE, Chantal. **Por um Populismo de Esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MULLAHY, Patrick. **Édipo**: Mito e Complexo. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

NEWBY, Ron. **Tribalism**: An Existential Threat to Humanity. Morrisville: Lulu Publishing, 2020.

NUGENT, Walter. **Progressivism**: A Very Short Introduction. New York: Oxford University Press, 2010.

OBAMA, Barack. **President Obama Speaks to West Point Graduates**. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fG_hX_XM4Ks. Acesso em: 27 set. 2021.

ORBÁN, Vikton. **Viktor Orbán's speech at the XXV Bálványos Free Summer University and Youth Camp, July 26, 2014, Băile Tuşnad (Tusnádfürdő)**. 2014. Disponível em: <https://hungarianspectrum.wordpress.com/2014/07/31/viktor-orbans-speech-at-the-xxv-balvanyos-free-summer-university-and-youth-camp-july-26-2014-baile-tusnad-tusnadfurdo/>. Acesso em: 07 out. 2021.

PAPPAS, Takis. Populist in Power. **Journal of Democracy**, S.I, v. 30, n. 2, p. 70-80, Abril 2019.

PARETO, Vilfredo. **Traité de Sociologie Générale**. Paris: Payot et cie, 1917.

PARETO, Vilfredo. **The Mind and Society**: A Treatise on General Sociology. New York: Dover Publications, Inc, 1935.

PARETO, Vilfredo. As Elites e o Uso da Força na Sociedade. In: SOUZA, Amaury de (org.). **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 70-88.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROSS, Edward A. **Social Control**: A Survey of the Foundations of Order. New York: The MacMillan Company, 1901.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Sigmund Freud**: na sua época e em nosso tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

ROZENBLIT, Bruce. **Us Against Them**: How Tribalism Affects the Way We Think. Kansas City: Transcendent Publications, 2008.

RUNCIMAN, David. **Como a Democracia Chega ao Fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

RUNCIMAN, Walter Garrison. **Ciência Social e Teoria Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SCHUMPETER, Joseph A.. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. São Paulo: Unesp, 2017.

SIGHELE, Scipio. **A Multidão Criminosa**. 4 ed. Lisboa: Allaud e Bertrand, 1954. Publicado originalmente em 1891.

SHILLER, Robert J.. **Spend, Spend, Spend. It's the American Way**. 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/01/15/business/consumer-spending-as-an-american-virtue.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

SOTIRAKOPOULOS, Nikos. **Identity Politics and Tribalism: The New Culture Wars**. Exeter: Imprint Academic, 2021.

SPENCER, Ivor D. **The Victor and the Spoils: A Life of William L. Marcy**. Brown University Press, 1959.

STANLEY, Arthur. **Woodrow Wilson and the Progressive Era: 1913–1917**. New York: Harper, 1954.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Publicado originalmente em 1901.

THATCHER, Margaret. **Interview for Sunday Times**. 1981. Disponível em: <https://www.margarethatcher.org/document/104475>. Acesso em: 10 out. 2021.

TROTTER, Wilfred. Herd Instinct and its Bearing on the Psychology of Civilised Man. **The Sociological Review**, [S.L.], v. 1, n. 3, p. 227-248, jul. 1908. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-954x.1908.tb02713.x>.

TROTTER, Wilfred. **Instincts of the Herd in Peace and War**. Si: Macmillan, 1916. E-book.

TYE, Larry. **The Father of Spin: Edward L. Bernays and the Birth of Public Relations**. [S.L.]: Picador, 2002. E-book.

TOTALITARIAN Culture in a Free Society. Washington D.C.: Covert Action Quarterly, 1993. Palestra proferida por Noam Chomsky promovida pelo periódico Covert Action Quarterly. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NgBkwknZxbU>. Acesso em: 12 set. 2021.

URBINATI, Nadia. **Me the People: How Populism Transforms Democracy**. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

WARD, Lester F.. **Dynamic Sociology**: Applied Social Science. Ohio: General Bookbinding Co., 1883. 2 vols..

WHITE, Richard. **The Rise of Industrial America**: 1877-1900. Disponível em: <<https://www.gilderlehrman.org/history-now/essays/rise-industrial-america-1877-1900>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

ZAKARIA, Fareed. The Rise of Illiberal Democracy. **Foreign Affairs**, S.I, v. 6, n. 76, p. 22-43, nov-dez. 1997. Bimestral. Disponível em: www.jstor.org/stable/20048274. Acesso em: 18 jan. 2021.

ZELMAN, Elizabeth C. **Our Beleaguered Species**: Beyond Tribalism. Washington: Create Space, 2015.

ZINN, Howard. **A People's History of the United States**. S.i: Bello, 2014. E-book Kindle.